



Anna Laura Brandão Albuquerque

NAMOROS MARCADOS POR VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE SOCIAL

Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Jacqueline Ferreira Marques

Fevereiro de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Anna Laura Brandão Albuquerque

NAMOROS MARCADOS POR VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE SOCIAL

Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Jacqueline Ferreira Marques

Fevereiro de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dedico à Maisa Brandão, minha
fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Todo processo evolução e desenvolvimento é um conjunto: de pessoas, momentos, histórias... por mais que eu tenha escrito este trabalho, algumas pessoas foram de extrema importância neste processo. Emocional, física ou verbalmente, colaboraram para que eu aqui chegasse e o mínimo que posso fazer, é tornar pública minha gratidão.

À mulher da minha vida, também amiga, companheira, parceira, guerreira. Minha amada MÃE: obrigada pela confiança, dedicação, por acreditar em mim e ser meu porto seguro e inspiração. Nada disso seria possível sem seu amor, dedicação e trabalho duro.

Aos meus avós, Brandão e Miriam, minhas referências de segurança e amor incondicional. A distância é enorme, mas o amor e carinho são ainda maiores.

À minha grande e fiel amiga, companheira nesta jornada de vida, Luana Trajano: obrigada por ter aceitado este desafio, dividir a vida comigo e por ter sido meu alicerce quando as dificuldades se instalavam. Nossa história está apenas começando!

Ao meu irmão, cunhada, sobrinhas e baby, pelo apoio nesta mudança de vida, nesta nova jornada. Sempre estiveram ao meu lado e sei que estarão quando eu precisar.

Ao meu namorado João Paulo, pelo companheirismo, incentivo, por me dar forças, confiar em mim e estar ao meu lado em todos os momentos, agradeço também à sua família, que me acolheu e me deu um verdadeiro lar em terras portuguesas.

Aos meus amigos Luana Tavares e Valmor Mendonça, que não permitiram que a distância entre Brasil e Portugal abalasse quinze anos de amizade, mantiveram o apoio, carinho e estiveram disponíveis por e para mim diariamente. Às minhas parceiras de trabalho, Lívia Albuquerque e Maria Gomes, que para além da vida profissional, tornaram-se amigas para a vida. Gabriela Barbatti, que compartilhou este curso e esta nova vida. Aos novos e antigos amigos, que participaram, de alguma forma, desta caminhada.

À minha orientadora, Dra. Jaqueline Marques, que verdadeiramente me orientou neste processo difícil, me deu o suporte necessário e teve paciência com as minhas angústias, me apoiando e dando o seu melhor para a conclusão deste trabalho.

Gratidão pela participação neste processo!

“Sean capaces siempre de sentir, em lo más hondo, cualquier inusticia realizada contra cualquiera, em cualquier parte del mundo. Es la cualidad más linda del revolucionario”

(Ernesto Che Guevara, 1965, Carta de despedida a mi hijos).

RESUMO

Esta pesquisa aborda as relações entre violência, jovens e as relações de namoro, através de uma análise sócio histórica, perpassando a análise histórica de desenvolvimento da violência e dos complexos sociais que envolvem os jovens. A escolha do tema é oriunda da percepção do referido fenômeno, como objeto de intervenção profissional e, também, manifesta na realidade social nas quais estamos inseridos enquanto seres sociais. Ressaltou-se, no decorrer da pesquisa, a apreensão do tema por associações portuguesas que trabalham situações de violência e risco, portanto, afirmando a atualidade e necessidade de aprofundamento do tema. Tendo como problemática a existência e manifestação da violência nas relações de namoro entre jovens e como objetivo geral compreender e analisar a representação da violência entre jovens nas relações de namoro, o método escolhido foi a pesquisa mista, iniciada com o uso da pesquisa bibliográfica e documental, associada a um questionário sócio demográfico e uma escala de atitudes de violência no namoro aplicados com o público jovem universitário e entrevista com uma profissional da área. As respostas obtidas, em conjunto com o referencial teórico, confirmaram a legitimação de atitudes de violência nas relações de namoro entre jovens, como também despertaram a necessidade da intervenção social nesta realidade, destacando a relação do Serviço Social como profissional interventivo e capacitado para este tipo de intervenção. Desta forma, concluiu-se que a pesquisa abordou questões relevantes à compreensão e análise da violência em um contexto geral, como também das instituições e representações sociais que permeiam as relações sociais, e culminam em uma legitimação de atitudes de violência nas relações de namoro.

Palavras-chave: violência; atitudes; namoro; jovens; intervenção social

ABSTRACT

This research addresses the relationships between violence, youth and dating relationships, through a historical socio-analysis, passing on the historical analysis of the development of violence and the social complexes involving young people. The choice of the subject is derived from the perception of this phenomenon, as an object of professional intervention and also manifests in the social reality in which we are inserted as social beings. Was stressed, during the research, the apprehension of the theme by portuguese associations that work situations of violence and risk, thus affirming the current and need to deepen the theme. Having as problematic the existence and manifestation of violence in relationships between young people and as a general objective to understand and analyse the representation of violence among young people in dating relationships, the method chosen was mixed research, initiated with the use of bibliographic and documentary research, associated with a demographic socio questionnaire and a scale of attitudes of violence in the dating applied with young university students and interview with a professional in the area. The answers obtained, together with the theoretical reference, confirmed the legitimacy of attitudes of violence in relationships between young people, but also aroused the need for social intervention in this reality, highlighting the relationship of the service as an interventional and skilled professional for this type of intervention. In this way, it is concluded that the research addressed issues relevant to the understanding and analysis of violence in a general context, as well as of the institutions and social representations that permeate social relations and culminate in a legitimization of attitudes of violence in dating relationships.

Keywords: violence; attitudes; dating; young; social intervention

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Fíguas	Pgs.
Figura 1 - Modelo triangular do amor de Sternberg (adaptado).....	31
Figura 2 - A importância de vários traços na seleção de parceiros no mundo.....	39
Figura 1 - Tipologia da violência.....	45
Figura 2 - Planos de ação nacionais por tipo de violência e região da OMS.....	47
Figura 3- Tabela comparativa por tipos de vitimação.....	52
Tabelas	Pgs.
Tabela 1 - Dados sócio demográficos.....	72
Tabela 2 - Estudo da legitimação de atitudes de violência no namoro.....	75
Tabela 3 - Percentual de respostas masculinas sobre atitudes de violência psicológica masculina no namoro.....	77
Tabela 4 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência física masculina no namoro.....	78
Tabela 5 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência sexual masculina no namoro.....	79
Tabela 6 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência psicológica feminina no namoro.....	79
Tabela 7 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência física feminina no namoro.....	80
Tabela 8 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência sexual feminina no namoro.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACM** – Alto Comissariado para as Migrações
- AE** – Aparelhos de Estado
- AFDV** – Attitudes Towards Female Dating Violence Scale
- AI** – Amnistia Internacional
- AIE** – Aparelhos Ideológicos do Estado
- AMDV** – Attitudes Towards Male Dating Violence Scale
- APAV** – Associação Portuguesa de Atendimento à Vítima
- ARE** – Aparelhos Repressivos do Estado
- CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- EAVN** – Escala de Atitudes de Violência no Namoro
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- MTSS** – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- NMUME** – Núcleo Mulher e Menor
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PCVD** – Plano Contra a Violência Doméstica
- PNPCVD** – Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica
- PSP** – Polícia de Segurança Pública
- RSES** – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
- SECI** – Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade
- UMAR** – União de Mulheres Alternativa e Resposta
- VFF** – Violência Física Feminina
- VFM** – Violência Física Masculina
- VPF** – Violência Psicológica Feminina
- VPM** – Violência Psicológica Masculina
- VSF** – Violência Sexual Feminina
- VSM** – Violência Sexual Masculina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA	4
1.1. Desenvolvimento da sociedade.....	4
1.1.1. Escravismo e feudalismo.....	4
1.1.2. Capitalismo.....	5
1.2. Contextualização da violência: aspectos históricos e sociais.....	7
1.3. Representações e instituições sociais como determinantes da violência nas relações sociais.....	13
CAPÍTULO 2 - FAMÍLIA, JUVENTUDE, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA NO NAMORO	18
2.1 Considerações introdutórias ao conceito de família.....	18
2.2 Sexualidade e amor romântico – conceito e historicidade.....	26
2.3. Análise social da juventude moderna.....	32
2.4. Violência no namoro.....	43
CAPÍTULO 3 - SERVIÇO SOCIAL, VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE NAMORO	53
3.1 Serviço social, questão social e violência.....	53
3.2 Serviço Social: modelos de intervenção, limites e possibilidades no âmbito da violência no namoro.....	56
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA	65
4.1 Problema de pesquisa e objetivos.....	65
4.2 Tipo de pesquisa.....	66
4.3 Método.....	67
4.4 Técnicas e procedimentos de recolha de dados.....	67
4.4.1. Questionário sócio demográfico.....	67
4.4.2. Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (EAVN).....	68
4.4.3. Entrevista não estruturada.....	69
4.5 Amostra.....	69
CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	70
5.1. Análise bibliográfica e documental.....	70
5.2. Questionário sócio demográfico.....	72
5.3. Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (EAVN).....	75

5.4. Entrevista não estruturada.....	81
5.5. Conclusões	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO.....	94
APÊNDICE 2: GUIÃO DE ENTREVISTA	96
ANEXO 1: ESCALA DE ATITUDES ACERCA DA VIOLÊNCIA NO NAMORO	97

INTRODUÇÃO

O interesse de estudar a violência surge de um conjunto de fatores profissionais e pessoais, que envolvem a experiência adquirida em campo de trabalho, os estudos acadêmicos e também as vivências pessoais que me caracterizam enquanto ser social. A violência é um fenômeno que permeia nossas vidas nas mais variadas esferas, e, portanto, desperta a curiosidade de compreendê-la para além do senso comum. O curso de Serviço Social fundamenta-se em uma análise crítica da sociedade e das relações sociais, propõe uma formação crítica de profissionais que “trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas” (Iamamoto, 2000, p. 28), identificando-as e mediando suas tensões com a sociedade.

Este estudo é realizado pelo olhar de uma assistente social, com formação teórico-metodológica, técnico-prática e ético-política; Mas acima de tudo, por uma mulher que produz e reproduz socialmente nesta sociedade, através das relações profissionais, das relações familiares e, também, das relações de intimidade. Assumo que não sou neutra, nem profissional, nem pessoalmente. Assumir uma postura crítica, significa reconhecer que a mediação proposta no trabalho do serviço social é direcionada à classe explorada, vitimada pelas manifestações do conflito entre capital e trabalho, portanto, a violência é constituinte deste conflito, manifesta-se nas famílias, nas empresas, na saúde, habitação, dentre outros.

O estudo da violência nas relações de namoro entre jovens não é um processo unicamente acadêmico, é um objeto de estudo que faz parte das relações sociais naturalizadas em nossa sociedade. Porém, o olhar crítico sobre o desenrolar destas relações sociais é adquirido com o conhecimento teórico metodológico apresentado pelo Serviço Social.

Ressalto que este tema foi desafiador, o que revelou sua pertinência e atualidade na sociedade. Desafiador, pois as referências são restritas, o aprofundamento teórico direcionado à violência no namoro é estudado como parte de outros fenômenos, mas não como objeto de intervenção. Disto revela-se a necessidade de investigação do tema, culminando na escolha de aprofundar conhecimento com uma pesquisa de mestrado.

A escolha do Mestrado em Serviço Social em uma instituição portuguesa tem o intuito, primeiramente, de produzir um estudo que venha a contribuir para o

desenvolvimento teórico metodológico da profissão, compreendendo as particularidades regionais, mas também que a realidade social é complexa e mutável, portanto, passível sempre de novas abordagens. Desta forma, considerando que o Mestrado em Serviço Social da Universidade de Coimbra, “assegura um perfil profissional e científica assente na capacidade de análise crítica e no domínio de competências de investigação e intervenção social inovadora a nível individual e coletivo, em contexto organizacional e comunitário”, concebeu-se como o curso indicado para a elaboração e execução desta investigação.

Ao longo do processo de investigação, através das leituras realizadas e das reuniões periódicas com a orientadora, a pesquisa sofreu modificações, adaptou-se, renovou-se, e, por fim, revelou dados que corroborassem para fatos relativos à existência da violência nas relações de namoro, bem como demonstrou a emergência desta temática na sociedade portuguesa. Desta forma, a perspectiva foi de contribuir nas investigações futuras, como também na formulação de projetos e na adoção do tema pelos colegas das ciências sociais e humanas, visando a construção de abordagens teóricas e práticas na intervenção social, proporcionando o exercício dos direitos humanos de crianças, jovens e adultos em suas relações sociais.

Este estudo foi estruturado em cinco capítulos, dos quais o primeiro concentra-se na história da violência e desenvolvimentos da sociedade. O segundo capítulo explana sobre as relações sociais, abordando a função e conceito de família, sexualidade e o surgimento do amor romântico como modelo de relacionamento, bem como de uma análise sobre a juventude moderna e, por fim, acerca da violência no namoro. O terceiro capítulo aborda a relação do Serviço Social com a violência, em uma perspectiva prática, de intervenção social, considerando-a como manifestação da questão social. Este capítulo também abordará os limites e possibilidades identificados na prática profissional quanto da intervenção em situações de violência no namoro. Por fim, o quarto capítulo apresenta a metodologia percorrida nesta investigação, apresentando os objetivos e problemas iniciais, bem como as técnicas de recolha de dados e sua análise e discussão.

Considerando que a pesquisa na área das ciências sociais e humanas é formulada através de teorias, abordagens, perspectivas distintas, este trabalho tinha uma estrutura pré-definida que foi sendo moldada de acordo com o decorrer do estudo. Tratando-se de uma

pesquisa mista, de natureza exploratória e perspectiva fenomenológica, o objetivo geral, de *compreender e analisar a representação da violência entre jovens nas relações de namoro* foi o guião utilizado para reestruturar os objetivos específicos de acordo com o desenvolvimento da pesquisa.

O embasamento teórico foi amplo, utilizando autores clássicos como Marx, Durkheim, Engels, Althusser, Ariés, Arnett e Bobbio, incluo aqui autores recentes, mas referências do Serviço Social, como José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, além de nomes que me deparei apenas no processo investigativo, mas que apresentaram reflexões e análises de alta relevância para a contribuição deste trabalho.

Desta forma, o estudo foi configurado de forma a delinear uma trajetória histórica, relacionando o desenvolvimento da sociedade e das primeiras formas de violência e o desenvolvimento das instituições sociais configuradoras das relações sociais – como a família – com as configurações sexuais, o modelo de amor romântico e, finalmente, o desenvolvimento da juventude moderna, elencando os diferentes fatores que culminam nas situações de violência em relações de namoro. Portanto, considerando que nenhum fenómeno social é isolado, mas composto de uma rede de fatores complexos que culminam em sua complexidade particular.

Para complementar a parte teórica, foram escolhidas três técnicas de recolha de dados, das quais as duas primeiras constituídas por um questionário sócio demográfico associado a uma escala de atitudes de violência no namoro, adaptada de Price, Byers e Dating Violence Research Team (1999). O questionário apresentou questões relacionadas à identificação e perfil sócio demográfico dos participantes e a escala representa um instrumento de avaliação dos participantes sobre atitudes de violência nas relações de namoro. Por fim, realizou-se uma entrevista não estruturada com a colaboradora da União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR, associação portuguesa com projetos direcionados à defesa dos direitos humanos e promoção da igualdade de gênero.

É com esta perspectiva, que o Serviço Social identifica as demandas, formula hipóteses e busca, através da investigação social, meios de intervir nas situações de violência, de pobreza, de injustiças e em qualquer meio onde seja necessário um olhar crítico e comprometido com a emancipação humana e os direitos humanos.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA

1.1.Desenvolvimento da sociedade

Considerando a existência de diversas abordagens referentes ao tema, neste trabalho far-se-á um recorte histórico com embasamento teórico em Karl Marx, na qual o homem é artífice de sua própria história: ao modificar a natureza através do trabalho, também modifica a si próprio e o ambiente que o rodeia, definindo o que Marx chama *processo de trabalho* (Lessa e Tonet, 2011, p. 29). Este processo surgiu e desenvolveu-se na sociedade primitiva, como bem é destacado por Bobbio (1982, p. 19) ao afirmar que o período supremo da vida social em comunidade é marcado pela organização do homem em bandos, caça pequena e coleta de frutos, com graduais evoluções no desenvolvimento da percepção de sobrevivência, comunicação, estratégias de defesa até o que o marxismo chamará de afastamento¹ das barreiras naturais (Lessa, 2012, p. 16).

No decorrer desta transição, a descoberta da agricultura e da pecuária permitiu ao homem produzir mais que o necessário para sua sobrevivência e da tribo. De forma inédita, a escassez produtiva foi substituída pela produção em excesso, modificando as estruturas sociais: o trabalho cooperativo perdeu lugar para o acúmulo de produtos. Esta nova relação de exploração configura a nova sociedade: escravista (Lessa, 2012, p. 23).

1.1.1. Escravismo e feudalismo

A nova configuração de classes escravista determina dois tipos de trabalho, afirma Lessa (2012, p. 24): o de transformação da natureza, realizado através do trabalho braçal; e o intelectual, de controle e fiscalização do processo de produção. Esta evolução, afirmam Lessa e Tonet, é que permite, pela primeira vez, a exploração do homem pelo homem:

[...]Temos aqui a gênese de algo radicalmente novo na história humana. Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis

¹ Lessa ressalta que o fenômeno é chamado “Afastamento – e não desaparecimento ou eliminação – das barreiras naturais porque o aumento das capacidades humanas diminui correspondentemente nossa dependência para com a natureza sem, contudo, eliminar o fato de que sem a reprodução biológica, natural, não há sociedade humana possível” (Lessa, 2012, p. 16).

de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado. (2011, p. 30).

Desta forma, o escravismo demarca a divisão em duas principais classes sociais: os senhores de escravos e os escravos (Lessa e Tonet, 2011, p. 33). Para possibilitar a exploração de classes, novas funções e relações econômicas demandaram a regulação das normas sociais – o Direito, que atrelado aos funcionários e aos instrumentos coercitivos, formavam o Estado. O Estado representa a organização da classe dominante em um poder político. Assim, o Direito surge com a função social de regulamentar a vida social e o Estado, de representar os interesses da classe dominante (Lessa e Tonet, 2011, p. 31).

O crescimento da organização política culminou em uma longa crise econômica, e exigiu um novo modelo produtivo. Com unidades auto-suficientes, de carácter essencialmente agrário, surgem os feudos e juntamente, uma nova organização de classes baseada no acordo entre servos, que trabalhavam no campo, detentores das ferramentas de trabalho e de pequena parte da produção e os senhores feudais, proprietários das terras, ficavam com a maior parte da produção e a responsabilidade de proteger o feudo (Lessa e Tonet, 2011, p. 36).

Novamente, o desenvolvimento político e econômico provocou a crise, os senhores feudais quebraram o acordo e expulsaram os servos dos feudos. Estes recorreram ao roubo e à troca de mercadorias, desenvolvendo o comércio e as rotas comerciais. O surgimento das cidades e do comércio criou duas novas classes sociais: os *artesãos* e os comerciantes – também chamados *burgueses* (Lessa e Tonet, 2011, p. 37). A burguesia cresceu no comércio local entre os séculos XI e XVIII, e estabeleceu-se e consolidou-se enquanto meio produtivo até a Revolução Industrial. (Lessa e Tonet, 2011, p. 38).

1.1.2. Capitalismo

No modo de produção capitalista, a riqueza da sociedade, segundo Marx (2013, p. 113), é a produção de mercadorias e sua história está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento da burguesia enquanto classe dominante. O capitalismo surge atrelado a um novo modelo de exploração do homem pelo homem, fundamentalmente caracterizado pela divisão da sociedade em duas classes sociais: a burguesia e o proletariado.

No capitalismo, os meios de produção são propriedade privada da burguesia, que além de detentora dos meios de produção, também apropria-se da produção. O trabalhador produz, mas não tem acesso à produção, ele vende a sua força de trabalho ao capitalista e em troca recebe um salário, para ter acesso aos produtos. Esta relação é o maior exemplo de violência da sociedade capitalista: a violência do capital contra o trabalhador.

A exploração² característica do capitalismo é oriunda do processo de venda da força de trabalho para receber salário, ao mesmo tempo que o discurso ideológico afirma que o trabalhador é livre e responsável por suas escolhas. Quando a força de trabalho transforma-se em mercadoria que configura-se a mercantilização das relações sociais, a qual reproduz-se pelo processo de alienação³ da lógica mercantil de compra e venda: a força de trabalho agora é objeto de troca direto. Netto e Braz afirmam que:

[...] quando até a força de trabalho se converte em mercadoria, está posta a possibilidade de mercantilizar o conjunto das relações sociais – isto é: não somente de introduzir a lógica mercantil (compra e venda) em todas as relações econômico-materiais mas, também, de generalizá-la às outras relações sociais. (2010, p. 85)

Durante o desenvolvimento industrial, no século XVIII, as contradições entre classes tornaram-se mais visíveis, Netto (2001, p. 42) designou como momento em que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Portanto, a alienação do modo de produção capitalista configura-se pela

² O surgimento do trabalho excedente fez com que, pela exploração do trabalho alheio, se obtivesse muito mais do que pelo próprio trabalho. Passou a ser lucrativa a atividade de opressão e controle dos trabalhadores para deles tirar o trabalho excedente. O trabalho de coleta foi substituído pelo trabalho escravo, depois pelo trabalho do servo medieval e, nos nossos dias, pelo trabalho proletário. Estas novas formas de trabalho sob a exploração do homem pelo homem constituem o trabalho alienado. Passamos, assim, do trabalho de coleta (que funda a sociedade primitiva) ao trabalho alienado (que funda a sociedade de classes). Com esta passagem, a sociedade se dividiu em duas partes distintas e antagônicas: a classe dominante e a classe dominada. Assim surgiram as classes sociais. Fonte: (Lessa, S., Tonet, I. (2012). *Proletariado e sujeito revolucionário*. Instituto Lukacs – São Paulo. Disponível em <http://www.sergiolessa.com/Livros2012/ProletaSujeito.pdf>).

³ Alienação, segundo Lessa e Tonet, é um processo social e histórico por meio do qual a humanidade termina por construir obstáculos ao seu próprio desenvolvimento e que tais obstáculos nada mais são do que a desumanidade de relações sociais produzidas pelos próprios seres humanos. Salientam: “Os homens – e apenas eles – são os responsáveis por suas misérias. Foram os homens que construíram as alienações geradas pelo predomínio do capital na vida social; cabe a eles superarem tais alienações”. (2011, p. 57).

mercantilização das relações sociais: as relações passam a ser objeto de troca, não mais visando a cooperação e sobrevivência, mas o lucro.

1.2.Contextualização da violência: aspectos históricos e sociais

Considera-se que a história do desenvolvimento humano está intrinsecamente associada à violência, visto que a civilização é marcada pela organização do homem em sociedade política, através da opressão, da coerção e da submissão em que as sociedades emergem e consolidam-se. Cabe ressaltar que a importância desta análise baseia-se na concepção de que estudar o presente exige conhecer a trajetória histórica, ou seja, a percepção de que os fatos históricos não são soltos, mas resultados de anos de desenvolvimento histórico. Para melhor compreensão, usaremos as palavras de Guarinello:

O estudo do passado nos ensina que a nossa própria normalidade é histórica, que é passageira, que outras normalidades foram possíveis, assim como o serão no futuro. Ensina-nos, no fundo, que nada é normal, que tudo é convenção e que a realidade é apenas o limite de nossas convenções. O estudo da história antiga nos coloca frente a frente com nossas convenções [...]. Esse é, para mim, o grande sentido da história. Não é a celebração de eventos ou de grandes homens, não é a glorificação do passado nem a reificação da memória. A História científica é interessante porque, para pensar o passado, temos que nos pensar. Para ver e estabelecer diferenças, ou semelhanças, ou a igualdade, temos que definir o que somos, ou o que fomos num passado não tão remoto. (2006, p.228).

Portanto, o uso da violência destaca-se em todas as teorias relacionadas à constituição da sociedade e da necessidade e surgimento do Estado, percebe-se que é a violência que marca a reprodução das relações sociais. Sobre este novo momento, o qual é considerado por uns como sociedade civil e por outros, como Marx, Engels e Gramsci como sociedade política, Bobbio (1982, p. 21) irá chamar o início da “liberdade regulada”, marcada pela luta de uma classe contra outra. No Manifesto do Partido Comunista, escrito por Karl Marx e Frederick Engels, afirmam que:

A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta. (Marx e Engels, 1998, p. 7).

Schilling (1997, p.45) afirma que, para Marx: “A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está grávida de uma nova. Ela própria é uma potência econômica” (Marx, 1982, citado por Schilling, 1997, p. 45). Com o processo de “civilidade” surge também a universalização dos costumes, (Norberto Elias citado por Hayeck, 2009, p. 2), e explica que este processo ocorre com a atribuição ao Estado do “monopólio do exercício da violência”.

Pelo viés existencialista de Jean-Paul Sartre (citado por Branco), distinto do marxismo mas o qual consideramos de grande valia para a compreensão do fenômeno, a violência é “elemento constitutivo ineliminável da existência do homem” (Branco, 2013, p. 289). A teoria sartriana afirma que a relação entre homens provoca constantemente um conflito entre suas consciências e na percepção da liberdade: a violência representa a negação do homem pois a conquista da liberdade de um ameaça à liberdade do outro.

Semelhante ao marxismo, Sartre afirma a impossibilidade do homem ser livre em situação de exploração, pelo que se torna impossível pensar a liberdade na sociedade capitalista. Entender o universo humano na perspectiva sartriana, é compreender a violência como um agente que determina as relações do homem com a natureza, com outros homens e consigo mesmo, não sendo possível desvincular a violência do homem (Sartre, 1983, citado por Branco, 2013, p. 296).

Cabe ressaltar que para Sartre, o Direito é uma forma de violência, visto que a sua existência reflete uma situação de conflito onde é necessária uma terceira esfera – a jurídica. Seguindo esse viés de pensamento, Vasquez afirma que a violência é resultado da modificação que o homem faz em determinado objeto ou matéria, e que “a violência é exclusiva do homem” (Vasquez, 1977, citado por Genro Filho, 1984, p. 7). Assim,

[...]as práticas sociais que implicam nessa violência essencial no interior da sociedade, existem como um ‘trânsito’ constante do todo para as partes e vice-versa”, assim, são as responsáveis por estabelecer as normas e padrões determinantes da vida social então, “esse ‘trânsito’ contínuo da violência é o que devemos chamar de política. (Genro Filho, 1984, p. 10).

A ideia de que a crueldade pode ser diminuída e a opressão extinta da sociedade, a qual afirma Genro Filho, “violência não é sinônimo de crueldade ou opressão” (p. 1984, p. 13), reproduz a ideia de que a violência pode ser enfrentada e diminuída, mas é inerente ao homem e não poderia ser definitivamente eliminada da sociedade, visto que sua

abolição significaria extinguir o próprio homem, pois é através da violência que o homem sobrevive e se reproduz socialmente.

O debate a respeito da violência afirma Hayeck (2009, p. 2), destaca-se em meados de 1980, quando a sociedade vive um momento de banalização da violência, concebendo-a como natural da essência humana. Odalia (1985, citada por Hayeck, 2009, p. 2), refere-se à violência como “[...] uma das condições básicas da sobrevivência do homem[...]”, considerando-a necessária para a reprodução e evolução da espécie humana. Assim, para Hayeck a conceptualização da violência é distinta entre os modelos societários e variadas definições são aceites, “não podemos nos ater a um discurso social de uma violência única e singular, e sim como um fenômeno inscrito na realidade do mundo social que se expressa de diversas maneiras” (2009, p. 7).

Para a Organização Mundial de Saúde, a violência é definida como “uso intencional de força física ou poder, ameaças ou na prática, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, má formação ou privação”⁴. Raymond Williams (2007, citado por Hayeck, 2009, p. 2), afirma que “[...] se trata de uma palavra que necessita de definição específica inicial, se não quisermos cometer uma violência contra ela”. Michaud completa:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, acusando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (Michaud, 1989, p. 10, citado por Hayeck, 2009, p. 3).

Ainda mais, destacamos a definição de violência do dicionário francês Robert:

- a) O fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação;
- b) o ato através do qual se exerce a violência;
- c) uma imposição natural para a expressão brutal dos sentimentos.
- d) a força irresistível de uma coisa, e) o caráter brutal de uma ação. (1964, citado por Hayeck, 2009, p. 2).

⁴ Violence is the intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, which either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment, or deprivation. (Site oficial da OMS: <http://www.who.int/topics/violence/en/>)

Portanto, a variação não é somente em definições, mas também nas interpretações sobre violência. Devido a isto, Hayeck (2009, p. 3) afirma que a análise deve considerar fatores sociais, morais, económicos, culturais, psicológicos e institucionais, não devendo analisar um objeto isolado do contexto social, pois são estes que determinam a análise e direcionam as investigações.

No auge seu desenvolvimento industrial, a sociedade capitalista apresentou um novo fenômeno com uma característica essencial, afirma Netto (2001, p. 42), palco da transformação da pobreza, para o pauperismo: “Pela primeira vez na história, a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001, p. 42). Ou seja, quanto maior o desenvolvimento dos meios de produção e a produção de mercadorias, maior a pobreza da classe trabalhadora. Pela primeira vez na história da humanidade, a pobreza cresce na mesma medida que a possibilidade de suprimi-la, constituindo uma das contradições básicas do capitalismo.

Neste contexto, por volta da terceira década do século XIX, surge segundo Netto (2001, p. 42), a expressão Questão Social, utilizada por críticos e filantropos, para designar o alargamento do pauperismo com o advento das transformações surgidas com a industrialização na Europa. Tornava-se claro que era um fenômeno novo, distinto das outras formas de pauperismo anteriores. Segundo Netto,

O divisor de águas, também aqui, é a Revolução de 1848⁵. De um lado, os eventos de 1848, cerrando o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedem, a partir de então, aos intelectuais a ela vinculados, (enquanto seus representantes ideológicos), a compreensão dos nexos entre economia e sociedade donde a interdição da compreensão, da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização (2001, p. 43).

A Questão Social, portanto, pode ser compreendida, segundo Yamamoto e Carvalho, da seguinte forma:

[...] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da

⁵ O que desencadeou a Revolução Francesa de 1848, também conhecida como Primavera dos Povos, foi o reconhecimento da classe trabalhadora de sua situação de pobreza e a substituição do trabalho pelas máquinas. Assim, em uma luta – mais contra as máquinas do que contra a própria burguesia, vale ressaltar – contra a situação em que se encontravam, exigindo reconhecimento político enquanto classe. A ideologia burguesa buscou responder através de novos meios de controle e dominação.

contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de uma legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (2009, p. 77).

Ao se tornar pública, a Questão Social exigiu a interferência do Estado e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, implicando uma ação que ia para além da repressão e da caridade e provocando questionamentos que ameaçavam as relações de interdependência entre capital e trabalho. Afirma Netto (2001) que foi “com a publicação, em 1867, do primeiro volume d’O Capital, que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidades da questão social” (p. 45). Constatando-se que a Questão Social era oriunda do desenvolvimento do capitalismo e que “não se suprime a primeira conservando o segundo” (Netto, 2001, p. 157). Nas palavras de Yamamoto,

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa, amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens de civilização (2008, p. 61).

Vista como uma ameaça, a Questão Social é naturalizada pelos dois pensamentos conservadores vigentes na época: o laico e o confessional. Netto (2001, p. 43), explica que para o pensamento conservador laico, as expressões da questão social – fome, pobreza, desemprego, violência – são consequências naturais das relações em sociedade e que, no máximo, é possível amenizá-las através de intervenções pontuais, mas não é possível eliminá-las. Já o pensamento conservador confessional reconhece a gravidade da questão social e suas manifestações, porém encara-as como fruto da vontade divina, e, assim, com a necessidade de conseguir um consenso entre trabalhadores e capitalistas.

Assim, os dois pensamentos conservadores afirmam que a “solução” para enfrentar as expressões da questão social está no homem e na sociedade, desconsiderando as relações sociais de produção que conduzem o processo das relações sociais. Trata-se de uma tentativa de “combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa” (Netto, 2001, p. 44).

Durante muito tempo, as manifestações da questão social continuaram a ser alvos de intervenção caritativa e assistencialista. No período decorrente de Segunda Guerra

Mundial, relata Netto (2001, p. 46), que o capitalismo viveu o período de largo crescimento econômico. A Europa e a América vivenciavam o período de bem estar social, “pareciam remeter para o passado a ‘questão social’ e suas manifestações” (Netto, 2001, p. 47). Foi neste período que desenvolveram-se as políticas sociais⁶, as quais representam, segundo Augusto “a relação de forças presentes no âmbito das sociedades concretas” (1989, p. 110). Segundo Souza,

[...]na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (2006, p. 22).

Pode-se afirmar que as desigualdades não foram suprimidas, mas institucionalizadas. As políticas sociais tornaram-se um ponto de equilíbrio entre as exigências da classe trabalhadora e a resposta dos capitalistas. Segundo Netto:

[...] as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. (2011, p. 33).

Deste modo, as políticas sociais representam

[...] respostas do Estado burguês do período do capitalismo monopolista a demandas postas no movimento social por classes (ou estratos de classes) vulnerabilizados pela ‘questão social’, o que indica, portanto, que as políticas sociais constituem-se em “campos de tensões entre os interesses do proletariado e a burguesia” (Netto, 1996, p. 15).

Porém,

Na entrada dos anos setenta, esgotou-se a longa onda expansiva da dinâmica capitalista [...]: a conjunção ‘globalização’ mais ‘neoliberalismo’ veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum ‘compromisso social’ [...]. (Netto, 2001, p. 47)

Diante do novo contexto econômico, político e social, alguns intelectuais afirmaram o surgimento de uma “nova questão social”, atribuindo às suas manifestações um carácter autônomo e isolado. Porém, Netto afirma que “inexiste qualquer ‘nova

⁶ Refere a intervenção do Estado nas diferentes dimensões sociais (Augusto, 1989, p. 109).

questão social”” mas há “[...]a emergência de novas expressões da ‘questão social’” (2001, p. 48).

É preciso ressaltar que afirmar a questão social como constitutiva da sociedade capitalista não significa desconsiderar os conflitos entre classes nas sociedades anteriores, mas sim destacar que no capitalismo ela difere-se por ser resultante do reconhecimento político da classe explorada. Para Machado, utilizar o termo Questão Social significa assumir a análise crítica da situação social da classe majoritária – a classe trabalhadora,

É ressaltar as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, no acesso a direitos, nas condições de vida; é analisar as desigualdades e buscar forma de superá-las. É entender as causas das desigualdades, e o que essas desigualdades produzem, na sociedade e na subjetividade dos homens. E as consequências da apropriação desigual do produto social são as mais diversas: analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, analfabetismo político, etc. [...]. (1999, p. 43).

Compreendemos, pois, que a Questão Social abriga em sua definição as manifestações da relação de exploração entre capital e trabalho. Expressa-se na violência, no desemprego, no analfabetismo, na fome, na habitação precária, na falta de leitos em hospitais, etc. (Machado, 1999, p. 43).

Assim, compreendemos a violência uma das manifestações da Questão Social, em suas variadas manifestações, bem como as relações patronais de poder, com raízes na desigualdade social, sendo instrumento de manutenção das normas e reprodução ideológica em todas as sociedades, através de aparelhos repressores e ideológicos, dos quais trataremos a seguir.

1.3.Representações e instituições sociais como determinantes da violência nas relações sociais

Na perspectiva de que o indivíduo é “construído” dentro de um complexo social, diretamente influenciado pela cultura vigente, significa reconhecer a importância e as particularidades da cultura que “é, em parte, estabelecida por uma Ideologia que reflete as relações assimétricas de poder” (Tondato, 2004, p.15). Assim, com embasamento em Thompson, Tondato afirma que a ideologia torna-se uma maneira de ocultar a realidade, e envolve um “sistema de pensamento, de crenças ou símbolos que se referem à ação

social ou à prática política, que substituem a religião e a magia na mobilização de pessoas em uma sociedade industrial, capitalista, secular” (2004, p. 15).

Desta forma, é um meio que objetiva o fim: estabelecer e manter as relações de poder. Poder este, que na sociedade capitalista, está abarcado nas mãos do poder dominante: Igreja, Estado, lei, sistema educacional, mídia, família. A conceitualização das representações sociais, que representam a necessidade do homem de situar-se e estabelecer-se no mundo, podem ser procuradas nas referências e orientações veiculadas de forma quase natural pelas palavras e mensagens midiáticas (Porto, 2006, p. 252). Segundo Durkheim, os fatos sociais correspondem a “todos os fenômenos que se dão no interior da sociedade, por menos que apresentem, com uma certa generalidade, algum interesse social” (1978, p. 1). Portanto, as atividades realizadas pelos indivíduos são cobradas socialmente para a manutenção de um padrão comportamental:

Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumpro deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com os meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação. (Durkheim, 1978, p. 2).

São condutas exteriores ao indivíduo, “dotados de uma força imperativa e coercitiva” (Durkheim, 1978, p. 2), ou seja, não dependem da vontade do indivíduo exercê-las ou não:

Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provooco, o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. (Durkheim, 1978, p. 3).

Estas características específicas constituem o que Durkheim chama de um fenômeno novo: o social, pelo qual o indivíduo não é autônomo e reproduz-se pelo conjunto coercitivo social (regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros, etc). Cabe destacar que “nem toda coerção social exclui necessariamente a personalidade individual” (Durkheim, 1978, p. 4), assim, compreender o indivíduo enquanto ser social, significa também compreender a complexidade individual e a complexidade dos fatores externos.

Considerando os variados modelos explicativos sobre a violência, usaremos da teoria sistêmica em Bucher-Maluscke, que concebe a violência “sob o prisma relacional em que ela é produzida de forma circular, ou ainda pela transmissão de hábitos violentos provenientes de gerações anteriores” (2004, p. 158), de forma que por vezes estes modelos se complementam, portanto, embasada em Montagu, afirma que a agressividade e a hostilidade não são inerentes ao homem, bem como o afeto e o amor também não, são sentimentos construídos humanamente (Bucher-Maluschke, 2004, p. 158).

Serge Moscovici e Denise Jodelet aprofundam a análise durkheniana na Teoria das Representações Sociais (Arruda, 2002, p.128). Em 1961 a obra matriz desta teoria foi publicada por Moscovici, porém, segundo Arruda (2002, p. 129), somente destacou-se na década de 1980, com a publicação de Althusser sobre os *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Portanto:

A Teoria das Representações Sociais – TRS – operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar[...]e define duas delas, pregnantes nas nossas sociedades: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo. [...] O universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. [...] As representações sociais constroem-se mais freqüentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques. (Arruda, 2002, p. 129).

Santos e Dias (2015, p. 175), afirmam que para Moscovici as representações sociais devem ser compreendidas enquanto resultados da interação entre sujeitos, visto desenvolverem-se na intercorrência do senso comum, formadas no desenrolar da vida cotidiana. A teoria de Moscovici encara a transformação dos indivíduos e dos objetos com os quais interage e define que:

As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, o de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...], nem o de uma reação a um estímulo exterior determinado. [...] são sistemas que têm uma lógica própria e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos [com] um estilo de discurso próprio. Não as consideramos como opiniões sobre nem imagens de, mas como “teorias”, como “ciências coletivas” *sui generis*, destinadas à interpretação e à construção da realidade. (Moscovici e Nemeth, 1974, citados por Arruda, 2002, p. 137).

Para os pesquisadores de campo,

As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (Jodelet, 2002, citada por Santos e Dias, 2015, p. 183).

Destaca ainda Jodelet (2002, citada por Arruda, 2002, p. 138), a importância de considerar elementos afetivos, mentais e sociais, integrar a cognição, linguagem, comunicação e as relações sociais ligadas diretamente à realidade material, social e ideal e nas representações nas quais estas atuam. Na concepção de Jodelet “toda representação é representação de alguém e de alguma coisa. [...] E o ‘alguém’ que a formula é um sujeito social, imerso em condições específicas de seu espaço e tempo” (citada por Arruda, 2002, p. 141), ou seja, o indivíduo molda-se através das representações sociais que lhes são apresentadas e que caracterizam-no como um ser social, complexo e mutável.

Portanto, as normas, deveres e direitos sociais são definidos pelos interesses da classe dominante e servem para moldar os trabalhadores na reprodução do padrão societário. Nesta perspectiva, Louis Althusser distingue *poder* e *aparelho de Estado*, como também *aparelhos ideológicos do Estado*.

Os Aparelhos de Estado (AE) são formados pelo Governo, Administração, Exército, Polícia, Prisões, utilizados na repressão do povo, constituindo os chamados *Aparelhos Repressivos de Estado* (Althusser, 1980, p. 43). Não representam apenas a violência física, mas também administrativa, moral, etc. Sobre os *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE), o autor destaca:

- O AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas); - o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares); - o AIE familiar; - o AIE jurídico; - o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos); - o AIE sindical; - o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc); - o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc). (Althusser, 1980, p. 43).

Segundo o autor, a diferença entre os AIE e os Aparelhos Repressivos de Estado é representada, primeiramente, pela observação da não visibilidade imediata dos AIE perante os aparelhos repressivos. Em segundo, os aparelhos repressivos estão ligados diretamente ao domínio público, enquanto os AIE são representados por instituições privadas (Althusser, 1980, p. 45). Significa então, que sem o pensamento crítico, é difícil associar que os AIE constituem uma ferramenta de determinações sociais e culturais *invisíveis*, as quais atuam de forma coercitiva nas relações sociais.

É através dos AIE que o indivíduo “aprende” comportamentos, valores e ideologias. Compreende-se que o AIE primário é o familiar, seguido do AIE religioso e o escolar: estes compõem um tripé de normas e valores sociais inculcados por uma relação de poder. A primeira relação a destacar-se é a da classe dominante x classe trabalhadora. A violência nas relações de namoro também configura uma relação de poder, bem como as relações entre pessoas seguem um padrão determinado e disseminado ideologicamente.

Assim ressalta-se a importância de articular as representações sociais, os aparelhos ideológicos e a violência nas relações de namoro. Nascimento e Cordeiro (2011, p. 518), chamam a atenção para a existência de duas correntes na análise da violência nas relações de namoro. A primeira defende a simetria de que a violência pode ser ministrada tanto pelo homem como pela mulher, considerando a existência de fatores particulares que influem na execução da violência e nas consequências destas. A outra corrente defende a influência da ideologia de gênero, firmada no movimento feminista. Considerando as diferentes perspectivas, as autoras afirmam que os dados apresentados não divergem em um ponto: as consequências são maiores para as mulheres. Destacam a violência como

“[...]um dado cultural e societário, com uma grande variação em suas formas de manifestação, em função do contexto sociocultural em que ocorre, e da diversidade e complexidade dos valores que assume, em cada um destes contextos particulares” (Almeida et al, 2008, citado por Nascimento e Cordeiro, 2011, p. 517).

Ressalta-se ainda que os padrões culturais que influenciam os comportamentos masculinos e femininos são importantes, mas não são determinantes. Nascimento e Cordeiro afirmam que é desacertado considerar padrões genéricos de violência contra a mulher, porém também não se deve excluí-los genericamente. Portanto, é um fenômeno que exige uma investigação profunda, a considerar um envolvimento de fatores externos e internos, para sua compreensão e intervenção.

CAPÍTULO 2 – FAMÍLIA, JUVENTUDE, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA NO NAMORO

2.1. Considerações introdutórias ao conceito de família

Para uma análise crítica à constituição da família, utilizando a linha marxista de pensamento, é preciso, primeiramente, caracterizá-la enquanto uma instituição social oriunda da sociedade de classes. Para isso, recorrer-se-á às relações sociais de Durkheim, às Instituições Sociais de Althusser, articulando com Engels e Ariés. Autores como Leal, Lucena e Lins complementam a análise social crítica da família e suas particularidades no contexto das relações sociais e da mutabilidade do desenvolvimento histórico capitalista. Em seguida, as relações de intimidade serão exploradas na perspectiva da psicanalista Regina Navarro Lins, acompanhada da análise da juventude em Arnett.

Ao tratarmos do tema “família”, muitas são as concepções apresentadas e difundidas pelas ciências humanas e sociais, visto ser um conceito sociológico adaptável aos modelos históricos-sociais no desenvolvimento social e nas relações entre sujeitos. Emile Durkheim, em sua tese de doutoramento, discorreu sobre a Divisão do Trabalho Social e a relação entre indivíduo e sociedade, e afirma que as relações entre os homens são marcadas por um sentimento de complementaridade:

Por mais ricamente dotados que sejamos, sempre nos falta alguma coisa, e os melhores dentre nós têm o sentimento de sua insuficiência. É por isso que procuramos, em nossos amigos, as qualidades que nos faltam, porque unindo-nos a eles participamos de certa forma da sua natureza e nos sentimos, então, menos incompletos. (Durkheim, 1999, p. 21).

Em uma análise do pensamento durkheimiano, Leal (2015, p. 3), afirma que a família consiste em uma instituição essencial à estrutura social. Para defini-la, Durkheim comparou as famílias em diferentes períodos históricos e sociedades com o intuito de conceituar a estrutura familiar. Segundo este autor, Leal (2015, p. 5), refere, o casamento é uma relação acima do indivíduo em si, enquanto contrato regulador das ações individuais, sendo para além de um contrato, uma modificação das relações sociais. Segundo Lucena (2010, p. 296), a consciência coletiva é o que permite o desenrolar da vida social, ou seja, o conjunto de consciências particulares, mas que se combinam entre si em torno de objetivos comuns, sobressaindo-se às individualidades.

Durkheim compara as sociedades, destacando as funcionalidades dos sexos, e a divisão do trabalho sexual: “pode-se ver, na história, que ela [*divisão do trabalho sexual*] desenvolveu-se exatamente no mesmo sentido e da mesma maneira que a solidariedade conjugal” (Durkheim, 1999, p. 22). Para este autor o casamento é uma construção social, visto que “houve uma época na história da família em que não havia casamento; as relações sexuais se faziam e se desfaziam à vontade, sem que nenhuma obrigação jurídica ligasse os cônjuges” (Durkheim, 1999, p. 24).

O modelo de família mais próximo ao que atualmente se concebe, era a família maternal, sem obrigatoriedade de fidelidade e onde a relação forte ocorria entre o marido e os pais da esposa, constituindo o princípio da solidariedade conjugal: como não há tamanhas distinções entre papéis masculinos e femininos, o que une (ou separa) o casal são os vínculos criados entre eles. (Durkheim, 1999, p. 25).

Com o desenvolvimento da sociedade, o casamento assume um novo papel; surgindo novas obrigações, estabelecendo-se o dever da fidelidade e atribuindo novas regras a respeito do dote e da união de bens. Para além dessas transformações, as funções sexuais do homem e da mulher ganham novas determinações: à mulher, as funções afetivas e ao homem, as funções intelectuais. (Durkheim, 1999, p. 26). O casal, nesta perspectiva, convive através da relação de *solidariedade conjugal*.

Lucena (2010, p. 297) transcorre que a teoria da solidariedade conjugal de Durkheim é marcada em duas divisões: a solidariedade mecânica - afirma que os indivíduos agregam-se em sociedade a partir de pressupostos alicerçados na religião, tradição ou sentimentos comuns e a solidariedade orgânica - concepção de que os homens são diferentes entre si, e agregam-se pela dependência social que possuem para alcançar determinados objetivos ou necessidades. Assim, para Durkheim (1893, referido por Lucena, 2010, p. 296), a singularidade do indivíduo é composta pelas influências externas que lhes são apresentadas, formando sua consciência, valores e visão de mundo.

Como vimos anteriormente em Althusser, a família faz parte do que conhecemos por Aparelhos Ideológicos do Estado - AIE, portanto, cabe ressaltar que:

[...]o que distingue os AIE do Aparelho (repressivo) de Estado, é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho repressivo de Estado *funciona pela*

violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam pela ideologia*. (Althusser, 1980, p. 46).

Para Althusser os AIE e os ARE funcionam de forma simultânea – a repressão e a ideologia manifestam-se em ambos, no entanto, nos ARE, destaca-se a repressão e de forma secundária, a ideologia (por exemplo a polícia e o exército), já nos AIE, de forma oposta, prevalece a ideologia e a repressão mantém-se em segundo plano (como a Igreja, Escola e Família).

Neste estudo, efetuamos a análise e compreensão dos AIE, na qual é a ideologia dominante, da classe de maior poder, que os determina. O domínio e controle dos AIE constituem fortes posicionamentos, que nem sempre as classes dominantes atuais conseguem modificar, como também por ser o campo de batalha e representa posições de resistência da classe trabalhadora (Althusser, 1980, p. 50).

As formações sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas são demasiadas, e, comparadas às sociedades anteriores, expandiram-se e subdividiram-se de maneira a assumir maiores complexidades. Assim, Althusser ressalta que no período da Idade Média a Igreja assumia funções múltiplas⁷, nas suas palavras, “no período pré-capitalista, [...]é absolutamente evidente que *existia um Aparelho Ideológico de Estado dominante, a Igreja[...]*” (1980, p.58), neste período, para além das funções religiosas, a Igreja era a responsável educacional, bem como pelas funções informativas e de propagação cultural.

Althusser afirma que durante o século XIX estendeu-se a luta “pelo estabelecimento da hegemonia burguesa nas funções outrora desempenhadas pela Igreja: antes de mais, na Escola” (Althusser, 1980, p. 59). Esta nova função da escola era, apoiado no novo modelo de Estado político (democrático-parlamentar), retirando da Igreja suas funções ideológicas, o que leva Althusser afirmar que, diferentemente do que se percebe, não é o AIE político o poder dominante nas formações sociais capitalistas, e sim o AIE escolar:

⁷ O autor ressalta que devido à esta posição dominante do AIE religioso, que as primeiras lutas no período do século XVI ao século XVIII são de carácter anticlerical e anti-religiosas; ainda destaca, que uma das intenções da Revolução Francesa – para além de transferir o poder da aristocracia para a burguesia capitalista-comercial recém-erguida –, era atacar a Igreja, enquanto aparelho ideológico de Estado nº 1 do poder dominante, assim, novos aparelhos ideológicos foram criados para substituir o papel dominante da Igreja. (Althusser, 1980, p. 59).

[...]a história, mesmo recente, mostra que a burguesia pôde e pode muito bem viver com Aparelhos Ideológicos de Estado políticos diferentes da democracia parlamentar: o Império, nº 1 e nº 2, a Monarquia da Carta (Luís XVIII e Carlos X), a Monarquia parlamentar (Luís Filipe), a democracia presidencialista (de Gaulle), para só falar da França[...]. (Althusser, 1980, p. 61).

Portanto, Althusser considerar pensar o AIE escolar como aparelho predominante, o qual substituiu as funções da Igreja e, até mesmo acrescenta: “o duo Escola-Família substituiu o duo Igreja-Família” (Althusser, 1980, p. 62). Assim, a hegemonia dominante da Escola inicia-se no período pré-primário, impondo às crianças determinações através quer dos saberes práticos, quer das matérias escolares, padronizando-os na ideologia dominante, através da moral, da civilidade, normas comportamentais. Isto ocorria até aos 16 anos, quando uma parte das crianças – operários ou camponeses – seguia o caminho da produção; a outra parte continuava o caminho escolar, tornando-se os pequenos e médios empregados, funcionários, pequenos burgueses e; alguns poucos, atingem altos cargos, dos agentes de exploração (capitalistas, empresários), repressão (policiais, políticos) e ideologia (padres). São caminhos pré-determinados, aos quais o AIE escolar tem o apoio do AIE familiar para moldar e encaminhar as crianças no processo de formação.

Ariés, em sua obra *História Social da Família*, inicia explanando sobre a família tradicional antiga:

[...]tinha por missão - sentida por todos a conservação dos bens, a prática comum de um ofício a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas. Ela não tinha função afetiva. Isso não quer dizer que o amor estivesse sempre ausente[...]. Mas (e é isso o que importa), o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor. (1981, p. 12).

Após sua análise, Ariés conclui que não existia, durante a Idade Média, a concepção de família e o sentimento a ela associado, mas sim, que este surge em meados do século XV e XVI, consolidando-se somente no século XVII. Portanto, segundo o autor, os laços de sangue constituíam a família e a linhagem; a família representada pelo conjunto de pessoas, marido, mulher, filhos, irmãos, pais, que conhecemos até os dias modernos, consiste na divisão de uma mesma propriedade, prevalecendo o sentimento de posse. A linhagem representa a descendência de um mesmo ancestral, “a família conjugal

moderna seria, portanto, a consequência de uma evolução que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a linhagem e as tendências à *indivisão*” (Ariés, 1981, p. 209).

Ariés descreve o início do século XIV, como o período de desenvolvimento da família moderna tradicional, quando se inicia a degradação da imagem feminina no lar até o século XVI, quando o casamento torna-se o que o autor chama de *monarquia doméstica* (1981, p. 212). Segundo o autor, era um meio de manutenção da linhagem sanguínea, dos bens e propriedades.

Os deveres de um bom pai de família reduzem-se a três pontos principais; o primeiro consiste em aprender a controlar sua mulher, o segundo, em bem educar seus filhos, e o terceiro, em bem governar seus criados. (Ariés, 1981, p. 263).

Portanto, a constituição familiar, suas manifestações e seu desenvolvimento são mutáveis, complexos e históricos, o que significa compreender a família enquanto uma instituição que se adapta, ao mesmo tempo que estabelece padrões. Este pensamento seria melhor explicado por Morgan:

A família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente. (citado por Engels, 1984, p. 30).

A análise de Engels retrata diferentes tipos de organização familiar em tribos tradicionais, ressaltando que as relações parentais levam mais tempo a modificar-se do que a própria *instituição família*, e assim acontece com as demais instituições sociais, como religião, política, direito e filosofia.

No decorrer de seus estudos, Engels constatou que “encontramo-nos frente a uma série de formas de família que estão em contradição direta com as até agora admitidas como únicas válidas” (1984, p. 31), mesmo assim, a concepção tradicional reconhece apenas a monogamia, a poligamia masculina e alguns poucos casos de poliandria⁸ feminina, sendo com o desenvolvimento das relações sociais, políticas e religiosas que as relações conjugais estreitam-se e resultam na monogamia como modelo tradicional aceite

⁸ “[...]a poliandria, esto es, el sistema complementario en el cual vários maridos comparten una esposa” (Lévi-Strauss, C. (2010). *La familia. Lecturas de Antropología Social Y Cultural. la Cultura Y Las Culturas*, 195).

socialmente, note-se, no entanto, que a poligamia ainda é praticada por determinadas culturas, sustentadas pela religião e, até mesmo é tolerada nas sociedades monogâmicas, mas, “em ambos os casos, só se admite *um* macho adulto, *um* marido” (Engels, 1984, p. 35).

Lins (2007, p. 13) aponta que estudos recentes revelam que, de 853 culturas, apenas 16% são monogâmicas, o que significa que 84% permitem a poligamia masculina, visando o aumento e acúmulo de riquezas através da procriação – vale ressaltar que a justificativa é puramente masculina, não permitindo à mulher este tipo de relação.

Baseado na análise antropológica de Morgan, Engels conclui que a evolução das formas de família é resultante da redução progressiva dos parceiros sexuais possíveis, ao passo que se entendia os efeitos da seleção natural: os matrimônios entre povos distintos, originavam crias mais fortes, mental e fisicamente. Assim, primeiramente passou a ser excluída a relação matrimonial com parentes distantes, depois com parentes próximos, até a relação resumir-se em um único casal, o que resultou em uma “escassez” de mulheres, pelo que os homens passaram a raptar ou comprar mulheres. Visto que, como afirma Lins, a procriação exigia a participação de ambos os sexos, era necessário a formação de um *casal* (2007, p. 20).

As relações matrimoniais assumem diferentes formas no seu período de desenvolvimento, mas o sexo representava a maior diferença do antigo modelo, principalmente para as mulheres. As relações sexuais perderam sua característica primitiva – de liberdade – e as mulheres eram sujeitas às mais variadas formas de relações e mesmo violações sexuais⁹. Quando se descobre que o homem fecunda a mulher, é preciso garantir que esta mulher não tenha sexo com outros, no intuito de garantir a paternidade e, conseqüentemente, a manutenção dos bens. A mulher, como objeto de procriação, afirma Bachofen, mencionado por Engels, realiza a transição à monogamia, de forma a amenizar sua exposição às relações sexuais opressivas e depreciativas, além do mais,

Esse progresso não podia ser devido ao homem, pela simples razão, que dispensa outras, de que jamais, ainda em nossa época, lhe passou pela cabeça

⁹ Para maior aprofundamento neste tema, ler *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Frederich Engels, páginas 49 – 56.

a ideia de renunciar aos prazeres de um verdadeiro matrimônio por grupo. Só depois de efetuada pela mulher a passagem ao casamento sindiástico, é que foi possível aos homens introduzirem a estrita monogamia – na verdade, somente para as mulheres (Engels, 1984, p. 56).

A liberdade sexual feminina fora restringida, mas a do homem mantém-se, ora, “da mesma forma que o carneiro emprenha 50 ovelhas, ele também pode ter um harém, se desejar” (Lins, 2007, p. 20). Com o casamento monogâmico, ocorre a divisão sexual do trabalho na família, incumbido ao homem prover financeiramente o sustento e à mulher a atividade doméstica. Os filhos, agora, tinham o pai reconhecido, a mulher passara a ser propriedade do homem, este tinha o direito de puni-la, até mesmo matá-la, em nome de sua honra. Assim ocorreu a passagem ao patriarcado:

O desmoronamento do direito materno, *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. (Engels, 1984, p. 61).

A monogamia e o patriarcado visam a manutenção da propriedade. Como forma de garantir a fidelidade feminina e a paternidade, a mulher é entregue ao marido, destituída de poderes sobre si e sobre os filhos. Deste modo pode-se afirmar que a monogamia estabelece uma relação escravista entre sexos, em *A Ideologia Alemã*, afirma-se que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (Marx e Engels, 1846, citado por Engels, 1984, p. 70). Desta forma compreende-se que:

O patriarcado é uma organização social baseada no poder do pai, e a descendência e o parentesco seguem a linha masculina. As mulheres são consideradas inferiores aos homens e, por conseguinte, subordinadas à sua dominação. Superior/inferior, dominador/dominado (Lins, 2007, p. 27).

Este modelo de organização social possui duas bases fundamentais: o controle da fecundidade e, como citamos em Marx e Engels, a divisão sexual de tarefas. Ora, como já mencionamos, a fidelidade feminina – pelo menos em sua origem – não esteve ligada ao sentimento de amor, mas era o meio de garantir a legitimidade dos filhos e, conseqüentemente, proteger a herança da família (Lins, 2007, p. 28), pelo que podemos afirmar que a fidelidade era e é um sentimento de posse. Devido a este modelo de relação os homens buscavam formas de “certificarem-se” da fidelidade: o encarceramento, isolamento, cinto de castidade, mutilação genital. As mulheres adúlteras sofriam vários castigos: apedrejamento, afogamento, confinadas em conventos (Lins, 2007, p.27). É

preciso ressaltar que estes acontecimentos não ficaram de todo no passado, estando ainda presentes em algumas culturas.

Por fim, junto à monogamia, duas novas instituições sociais se estabeleceram neste novo modelo societário: o heterismo e o adultério. Para explicar o heterismo Engels, utilizando a concepção de Morgan, descreve-o como as relações extraconjugais dos maridos com mulheres solteiras – abarca as variadas formas de relação, até culminar na prostituição. O adultério, afirma Engels, surge com a esposa que se sente abandonada, que leva ao aparecimento de “duas figuras sociais constantes e características, até então desconhecidas: o inevitável amante da mulher casada e o marido corneado” (Engels, 1984, p. 72).

Finalmente, cabe ressaltar que foi também com a monogamia, segundo Engels, que se desenvolveu o amor sexual individual moderno, mas distinto da relação matrimonial:

A própria natureza da monogamia, solidamente baseada na supremacia do homem, exclui tal possibilidade. Em todas as classes históricas ativas, isto é, em todas as classes dominantes, o matrimônio continuou sendo o que tinha sido desde o matrimônio sindiásmico, coisa de conveniência, arranjada pelos pais. A primeira forma do amor sexual aparecida na história, o amor sexual como paixão, e por certo como paixão possível para qualquer homem (pelo menos das classes dominantes), como paixão que é a forma superior da atração sexual (o que constitui precisamente seu caráter específico), essa primeira forma, o amor cavalheiresco da Idade Média, não foi, de modo algum, amor conjugal. Longe disso, na sua forma clássica, entre os provençais, voga a todo pano para o adultério, que é cantado por seus poetas. [...] Pintam, com vivas cores, como o cavaleiro deita com sua amada, mulher de outro, enquanto na rua permanece um vigia, que o chama quando começa a clarear a madrugada, para que possa escapar sem ser visto. (Engels, 1984, p. 75).

Esse enlace poético passa a marcar a literatura francesa e alemã, exalando esperança sentimental ao casamento monogâmico, o qual possibilita as arriscadas provas do amor e, vale acrescentar, que o adultério era considerado crime de rigorosa punição, para as duas partes traidoras. Desta forma, o casamento moderno foi dividido em duas formas, de acordo com a ideologia religiosa no qual fosse concebido, de acordo com Engels os países católicos mantinham o casamento arranjado pelos pais, e aboliam o divórcio – o que resultava no casamento, literalmente, por obrigação; nos países protestantes, o jovem era livre para escolher sua esposa desde que esta estivesse de acordo com a classe social do mesmo. Em ambos os modos, afirma o autor, “[...]é sempre um

matrimônio de conveniência” (Engels, 1984, p. 77), a experiência do amor romântico está atrelada aos que contrariam a lei e as leis divinas.

Realçamos que essa realidade representa a sociedade burguesa, pois os proletários não possuem bens de troca para o negócio matrimonial, a relação monogâmica entre os proletários estabelece-se por outras relações pessoais e sociais, até mesmo pelo amor sexual. A revolução industrial, que exigiu a presença da mulher no mercado de trabalho, atribuindo-lhe as funções de sustento da família extinguiu o pouco da supremacia masculina – com exceção da brutalidade e da violência, esta independência feminina também permitiu o divórcio, logo a família proletária não está obrigada a manter aparências. A realidade feminina torna-se bastante objetiva:

[...]se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. [...] (Engels, 1984, p. 80).

A ideologia religiosa prega, ainda, que a relação entre homem e mulher é dependente desde a sua criação, a história cristã afirma a criação de Adão – um homem, criado por um Deus masculino, do qual lhe é arrancada uma costela e moldada uma mulher. Essa relação implica que Adão é pai e mãe de Eva, é seu superior – ele representa a imagem do Criador: “Desse momento em diante, é muito claro o papel que a mulher deverá cumprir na sua relação com o homem: agradecida, por ele ter lhe dado a vida; dependente, por ter nascido dele; submissa, por ser inferior” (Lins, 2007, p. 26).

2.2. Sexualidade e amor romântico – conceito e historicidade

Quando se descobre a relação existente entre os órgãos sexuais femininos e masculinos e, conseqüentemente, a fecundação, surge uma nova abrangência acerca da sexualidade. Na antiguidade, afirma Lins (2007, p. 24), encarava-se com naturalidade a nudez e o sexo: eram comuns os santuários com representações dos órgãos sexuais femininos e masculinos. Com a descoberta da paternidade, houve o que Lins chama de “uma ruptura na história da humanidade” (2007, p. 11), no decorrer dos anos seguintes, a ideologia religiosa substituiu a imagem de Deusas poderosas pela imagem de um Deus supremo. A procriação tornou-se quase que obrigatória e as mulheres buscavam, em todas

as religiões, rituais sagrados para a fertilidade, sempre no intuito de agradar os maridos e à sociedade.

Na Roma Antiga, a mulher era submetida à autoridade do pai e do marido, servia legalmente como objeto de troca para o casamento. Ao homem, são exigidos preços altos para corresponder às exigências do patriarcado, foi um processo de transição, afirma Lins, que durou quase 2.500 anos para se estabelecer:

Para se adequar ao modelo patriarcal de homem e mulher, cada pessoa tem que negar parte do seu eu, na tentativa de ser masculina ou feminina. Homens e mulheres são simultaneamente ativos e passivos, agressivos e submissos, fortes e fracos, viris e femininos, mas perseguir o mito da masculinidade significa sacrificar uma parte de si mesmo, abrir mão de sua autonomia. O patriarcado é um sistema autoritário tão bem-sucedido que se sustenta porque as pessoas subordinadas ajudam a estimular a subordinação (Lins, 2007, p. 29).

A conclusão desta transição foi apoiada, diretamente, por duas instituições sociais: a Igreja e a Ciência. A bíblia cristã, desde seu início, incita a submissão feminina e expõe a mulher como ser inferior. A Igreja, como representante da ideologia dominante, encontrou no patriarcado a organização social necessária para reprodução de uma ideologia de exploração ainda mais intensa. Afirma Lins, que “desenvolveram uma ideologia potente de negação do sexo, tinham obsessão por superar o apetite sexual” (2007, p. 38).

A ideia de superioridade masculina, afirma Lins (2007, p. 63) foi absorvida tanto legalmente como na cultura das antigas sociedades, retomando: a mulher tornou-se propriedade do pai, depois do marido e, em seguida, do filho. A Igreja Cristã fundiu seus dogmas aos já existentes no Oriente, o sexo agora tornara-se pecado e só era admitido se dentro do matrimônio, ainda assim, somente para procriação e não para o prazer.

Segundo Lins (2007, p. 82), a primeira forma de amor como conhecemos até o presente, foi o amor cortês. Este, afirma a autora, surgiu no século XII, nas poesias dos trovadores provençais¹⁰, substituindo o sentimento até então existente de desejo sexual e busca do prazer pelo sentimento de elevação espiritual, em uma “espécie de

¹⁰ “Em um sentido mais amplo, pode-se chamar de “trovadores” a todos os poetas-cantores que percorriam a Europa nos tempos medievais, levando a sua poesia e o seu modo de vida a ambientes tão diversificados como a praça pública, as universidades ou as cortes principescas e aristocráticas.” (Barros, 2008, p. 2).

arrebatamento que deriva do encontro de olhares, como se diz na tradição trovadoresca, uma experiência entre duas pessoas” (Lins, 2007, p. 83).

As poesias trovadorescas possuíam personagens fundamentais, bem destacadas por Barros (2008, p.5): como protagonista, um homem possuído por uma paixão incontrolável e disposto a tudo para servir à mulher amada. Esta, geralmente, inacessível ou pela distância ou socialmente – surgindo então o terceiro personagem: o marido, que na maioria das vezes, é poderoso socialmente. Finalmente, os coadjuvantes: um confidente e/o os delatores.

Assim, Lins ressalta que os trovadores não cantavam um amor consumado, era sempre uma relação infeliz e frustrada. Portanto, continua a autora, o amor neste período caracterizava-se como um sentimento de aventura e busca da liberdade, distante do casamento, o qual consiste em um contrato com obrigações e deveres. Desta forma, o amor cortês foi um fato revolucionário:

Ao contrário da idéia estabelecida da mulher dominada e desprezada e do homem dominador e brutal, a visão trovadoresca reverteu essa imagem, trazendo um enfoque característico do período Neolítico: a mulher poderosa é honrada e o homem honrado e gentil. Nessa época, em que a selvageria e a devassidão masculina eram a norma, os conceitos trovadorescos de cavalheirismo, apesar de não serem novos, foram, de fato, revolucionários (Lins, 2007, p. 85).

Este período feudal, marcado pela descentralização e fragmentação, vê os poderes públicos transferidos aos nobres senhores feudais – cada feudo passa a funcionar como um Estado soberano.

Na divisão de tarefas no interior do feudo, haviam os servos – os quais não tinham posse sobre coisa alguma no feudo, inclusive de suas esposas e filhas – e os cavaleiros, jovens que em sua maioria, são vetados à vida conjugal e à herança, com a função de proteção da fortaleza (Lins, 2007, p. 97). Com o tempo, o patrimônio nobre torna-se cada vez mais fraco, os nobres tentam casar rapidamente suas filhas – que não participam da sucessão, e para não dividir a herança casam apenas o primogênito. A quantidade de jovens solteiros desejosos por uma companheira cresce, as fantasias se multiplicam e, assim, “o amor cortês nasceu como uma reação contra a anarquia dos costumes feudais” (Lins, 2007, p. 99).

Essa nova fase de exaltação ao sentimentalismo servia como meio de refrear a violência, possuía a característica do que Lins chama de “um jogo educativo” (2007, p. 101): os jovens solteiros tentavam provar o controle dos seus impulsos, que o sentimento era de amor, sem desejo sexual. Era uma competição entre jovens solteiros no qual o prêmio era a dama. Esta, conta Lins, tinha a função de provocar, testar e avaliar os jovens. O vencedor era coroado e ganhava a admiração do príncipe, como bons servos (Lins, 2007, p. 102).

A evolução do amor cortês pela Europa medieval amadureceu, transformando-se em Romantismo. Apesar deste amadurecimento, emergiu uma confusão na associação entre teoria e prática, como explica Lins:

Por um lado, os ocidentais passaram a ver a mulher como a encarnação de tudo o que era puro, sagrado e completo. Mas, por outro, ainda submetidos à mentalidade patriarcal, os homens continuaram vendo a mulher como inferior, veículo do sentimentalismo, da irracionalidade e da apatia (2007, p. 108).

De todo modo, Lins afirma que o ideal de amor romântico consiste na relação difícil, ou até mesmo impossível, de chegar ao ser amado. O amor romântico é tão intenso e respeitoso que não há associação ao envolvimento sexual, mas deve ser expresso através de simbolismos poéticos e sendo tão forte, não pode misturar-se com relacionamentos pessoais, casamento ou contato físico (2007, p. 111). Continua a autora que, somente após a Revolução Francesa, no século XVIII, “surtiu a idéia de que o casamento deve ser o resultado do amor romântico” (Lins, 2007, p. 112). Esta perspectiva foi ilustrada pela primeira vez na literatura com o mito de Tristão e Isolda, a qual, afirma Lins, fora não só a primeira história a retratar o amor romântico, como também considerada como a maior história de amor do mundo, dando início à toda literatura romântica conhecida até os tempos atuais, de Romeu e Julieta às novelas do horário nobre. Lins afirma: os personagens de um amor romântico não amam o outro, mas amam o amor, ideia que atualmente, no século XXI, existe como modelo de relação normal, a paixão e a exposição é ao amor mas não ao parceiro em si:

Quase todas as pessoas na nossa cultura estão aprisionadas pelo mito do amor romântico e pela idéia de que só é possível haver felicidade se existir um grande amor. Principalmente as mulheres. Mesmo tendo vários interesses na vida e parecendo feliz, a mulher, quando está sozinha, sempre se pergunta se essa felicidade é real. Não importa muito se a relação amorosa é limitadora ou tediosa. Qualquer coisa é melhor do que ficar sozinha. Fundamental é ter um

homem ao lado, o resto se constrói — ou se inventa. Busca-se, portanto, desesperadamente, o amor (Lins, 2007, p. 116).

Ainda sob esta perspectiva de busca pelo amor romântico, verificamos na nossa cultura, que o homem ao encontrar um par – a mulher – beija-a e esta não desperta, mas adormece para a vida e esforça-se para manter-se assim, dando lugar ao que Lins chama de “Bela adormecida ao avesso” (2007, p. 116). Lins então retrata a experiência de John Money¹¹, que apresentou a seus pacientes borrões de tinta e questionou-os sobre o que neles viam, para no fim, indagar os pacientes sobre o que há em comum entre o seu amado e este borrão de tinta? E responder: ambos são uma imagem projetada.

A *Teoria do Amor* mais conhecida, afirma Arnett (2008, p. 278), é a de Robert Sternberg, sua teoria é baseada na ideia de que o amor apresenta graus variados, embasado em três aspectos fundamentais: Paixão – inclui a atração física e o desejo sexual, é ao mesmo tempo expressão emocional e física, portanto, desperta reações como o medo, ansiedade, raiva e prazer; Intimidade – envolve o sentimento de segurança, comunicação, entendimento e apoio mútuo que não se divide com outras pessoas; e o Compromisso – é o que sustenta a relação, contém a promessa de futuro e dedicação a longo prazo. A partir destes aspectos, Sternberg destaca a existência de sete formas de amor:

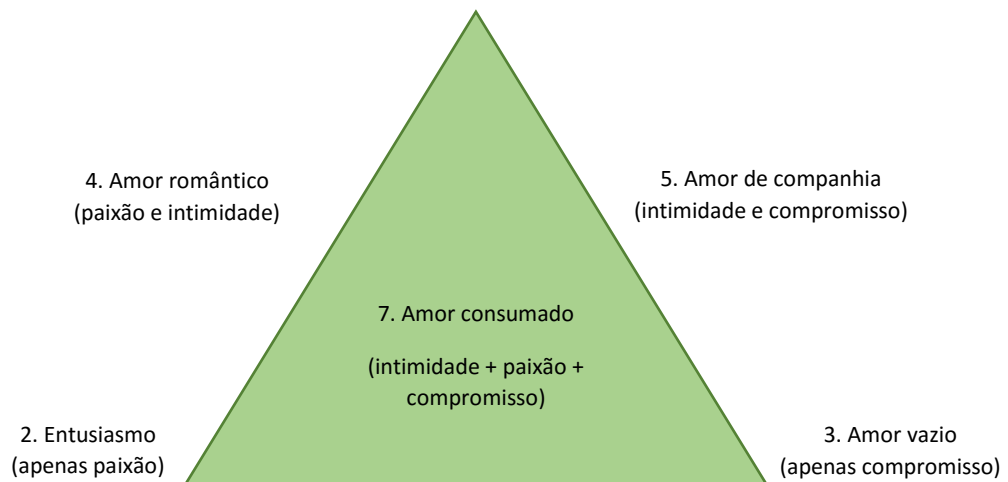
1. Afeto – possui intimidade, o gostar de estar junto, mas sem paixão e/ou compromisso, como uma relação de amizade;
2. Entusiasmo – é paixão, sem intimidade e sem compromisso. Inclui ansiedade, desejo sexual, mas sem promessas futuras;
3. Amor vazio – tem o compromisso, mas não a paixão nem a intimidade, como casamentos de muitos anos onde os dois se distanciaram, ou casamento arranjados onde os noivos não se conhecem;
4. Amor romântico – combina a paixão e a intimidade, mas não o compromisso. Envolve muita intensidade e felicidade momentânea, mas raramente dura;
5. Amor de companhia – possui intimidade e compromisso, mas sem paixão, como amizades muito próximas ou relações familiares;

¹¹ Psicólogo, sexólogo e autor, especializado em estudar a identidade sexual e a biologia de gêneros. (Kinsey Institute Indiana University, disponível em <https://www.kinseyinstitute.org/about/profiles/john-money.php>).

6. Amor caprichoso – também chamado de bobo, possui paixão e compromisso, mas sem intimidade. Como uma paixão esmagadora, onde em um curto espaço de tempo dois parceiros se conhecem, apaixonam e casam, sem intimidade;
7. Amor consumado – é o que integra os três aspectos fundamentais em uma relação;

Figura

4 - Modelo triangular do amor de Sternberg (adaptado)¹. Afeto (apenas intimidade)



Fonte: Sternberg (1988, citado por Arnett, 2008, p.279).

No decorrer da relação, afirma Lins, as projeções lançadas pelo amor romântico são interferidas pela realidade. A convivência evidencia características da personalidade que podem provocar tanto admiração como repúdio (Lins, 2007, p. 120) e, por isto, o amor romântico não é duradouro, ele exige muito mais do que a projeção e o entusiasmo. Assim, afirma Lins que nossa cultura está presa à crença do amor romântico como amor verdadeiro, motivo que segundo a autora leva muitas pessoas a serem impedidas de viver relações amorosas verdadeiras (2007, p. 120).

Desde o século XIX as histórias românticas em filmes, livros, contos de fada e novelas expressam essa fantasia de amor ideal. Lins baseia-se em Bonnie Kreps¹², que afirma as tramas românticas com roteiros fixos: o herói estereotipado no padrão masculino – duro, amargo, forte e bruto; e a heroína inocente, atraente, humilde e –

¹² Autora e cineasta, fundadora do movimento feminista radical no Canadá. (Bonnie Kreps, Radical Feminism 1. *Radical Feminism*. Disponível em: http://feminist-reprise.org/docs/RF/RF_1.pdf).

sempre – com um coração bom e cuidadora. Também é superinteligente e/ou valente. De forma abrupta conhecem-se e a heroína abdica de tudo que lhe agradava para seguir o herói e vivem felizes para sempre, o que significa, afirma Kreps, que acabou a emoção.

2.3. Análise social da juventude moderna

Tendo em conta o objeto de estudo, desenvolveremos uma análise sobre o conceito de juventude. A compreensão de uma fase existente entre a infância e a fase adulta, afirma Arnett, existe desde a antiguidade, nas culturas ocidentais, sendo definida por Platão e Aristóteles, como o período dos 14 aos 21 anos, caracterizada como a etapa da vida em que se iniciava o exercício do raciocínio. Para Platão, a partir dos 14 anos, a educação dos adolescentes já poderia ser voltada às ciências e matemáticas, porém Aristóteles defendia que o período da adolescência servia para o adolescente aprender a controlar seus instintos e, então, agir com a razão, e apenas ao final desta, por volta dos 21 anos, era possível ao adolescente controlar totalmente seus impulsos (Arnett, 2008, p. 5).

Por volta do século XVI, a adolescência compreendia o período de preparação para o mundo adulto, assim, Arnett ressalta que em muitos lugares da Europa existiam os chamados *serviços do ciclo de vida*, o qual consistia em serviços domésticos, agrícolas e até mesmo os chamados trabalhos de aprendizes, para jovens entre 18 e 25 anos. Neste modelo, os jovens saíam da casa dos pais e passavam a servir na casa de uma pessoa, denominada como “mestre”, por aproximadamente 7 anos ensinava o jovem a realizar as referidas atividades e, assim, prepara-se para o mundo adulto. Os *serviços do ciclo de vida* perduraram, afirma Arnett (2008, p. 6), até os séculos XVIII ou XIX, devido ao desenvolvimento econômico e a emergência do fenômeno migratório dos campos para as cidades.

Apesar do uso já corrente, o termo *adolescência* data do final do século XIX e início do século XX. Segundo Arnett (2008, p. 7), a necessidade do termo foi imposta devido às mudanças sociais ocorridas com a imigração dos jovens camponeses à cidade. Como não mais havia o sistema de *serviços do ciclo de vida*, estes jovens encontravam-se sozinhos na cena urbana, os índices de alcoolismo, gravidez pré-matrimonial e

vandalismo juvenil cresceram, a revolução industrial encontrou nos adolescentes mão de obra barata,

El censo estadounidense de 1900 reveló que tres cuartas partes de un millón de niños de 10 a 13 años estaban empleados en fábricas, minas y otros centros de trabajo industrial. Pocos estados tenían leyes que restringieran la edad del trabajo infantil, incluso para labores como la explotación de las minas de carbón. Pocos estados limitaban las horas de servicio de niños o adultos, por lo que los niños a menudo trabajaban durante 12 horas al día por apenas 35 centavos de dólar. (Arnett, 2008, p. 8).

Esse novo contexto exigiu a criação de novos aparelhos interventivos, como leis que determinavam a idade mínima para trabalho e a jornada máxima, e também a escolaridade mínima, de modo a incentivar a assistência escolar às crianças e adolescentes. Foi entre os anos de 1890 e 1920, que o ensino primário e secundário tornou-se obrigatório,

Este cambio contribuyó a hacer de este tiempo la Edad de la Adolescencia, porque marcó una separación más clara entre la adolescencia como época de estudio y la adultez como la etapa que empieza al terminar la escuela. (Arnett, 2008, p. 9).

A mudança entre as idades consideradas divisórias entre adolescência e início da fase adulta ocorrem devido às alterações hormonais dos adolescentes, que cada vez mais cedo entram na puberdade. Além disto, afirma Arnett (2008, p. 12), o fator biológico é complementado por um fator social: o sistema de ensino. Em 1890, apenas 5% dos adolescentes entre 14 e 17 anos frequentavam a escola, em 1985, esta percentagem já atingia 95% e o ensino secundário assumiu um carácter preparatório para a graduação. Deste modo, para os estudiosos modernos, os 18 anos representam o fim da adolescência. Ressalta-se que para Steven Hall, um dos primeiros estudiosos na área da adolescência, a adolescência prolonga-se até os 24 anos, em parte devido ao período histórico em que este viveu. Porém, Arnett afirma concordar com a análise de Hall sobre o período que compreende os 18 aos 24 anos como uma fase distinta.

Entre los 18 y el inicio de los veinte ocurren muchas cosas que están relacionadas con el desarrollo precoz de la adolescencia y que tienen implicaciones importantes para la trayectoria que sigue el desarrollo en la adultez. He llamado adultez emergente a este periodo y considero que comprende aproximadamente de los 18 a los 25 años (Arnett, 2008, p. 13).

Assim, o autor afirma que cinco características distinguem a adultez emergente:

1. A idade da exploração da identidade; 2. A idade da instabilidade; 3. A idade de se

concentrar em si mesmo; 4. A idade de sentir-se em meio a uma transição; 5. A idade de possibilidades (Arnett, 2008, p. 13). Estas, listadas de forma classificatória, explicam de forma explícita as particularidades inerentes à essa fase da vida, na qual o jovem ainda resguarda sua dependência adolescente e, ao mesmo tempo, depara-se com exigências futuras que implicam responsabilidade e maturidade, ainda não conquistadas. Portanto, percebe-se que o estabelecimento da idade de 18 anos como início da adultez emergente é determinada mais pelos agentes sociais. Para além disso, a partir dos 18 anos os jovens adquirem obrigações legais.

Arnett em um estudo com jovens de 15 a 28/29 anos expõe como indicadores da transição adolescência-adultez “acceptar la responsabilidad de uno mismo, tomar decisiones independientes y alcanzar la independencia fi nanciera, en ese orden” (2008, p. 17). Assim, observa o autor que os três indicadores possuem o individualismo como característica comum, o que reflete os valores da sociedade presente, que desde cedo, o jovem carrega como valores de maturidade. Este estudo representa a realidade de países industrializados, como os Estados Unidos, porém, Arnett destaca, embasado em Schlegel y Barry (1991), que as culturas tradicionais não-ocidentais elencam o matrimônio como elemento de transição para a fase adulta. Questionaram jovens marroquinos numa pesquisa de Davis e Davis (1989), sobre quando se consideravam adultos, obtiveram como respostas “1) las que destacaban la edad cronológica o el desarrollo físico, como el inicio del vello facial entre los muchachos; y 2) las que subrayaban cualidades del carácter, como el desarrollo de autocontrol” (Arnett, 2008, p. 18), assim, Arnett ressalta a diferença de opiniões entre os jovens e os adultos das culturas tradicionais.

É preciso destacar que a cultura influi de forma direta na formação dos jovens, e representa a ideologia dominante expressa em forma de um conjunto de “ideas y acuerdos, implícitos y explícitos, acerca de las personas, la sociedad, la naturaleza y la divinidad” (Shweder et al., 1998, citados por Arnett, 2008, p. 102). As ideias culturais são passadas como ensinamentos de vida aos jovens, os quais devem reproduzi-las de geração em geração, Arnett ressalta, que estas ideias até mesmo são representadas nas atividades cotidianas, de forma que reproduzem-se de maneira inconsciente (Arnett, 2008, p. 110).

Como exemplo o autor retrata as relações de namoro entre jovens, o que para alguns é considerado natural, na verdade representa um costume e expressa diferentes

ideais culturais; primeiramente, afirma Arnett, o namoro não é uma prática universal: é mais comum nos Estados Unidos do que na Europa (Alsaker y Flammer, 1999b, citados por Arnett, 2008, p. 110) e, em alguns países não ocidentais, nem mesmo é uma prática permitida. Representa contrastes culturais: o jovem deve ter tempo livre para si, ou passar o tempo livre com a família? Os jovens podem escolher seus parceiros, ou são os pais que o devem fazer? Os jovens podem ter relações íntimas antes do casamento, ou só após o casamento? São questões que Arnett nos leva a refletir, visto que nosso próprio subconsciente irá responder a estas questões influenciado por um complexo de costumes aos quais fomos apresentados em nossa formação.

Um dos maiores contrastes culturais estudados é entre o Ocidente o Oriente, afirma Arnett, considerando que o Oriente possui valores coletivistas, com enfoque na obediência às autoridades, respeito aos mais velhos e corresponder às expectativas do grupo, diferentemente do Ocidente, no qual se preza o individualismo e as expressões pessoais (2008, p. 114). Atreladas às normas culturais, a ideologia religiosa dita modelos de socialização fundados em três principais objetivos: a autorregulação – como exemplo, os 10 mandamentos, com regras explícitas sobre o que *não* fazer –, a preparação para os papéis sociais – associados aos papéis de gênero, com atribuições distintas aos homens e às mulheres – e as fontes de significado – as ideias pregadas sobre o universo espiritual e as transições da vida (Arnett, 2008, p. 115).

Destas distinções entre Ocidente e Oriente, o autor destaca os papéis de gênero que são atribuídos. No Oriente, as raparigas desde cedo aprendem com as atividades domésticas – a cuidar dos irmãos mais novos, cozinhar, limpar a casa e manter a organização do lar. Os rapazes não realizam atividades domésticas, passam tempo com o pai a socializar e na adolescência, aprendem atividades laborais e são apresentados ao “mundo dos adultos”, incluindo a sexualidade (Arnett, 2008, p. 134). As raparigas na adolescência são ainda mais restringidas à vida doméstica para que possam ser “escolhidas” para o matrimônio. (Arnett, 2008, p. 134). O Ocidente, no final do século XVIII e início do XIX apresentava ainda restrições ao sexo feminino, por exemplo, as funções acessíveis às mulheres eram de professora, enfermeira ou costureira, pois eram consideradas frágeis e menos capazes intelectualmente do que o homem, a exigência de uma aparência física de padrões impossíveis e da virgindade como prêmio.

Vale refletir que tais restrições não estão tão distantes da atualidade, porém, assumiram formas distintas, com maior ou menor intensidade, são naturalizadas, porém, com formas distintas, mas são uma realidade feminina, que se modifica de acordo com contexto social e cultural. Os rapazes, diferentemente, eram trabalhados para desenvolverem capacidades individuais, de busca de trabalho e independência financeira, proteção às mulheres e à família, o autocontrole frente aos vícios como tabaco, álcool e sexo.

De acordo com o que já foi referido até o momento, podemos destacar a ideia que o desenvolvimento do jovem é diretamente influenciado e determinado pelo seu contexto social, cultural, escolar e, principalmente, familiar.

¡La vida familiar! Puede ser la fuente de nuestros apegos más profundos, pero también de nuestros conflictos más amargos y dolorosos (Arnett, 2008, p. 193).

De acordo com o estudo de Arnett, a relação entre pais e filhos, construída desde a infância, é fator determinante para o adolescente e o jovem adulto, visto que influenciará de forma direta nas escolhas e tomadas de decisão futuras. Assim, o autor retrata a *teoria do apego*, “que es la afirmación de que el apego de la infancia forma la base de todas las relaciones posteriores, incluyendo las de la adolescencia y la adultez emergente” (Arnett, 2008, p. 211).

Os estudos realizados com universitários demonstram que os que recordam uma relação de apego seguro na infância, possuem, no presente, menores taxas de depressão¹³, relações românticas mais estáveis¹⁴ e amizades próximas¹⁵, comparados aos que não tiveram essa relação de apego. Note-se que a teoria ainda é recente e possui derivações, existindo alguns investigadores que afirmam que “[...]el apego infantil establece tendencias y expectativas que pueden ser modificadas luego por experiencias posteriores en la niñez, la adolescencia y más allá” (Arnett, 2008, p. 211), ora, constitui, como já discutimos, um conjunto de fatores e não é determinante, mas contribui na formação social do jovem.

¹³ Dados de Kobak y Cole, 1994, citados por Arnett, 2008, p. 211.

¹⁴ Dados de Davis y Kirkpatrick, 1998, citados por Arnett, 2008, p. 211.

¹⁵ Dados de Kerns, 1994 citados por Arnett, 2008, p. 211.

De forma distinta, a relação do adulto emergente com os pais é marcada pela busca da independência, mesmo que esta seja apenas teórica. Arnett destaca que, no Ocidente, a maioria dos jovens entre os 18 e 24 anos deixam a casa dos pais, e as razões mais comuns incluem a ida para universidade, o desejo de independência ou a relação íntima com o/a parceiro/a¹⁶. Esta decisão provoca mudanças no sistema familiar, e, afirma Arnett, as relações entre pais e filhos melhoram com a separação, “la ausencia aviva el amor” (Arnett, 2008, p. 217). O autor ressalta que um estudo¹⁷ revelou que adultos emergentes de 21 anos, que moravam a pelo menos 1 hora de distância dos pais, tinham uma relação mais próxima e de maior respeito para com estes, ao passo que os adultos de mesma idade que ainda moravam com os pais possuíam dificuldades de relacionamento com eles, e os que moravam a menos de 1 hora de distância, ficavam a meio termo.

Assim, Arnett considera relevante destacar que o sistema familiar sofreu mudanças significativas nos últimos séculos, nomeadamente a redução da taxa de natalidade, o aumento da expectativa de vida e a imigração do campo para as grandes cidades, o que provocou mudanças no núcleo familiar e nas funções antes destinadas à família. Muitas destas funções foram repassadas às novas instituições sociais (como mencionado no ponto anterior) pelo que o início da fase adulta sofre modificações de acordo com o desenvolvimento social, que influi de forma direta no desenvolvimento do indivíduo enquanto ser social.

As relações com a família definem boa parte da evolução do jovem, porém, o que marca a transição para a fase adulta, são as relações de intimidade com pessoas exteriores ao núcleo familiar. Os motivos que levam os jovens adultos à busca de encontros e parceiros¹⁸, são, em ordem de importância:

1. Intimidade – estabelecer uma relação íntima e emocional com outro;
2. Companhia – compartilhar atividades que gosta;
3. Recreação/prazer – poder divertir-se e ter prazer;
4. Status – impressionar os outros, exibir-se.

¹⁶ Dados de Goldscheider e Goldscheider, 1999; Juang et al., 1999; Silbereisen et al., 1996, citados por Arnett, 2008, p. 216.

¹⁷ Dados de Dubas e Petersen, 1996, citados por Arnett, 2008, p. 217.

¹⁸ Dados de Paul e White, 1990, citados por Arnett, 2008, p. 275.

Sobre o início dos relacionamentos, é comum que rapazes e raparigas sigam uma espécie de guia subconsciente – que faz parte da ideologia – que pré-determina ações – partem normalmente do rapaz – e reações – que cabem às raparigas.

As relações de intimidade entre os jovens, assumem um carácter de compromisso a partir da fase da adultez emergente, visto que é “cuando los jóvenes comienzan a buscar con mayor seriedad a alguien con quien puedan tener una relación amorosa para la vida” (Arnett, 2008, p. 280). Ainda, afirma o autor, estudos¹⁹ revelam que o tipo de afeto que os jovens procuram em suas relações com parceiros assemelha-se ao tipo de afeto seguro e inseguro das relações entre pais e filhos. O afeto seguro revela-se pelo apoio emocional e o cuidado com o bem-estar do parceiro. Já o afeto inseguro caracteriza uma dependência excessiva da presença do outro, ou o oposto, um distanciamento excessivo. Estes tipos de afeto ocorrem mais comumente nas relações de jovens adultos, visto que estas possuem maior seriedade, intimidade e são mais duradouras (Furman y Wehner, 1997, citados por Arnett, 2008, p. 282).

Não apenas o amor, mas outros fatores influenciam na escolha de uma pessoa para casar. Esta ideia do amor com diferentes formas – as quais serão mencionadas a seguir – está presente num estudo do psicólogo David Buss (1989), destacado por Arnett (2008, p. 285), com mais de 10.000 jovens adultos da Africa, Asia, Europa oriental e Ocidental e América do Sul e do Norte, no qual os resultados revelaram semelhanças nas respostas dos critérios para escolha de um/a futuro/a noivo/a. Como se pode perceber na tabela a seguir, são elencadas as qualidades em ordem crescente de “importância”:

¹⁹ Dados de Shaver e Hazan, 1993, citados por Arnett, 2008, p. 282.

Figura 5 - A importância de vários traços na seleção de parceiros no mundo

Clasificación de los hombres de los diversos rasgos ¹	Clasificación de las mujeres de los diversos rasgos ¹
1. Atracción mutua, amor	1. Atracción mutua, amor
2. Carácter confiable	2. Carácter confiable
3. Estabilidad y madurez emocional	3. Estabilidad y madurez emocional
4. Disposición agradable	4. Disposición agradable
5. Buena salud	5. Educación e inteligencia
6. Educación e inteligencia	6. Sociabilidad
7. Sociabilidad	7. Buena salud
8. Deseo de un hogar e hijos	8. Deseo de un hogar e hijos
9. Refinamiento, pulcritud	9. Ambición y empeño
10. Buena apariencia	10. Refinamiento, pulcritud
11. Ambición y empeño	11. Educación similar
12. Buena cocinera y ama de casa	12. Buen prospecto económico
13. Buen prospecto económico	13. Buena apariencia
14. Educación similar	14. Estatus o clase social favorable
15. Estatus o clase social favorable	15. Bueno en la cocina y en el cuidado de la casa
16. Castidad (no haber tenido experiencias sexuales)	16. Antecedentes religiosos similares
17. Antecedentes religiosos similares	17. Antecedentes políticos similares
18. Antecedentes políticos similares	18. Castidad (no haber tenido experiencias sexuales)

¹Cuanto menor sea el número, más importante consideran el rasgo (en promedio) los hombres y mujeres en el mundo.

Fonte: Arnett, 2008, p. 286.

Destaca Arnett que, da mesma forma que algumas semelhanças foram transculturais, algumas diferenças também destacaram-se, como sobre a castidade: as culturas orientais e do oriente médio consideraram-na muito importante, enquanto as culturas ocidentais, a consideram sem importância (2008, p. 285). Essa relação do jovem adulto com a sexualidade inicia-se com a puberdade, e produz efeitos em suas relações – com família, amigos, parceiros, e faz parte da maturação de sua identidade de gênero. Assim, Arnett destaca que,

Ya que los seres humanos están moldeados por su ambiente cultural y social, cuando se consideran los aspectos sexuales tenemos que pensar no sólo en sexo, sino en sexualidad, esto es, no sólo en el desarrollo sexual biológico sino también en valores, ideas, pensamientos, sentimientos, relaciones y conducta sexuales. (Arnett, 2008, p. 287).

Considerar que a sexualidade dos jovens não compreende somente a relação sexual é o primeiro ponto para expandir a discussão e considerar que, no Ocidente, a maioria dos adolescentes e jovens tem diversas experiências sexuais prévias ao sexo propriamente dito, as quais por vezes duram anos (Carver et al., 2003, citados por Arnett, 2008, p. 287). Neste aspecto, novamente as questões de gênero direcionam as ações, visto que os rapazes, desde cedo, são estimulados e incentivados sexualmente. Lins, ressalta o

culto ao pênis, comum nas civilizações antigas, porém, na época, representado pelo papel na fecundação, envolto de teorias místicas e rituais. Afirma a autora, “o culto ao falo continua presente, embora de forma inconsciente ou disfarçada” (2007, p. 24). Muitas jovens mulheres relatam constrangimento na relação sexual, devido à relação íntima entre o rapaz e o pênis. Arnett apresenta dados que afirmam que a maioria dos rapazes começa a masturbar-se aos 13 anos²⁰. Aos 19 anos, esta porcentagem aumenta para 90%, enquanto apenas 15% das raparigas²¹ o fazem aos 13 anos, e aos 19 anos, 30% se masturbam. Em segundo lugar nas experiências pré-sexuais estão as carícias e os beijos, estas são as primeiras experiências compartilhadas com parceiro, afirma Arnett (2008, p. 289), e destaca um estudo de Coles e Stokes (1985) de que aos 13 anos, 73% das raparigas já haviam beijado – pelo menos uma vez – e 60% dos rapazes.

Este mesmo estudo afirma que 35% das raparigas foram tocadas nos seios, e 20% dos rapazes tocaram os seios de uma rapariga. Ainda nesta pesquisa, 60% dos rapazes e 77% das raparigas, ambos aos 18 anos, afirmam já ter tocado no órgão sexual de um parceiro. Acerca das relações sexuais, 80% dos estudantes universitários, desde a década de 1980, afirma já ter tido relações sexuais pelo menos uma vez, e afirma Arnett, que em relação ao sexo oral, estudos apontam que, no ensino universitário, 86% dos rapazes e 80% das raparigas já possuem experiência com sexo oral.

Considera-se, pois, que as instruções destinadas à vida sexual das raparigas e dos rapazes são distintas. Ainda há, afirma Arnett (2008, p. 294), padrões morais que influenciam nas atitudes que envolvem os jovens e suas relações. Estudos²² demonstram que, ao relacionar-se sexualmente, as raparigas são dotadas de sentimentos românticos, de amizade e de intimidade emocional, enquanto para os rapazes, o que pesa é a atração sexual:

para los hombres, lo explícitamente sexual está dotado de significado erótico sin considerar el contexto emocional. Para las mujeres, el contexto emocional está dotado de significado erótico sin importar la presencia o ausencia de símbolos explícitamente sexuales” (Miller e Simon, 1980, citados por Arnett, 2008, p. 295).

²⁰ Dados de Halpern, Udry, Suchindran e Campbell, 2000; King, 2005; Masters, Johnson y Kolodny, 1994, citados por Arnett, 2008, p. 288.

²¹ Dados de Kinsey et al., 1953, citados por Arnett, 2008, p. 288.

²² Dados de Eyre, Millstein, 1999; Hatfield e Rapson, 2005, citados por Arnett, 2008, p. 295.

Junto a estes dados, é preciso ressaltar a alta incidência de assédio e violação sexual que ocorre nesta fase. A definição de assédio, segundo Arnett, “incluye muy diversas conductas, desde el acoso ligero, como insultos, bromas y miradas maliciosas, hasta el acoso grave de contactos físicos o contacto sexual indeseados” (2008, p. 297); as piadas e provocações sexuais e românticas são comuns entre os jovens, afirma Arnett, o que dificulta encontrar o limite entre a brincadeira e o assédio. A reflexão referente a este limite, com base nos estudos já realizados, pode ser feita partindo do pressuposto de que o assédio é uma situação incômoda à vítima, portanto, “brincadeiras” que prejudicam, incomodam, constrangem ou, de qualquer outra forma, violem a integridade da vítima, pode ser considerada assédio. Associada à esta perspectiva, está a violação no encontro, ou seja, quando um dos parceiros – normalmente a mulher – é forçado pelo outro a realizar atividades sexuais. Arnett salienta que estudos²³ relatam que 15% das adolescentes e 25% de mulheres jovens adultas sofreram uma violação em um encontro.

Minayo (2011, p. 29) realizou uma pesquisa com mais de 3.000 jovens para investigar a violência nas relações afetivo-sexuais dos jovens, assim, refletem que a maior parte dos estudos envolvendo a sexualidade dos jovens ressaltam os papéis a eles relacionados – masculino e feminino, bem como focam em assuntos pré-determinados, “[...]sobre a diversidade de parceiros, às singularidades da vida amorosa e sexual e a como se comportam em relação à virgindade, ao aborto, à gravidez e às relações sexuais antes do casamento e a como valorizam esses temas”. Reflete a autora sobre a atual conjuntura das relações entre jovens filhos dos que protagonizaram o período da *revolução sexual*²⁴ em 1960. O novo modelo de relacionamento moderno, o conhecido “ficar”, torna-se cada vez mais comum e abre espaço para novos fenômenos emergentes nas relações sociais.

Como já até aqui vimos, as formas de se relacionar na perspectiva amorosa e suas variáveis – sexualidade, amor, casamento – são determinadas por condições específicas do tempo e da história de cada sociedade. Agora, iremos analisar o século XX, o qual foi responsável por acontecimentos considerados revolucionários, os quais, destacam Ribeiro, Avanci, Carvalho, Gomes e Pires (2011, p.56):

²³ Dados de Michael et al., 1995; Vicary, Klingaman e Harkness, 1995, citados por Arnett, 2008, p. 297; estudo realizado nos Estados Unidos.

²⁴ Período marcado pelo lançamento da primeira pílula anticoncepcional oral, nos Estados Unidos, tornando-se um marco histórico na luta feminista pelo controle sobre o corpo.

- a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) – com o medo da morte, a busca pelo prazer imediato tornou-se um objetivo;
- a Psicanálise (meados de 1900) – levantou a discussão da sexualidade na infância;
- o Desenvolvimento dos Meios de Comunicação – viabilizou a circulação de ideias e valores e;
- a Proliferação do HIV/AIDS (1960 – 1980) – interferiu nas formas de relacionar-se afetiva e sexualmente.

Dentre estes motivos principais, foi no período pós Segunda Guerra (1939 – 1945) que mudanças no âmbito feminista tornaram-se presentes. O movimento feminista conquistou novos espaços para as mulheres no mercado de trabalho e no âmbito pessoal, como a pílula anticonceptiva e o surgimento de novas tecnologias para facilitar o trabalho doméstico e a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1948. Com a ascensão feminina, alguns ideais do amor romântico começaram a ser combatidos, e seu discurso passou para o do *amor confluyente*, “baseado nas relações emocionais equânimes, em que doação e recebimento caminham juntos” (Ribeiro et al, 2011, p. 56). Ressalto que um não substituiu o outro, ora, o amor romântico continua sendo, como bem observam Babo e Jablonski (2002, citados por Ribeiro et al, 2011, p. 56), excessivamente comercializado e posto como o modelo ideal de relacionamento.

Na realidade dos relacionamentos entre jovens, onde os desejos possuem tamanha intensidade quanto inversa duração, a flexibilização das relações impõe novas formas de relacionamento. Segundo as autoras, no Brasil, a prática do “ficar” tem sido utilizada desde os anos de 1980, e caracteriza “uma fase de atração sem maiores compromissos e que pode envolver desde beijos até contatos sexuais” (Ribeiro et al, 2011, p. 57). Para além do ficar, as autoras observam que na pesquisa realizada, destacou-se também a prática do “pegar”. Desta forma, os autores afirmam que o *pegar* “pode ser visto como um ato espontâneo, sem compromisso, centrado mais no interesse físico e motivado pela beleza ou pela sensualidade, enquanto o ‘ficar’ seria um tipo de relacionamento mais íntimo e regular” (Ribeiro et al, 2011, p. 58), em suma a ordem apresentada é *pegar, ficar e namorar*.

Ainda na pesquisa, destacou-se que na fase do namoro, alguns sentimentos são exaltados, como o ciúme e a desconfiança, vale ressaltar que são sentimentos cabíveis devido justamente da forma mais aberta e recorrente de relacionamentos passageiros. A relação de namoro, afirmam os autores, acaba por tornar-se “[...]um espaço de controle e de cobrança dos passos um do outro, sobretudo de horários. Aqui o afeto aparece como justificativa para o controle do outro” (Ribeiro et al, 2011, p. 64). Mesmo assim, as pesquisas revelaram que o índice de traição nas relações de namoro é alto, e também naturalizada e justifica-se que:

Na concepção dos jovens, namoro envolve responsabilidade, lealdade e respeito com o sentimento do outro. Para alguns, o namoro é “algo muito sério e difícil”, que deve ser vivido apenas quando se pretende casar: “Namorar, nessa idade, é perder a melhor parte da adolescência, a melhor parte da vida” (Homem, escola particular, Porto Velho). (Ribeiro et al, 2011, p. 65).

Segundo os autores, um aspecto relevante da pesquisa é a responsabilização da rapariga na definição de regras e papéis no relacionamento, cabendo a elas a responsabilidade pela seriedade da relação e pela exclusividade dos parceiros” (Ribeiro et al, 2011, p. 66), o que confirma a importância dos papéis de gênero ministrados na vida social dos jovens. “*Se ela se valoriza ou não, aí o homem vai valorizar ela*” (Menino, escola particular, Belo Horizonte), são relatos que definem os parâmetros, segundo os próprios jovens.

A internet, espaço considerado livre para a comunicação e exposição, é designado pelas autoras como um meio de relacionamento afetivo dos jovens. As possibilidades permitidas pela internet acrescem tanto o leque de oportunidades e de novas amizades, como também, pelo mesmo motivo, provocam situações de ciúme e desconfiança, culminando em novas formas de violência, as quais falaremos mais à frente.

2.4. Violência no namoro

A discussão em torno da violência ganhou destaque mundial em 1996, quando a resolução WHA49.25, elaborada na 49ª Assembleia Mundial de Saúde, declarou formalmente a violência como um dos principais problemas mundiais de saúde pública, definindo-a como “o uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação” (WHO, 1996) e requereu a interferência da Organização

Mundial de Saúde – OMS no uso de recursos para elaboração de um plano de combate à violência. Em resposta, no ano de 2002 a OMS publicou o primeiro Relatório Mundial sobre violência e saúde. O Relatório reconhece que a “violência sempre tenha participado da experiência humana. Seu impacto pode ser visto de várias formas, em diversas partes do mundo” (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi e Lozano, 2002, p. 3) e a pesquisa realizada indica que:

[...]ao mesmo tempo em que fatores biológicos e outros fatores individuais explicam algumas das predisposições à agressão, é mais freqüente que esses fatores interajam com fatores familiares, comunitários, culturais e outros fatores externos[...]. (Krug et al, 2002, p. 3).

Afirmam, portanto, que através de políticas públicas e projetos sociais, a violência pode ser evitada e seus impactos minimizados. Segundo o mesmo relatório, a violência pode ser definida como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Krug et al, 2002, p. 5).

Compreende-se que a abrangência da definição, através de termos não específicos, mas amplos, reconhecendo a existência de diferentes manifestações violentas dentro de grupos específicos. Cabe destacar que a definição exclui os incidentes não-intencionais, visto que a palavra poder visa compreender atos resultantes de *relações de poder*, assim, concebendo a existência de um *agressor* e uma *vítima*, e inclui também a negligência e a omissão, como forma direta de violência, reconhecendo situações que não resultam necessariamente em lesões ou fatalidade, mas que influi na opressão de pessoas, famílias e comunidades, que venham a ocasionar problemas físicos, psicológicos, emocionais e/ou sociais, podendo estas serem imediatas ou gradativas.

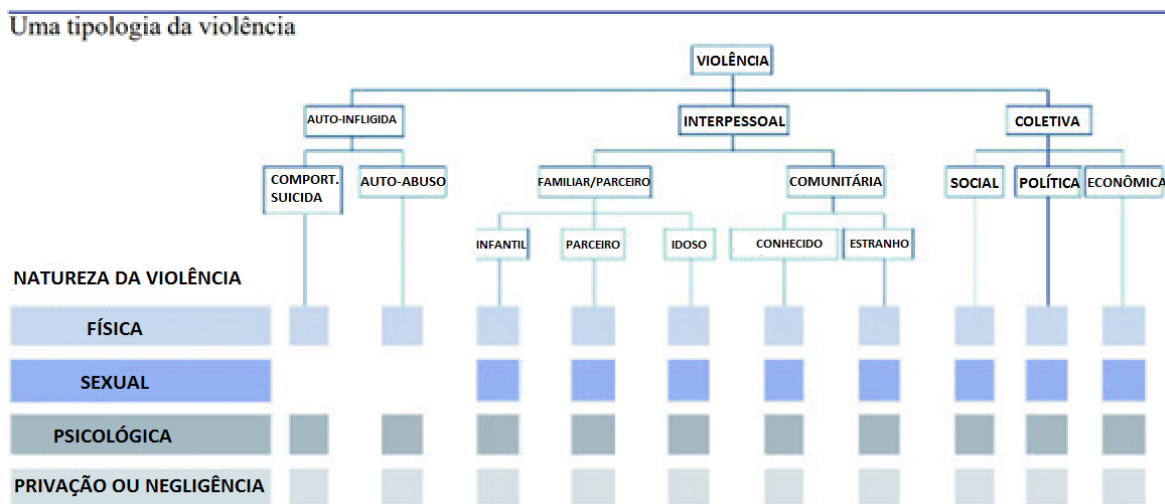
Com base na compreensão destas definições, o Relatório realiza a tipologia da violência em três abrangentes categorias, as quais são subdividas e apontam para a natureza do ato:

- Violência dirigida a si mesmo (auto-infligida) – subdividida comportamento suicida e auto-abuso;
- Violência interpessoal – subdividida em violência da família e de parceiro íntimo e violência comunitária;

- Violência coletiva – subdividida em social, política e econômica.

Expomos a figura seguinte presente no Relatório:

Figura 6 - Tipologia da violência



Fonte: Krug et al, 2002, p. 7)

Destaca-se que a referida figura não abrange as complexidades envolvidas nas relações que envolvem a violência, mesmo assim, o reconhecimento da OMS elevou a discussão da violência a um nível global, exigindo não dessa Organização mas dos demais órgãos de saúde e assistência maiores intervenções na questão da violência. Embora o seu reconhecimento tenha ocorrido em 1996, quase 50 anos antes a Organização das Nações Unidas – ONU havia adotado a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual delineou os direitos humanos básicos, porém, não amplamente respeitados, como demonstram os dados do Relatório.

No Relatório de 2002, identificou-se que a forma mais recorrente de violência contra a mulher é a praticada por marido ou parceiro íntimo. Em relação aos homens, os dados apontam que é mais provável serem atacados por um estranho do que por alguém próximo (Krug et al, 2002, p. 91). Dentre os comportamentos que configuram violência entre parceiros íntimos, estão:

- Atos de agressão física – tais como estapear, socar, chutar e surrar.
- Abuso psicológico – tais como intimidação, constante desvalorização e humilhação.
- Relações sexuais forçadas e outras formas de coação sexual.

· Vários comportamentos controladores – tais como isolar a pessoa de sua família e amigos, monitorar seus movimentos e restringir seu acesso às informações ou à assistência. (Krug et al, 2002, p. 91).

Foram realizadas pesquisas em todo o mundo e estas apontaram que “Em 48 pesquisas realizadas com populações do mundo todo, de 10% a 69% das mulheres relataram ter sofrido agressão física por um parceiro íntimo em alguma ocasião de suas vidas” (Krug et al, 2002, p. 91), além disto, a violência não consistiu em casos isolados, mas configuram um padrão acompanhado de violência psicológica e, até mesmo, de violência sexual.

De forma a fornecer bases de análise e acompanhamento dos progressos realizados e pelo Relatório de 2002 e para servir de referência aos países em suas avaliações internas a OMS lançou o *Relatório mundial sobre prevenção da violência 2014*. O Relatório declara que cerca de 2,5% das mortes em todo o mundo, são consequências de violência, além disso, refere a existência de muitas vítimas de violência não fatais e daquelas que não comunicam a violência às instituições e autoridades (OMS, 2014, p. 2). Diferentemente do Relatório de 2002, este sintetiza a análise, focando na violência interpessoal²⁵, ou seja, a violência ocorrida entre familiares e conhecidos.

O Relatório ressalta a importância da colaboração entre as esferas da saúde pública, justiça criminal e instituições repressivas – ARE – na prevenção da violência, através da promulgação e aplicação de leis que, prioritariamente, venham a “aumentar as chances de que possíveis autores de violência sejam dissuadidos e impedidos de cometer crimes – e em caso negativo, que sejam no mínimo responsabilizados por suas ações” (OMS, 2014, p. 38). Nos últimos anos, muitos países desenvolveram planos nacionais de prevenção à violência que apresentaram o seguinte esquema, divididos por tipo de violência:

²⁵ “aquela que ocorre entre membros de uma família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos, e que inclui maus-tratos contra a criança, violência juvenil (incluindo violência associada a gangues), violência contra a mulher (por exemplo, violência praticada por parceiro íntimo e violência sexual) e abusos praticados contra idosos. Essa forma de violência é diferente da violência auto-dirigida e da violência coletiva, que não são cobertas por este relatório” (OMS, 2014, p. 2).

Figura 7 - Planos de ação nacionais por tipo de violência e região da OMS

Tipos de violência	Região Africana	Região das Américas	Região do Mediterrâneo Oriental	Região Europeia	Região do Sudeste Asiático	Região do Pacífico Ocidental	Todos os países
Violência armada	41%	62%	44%	32%	50%	25%	40%
Violência praticada por gangues	30%	62%	44%	33%	38%	25%	37%
Violência juvenil	41%	71%	44%	63%	38%	45%	53%
Maus-tratos contra crianças	56%	91%	69%	78%	88%	55%	71%
Violência por parceiro íntimo	63%	86%	44%	78%	75%	55%	68%
Violência sexual	70%	86%	38%	63%	75%	60%	65%
Abuso contra idosos	33%	52%	50%	39%	50%	35%	41%
<u>Plano que cobre todos os tipos de violência</u>	<u>41%</u>	<u>76%</u>	<u>50%</u>	<u>46%</u>	<u>50%</u>	<u>50%</u>	<u>51%</u>

(n = 133 países participantes)

Fonte: OMS, 2014, p. 24

Na região europeia, percebe-se a disparidade entre os percentuais, mas maior prevalência nos planos de prevenção aos maus-tratos infantis e à violência por parceiro íntimo. Esta foi também a região com maior “consistência entre planos de ação e disponibilidade de dados de pesquisas” (OMS, 2014, p. 26). Murta, Ramos, Tavares, Cangussú e Costa (2014, p. 13), afirmam que a violência entre casais de namorados ainda é pouco reconhecida pela sociedade, e destacam os autores que a forma mais frequente de expressão é a violência psicológica – a qual inclui xingamentos, humilhação e controle. Outras manifestações são: a) violência moral; b) violência física; c) violência sexual e; d) violência patrimonial. Destaca-se que é uma prática acometida tanto por homens como por mulheres, sem distinção de classe social ou de sexualidade.

Um estudo no contexto brasileiro revelou que em 3.205 adolescentes, 86,9% foram vítimas e 86,8% praticaram algum tipo de agressão contra o parceiro, ainda constatou-se que 76,6% são tanto vítimas como agressoras, caracterizando um alto número de violência mútua. Um estudo com 88 jovens adultos estadunidenses – 18 aos 21 anos – revelou a existência de quatro padrões de violência íntima:

[...]violência de curta duração (menos de um ano acadêmico) e restrita a um relacionamento (denominada “violência contida”); violência prolongada (mais de um ano acadêmico) e restrita a um relacionamento (nomeada “violência prolongada”); violência recorrente associada a múltiplos relacionamentos com grau de severidade estável entre os vários relacionamentos (intitulada “violência repetitiva”); e violência recorrente associada a múltiplos relacionamentos com grau de severidade crescente (chamada de “violência escalonada”) (Martsof, Draucker, Stephenson, Cook e Heckman, 2012, citados por Murta et al, 2014, p. 15).

Portanto, constata-se a particularidade de cada situação de violência e a complexidade que envolve, exigindo uma intervenção direcionada. A violência no namoro deve, afirmam os autores, ser evitada ou eliminada de forma a prevenir suas consequências futuras, que incluem tanto fatalidades físicas, como sequelas emocionais e a construção de um ciclo violento no casamento e na criação de filhos. Na investigação de Njaine, Oliveira, Ribeiro, Minayo e Bodstein, os jovens estudados elencaram adultos de referência em suas vidas, nos quais encontram-se professores, pais, profissionais de saúde, de comunicação e religiosos – conferem a estes a confiança e a esperança de encontrar ajuda em situações de conflito (2011, p. 183).

Nesta perspectiva, Wolfe, Wekerle e Scott (1996, citados por Njaine et al, 2011, p. 184), afirmam a importância de não elaborar planos de intervenção voltados aos comportamentos violentos, e sim promover acesso à saúde e o conhecimento de deveres e direitos, promovendo vínculos de confiança que permitam aos jovens expressar-se e evitar manifestações impetuosas de sentimentos. Os dados apresentados demonstraram que apenas 3,5% dos 3.205 jovens pesquisados revelaram ter procurado apoio profissional devido situação de agressão no relacionamento: 11,1% procuraram ajuda – entre vítimas e agressores, e destes, 10,2% foi devido a consequências emocionais decorrentes de ter a “imagem manchada” perante os colegas.

Em Portugal, estudos apontaram atitudes violentas nas relações de namoro em significativo percentual de jovens universitários, afirmam Caridade e Machado (2006, p. 486). As autoras apresentam dados de uma amostra de jovens em relações de namoro, onde 15,5% revelaram ter sido vítimas de violência pelo menos uma vez, enquanto 21,7% já foram os agressores (Machado, Matos e Moreira, 2003, citados por Caridade e Machado, 2006, p. 486) em ambos os casos, a violência psicológica é a dominante (53,8%-50,8%), acompanhada da violência sexual (18,9%-25,6%), violência física sem

sequelas (16,7%-15,4%) e violência física com sequelas (3,8%-3,8) (Paiva e Figueiredo, 2004, citados por Caridade e Machado, 2006, p. 487).

Caridade e Machado afirmam que os estudos internacionais e nacionais têm revelado que a violência perpetuada nas relações de namoro é mútua, a investigação de White e Ross teve como resposta 37% dos homens admitindo que agrediam as parceiras, enquanto 39% afirmaram ser vítimas delas. As autoras ressaltam que a análise da situação de violência deve considerar o contexto social, histórico, econômico, bem como os papéis atribuídos à homens e mulheres na sociedade e as posições sociais (Caridade e Machado, 2006, p. 489). Ressaltam as autoras, que 25-35% dos adolescentes consideram a violência um ato de amor (Roscoe e Kelsey, 1986, citados por Caridade e Machado, 2006, p. 489) e que as raparigas adolescentes tendem a confundir ciúme e amor (Grishick, 1993, citado por Caridade e Machado, 2006, p. 489).

Em Portugal, apenas 9% dos jovens vítimas de violência recorrem ao sistema judicial, percentagem semelhante a apresentada pelo estudo realizado no Brasil. Esta similaridade surge também nos jovens que contam a situação aos amigos, 17% às mães, 10% aos pais e 2% aos professores (Black e Weisy, 2003, citados por Caridade e Machado, 2006, p. 490). Em 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV divulgou, no seu folheto informativo sobre a violência no namoro, um estudo realizado com 4.500 jovens portugueses, entre 13 e 29 anos, que revelou que um em cada quatro foi vítima de violência no namoro.

No Código Penal português, de 15 de março de 1982, Artigo 152º, o qual dispõe sobre *Violência Doméstica*, reconhece-se que:

- 1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:
 - a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
 - b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; [...]é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.
- 2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.
- 3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:
 - a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

- b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.
- 4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.
- 5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância. [...]. (Código Penal, 1982).

Portanto, a relação de namoro já é reconhecida pela lei portuguesa, atribuindo-lhe o valor de relação que designa e exige direitos e deveres, mesmo que não contractuais, mas que visam respeitar a integridade física, mental e legal dos parceiros envolvidos. Segundo a APAV, nas relações de namoro entre jovens a violência exercida é mútua, não apresentando especificidades de gênero. Porém, a violência física é mais exercida pelos rapazes sobre as raparigas, estas, por sua vez, tendem a utilizar estratégias de violentar através de gritos, insultos, etc. A APAV afirma que a maioria dos jovens em situação de violência no namoro não procura ajuda profissional, por não reconhecer que o abuso está sendo cometido, por vergonha ou medo, entre outros factores. Destaca, ainda, a dificuldade em reconhecer ser vítima de violência em um contexto de indecisão e insegurança próprios da faixa etária.

A União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR, é também uma associação de referência em Portugal, a qual dentre os vários projetos voltados à defesa dos direitos humanos e na promoção da igualdade de gênero, apresenta o projeto Art'themis +²⁶, que tem como “principal objetivo alertar e consciencializar para as causas e consequências da violência de gênero e doméstica” (UMAR, s/d), e dentre os temas abordados, está a violência no namoro, através da implementação de um programa de intervenção com as escolas. Deste projeto, é elaborado um relatório anual, desde 2014. Portanto, o mais recente relatório da UMAR sobre violência no namoro abrangeu 5.500 jovens, com faixa etária média de 15 anos de todo o território português.

O estudo elencou dados respectivos à violência psicológica, física, sexual, nas redes sociais e comportamentos de controlo e perseguição. Portanto, 14% dos jovens não reconhecem a violência psicológica, 6% não reconhecem a violência física, 24% legitima

²⁶ O projeto Art'themis + tem parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG) com a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade (informação disponível em <http://artthemis.umarfeminismos.org/projeto/>)

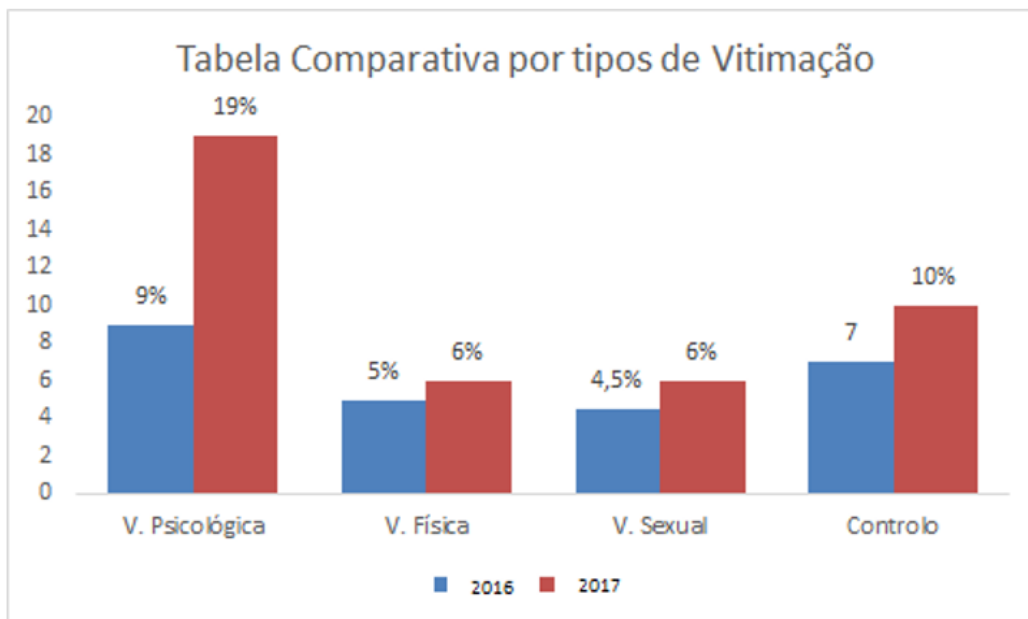
a violência sexual na relação de namoro, 24% não considera o controle e abuso nas redes sociais um ato violento, 28% não reconhece o controle comportamental como violência e 25% não acha violento o ato de perseguição. Destes dados, que representam o que os jovens consideram ou não como violência, destacou-se que os rapazes legitimam mais as situações de violência do que as raparigas que responderam ao mesmo estudo.

O reconhecimento da situação de violência no namoro ainda é uma dificuldade encontrada para trabalhar esse fenômeno, a naturalização de atos violentos é uma realidade constante, não apenas no âmbito do namoro, mas em diferentes esferas sociais. Destacando-se o Relatório da OMS que faz menção à necessidade de colaboração entre as esferas de serviços públicos, dos quais citaram a saúde pública e esfera jurídica, como acrescentamos a necessária participação das escolas e das famílias, em uma perspectiva ampla de combate e prevenção à violência em suas mais diversas manifestações, com intuito de expandir o conhecimento e trabalhar mais a prevenção do que as consequências.

No mesmo relatório disponibilizado pela UMAR, a segunda parte do levantamento de dados aborda a vitimação, ou seja, os jovens foram questionado sobre ter ou não sido vítimas de violência. Assim, 19% afirmaram já ter sofrido violência psicológica – 30% insultados, 16% humilhados ou rebaixados e 10% ameaçados –, dos quais as raparigas representam maior vitimação. 10% dos jovens – 13% raparigas e 8% rapazes – foram vítimas de controle por parte do/a companheiro-a. Nas redes sociais, 11% foram violentados de alguma forma, incluindo a partilha de conteúdos íntimos, insultos e humilhações. 15% sofreram perseguição, sem grande diferença entre gêneros. Por fim, 6% já sofreram violência física, em semelhante quantidades entre rapazes e raparigas e 6% foi vítima de violência sexual – 6% das raparigas e 5% dos rapazes, dos quais 5% das raparigas e 2% dos rapazes já foram pressionados a ter relações sexuais.

Vale ressaltar que estes dados são relacionados às relações de namoro, com jovens estudantes com idade média de 15 anos. Quando comparado com o relatório do ano anterior, os resultados explicitam um aumento da vitimação, como mostra o quadro a seguir:

Figura 8 - Tabela comparativa por tipos de vitimação



Fonte: UMAR, 2017, p. 11.

Destaca o relatório da UMAR a preocupação com os dados apresentados, que expõem a urgência e necessidade de intervenção profissional com os jovens, de forma a garantir a prevenção e conscientização sobre violência, desmistificando práticas naturalizadas que legitimam a reprodução de atitudes violentas nos diferentes aspectos, como mencionados – psicológica, física, sexual, redes sociais, controlo e perseguição. Portanto, torna-se imprescindível abordar a perspectiva profissional, da qual nos ateremos ao Serviço Social e sua relação com a área da violência no namoro.

CAPÍTULO 3 – SERVIÇO SOCIAL, VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE NAMORO

3.1. Serviço Social, Questão Social e Violência

Esta pesquisa teve por objetivo analisar e perceber a manifestação da violência nas relações de namoro entre jovens, utilizando a análise crítica da sociedade e dos fenômenos contemporâneos. Desta forma, compreende-se a necessidade de abordar a função do Serviço Social, enquanto profissão de carácter interventivo no contexto societário, na atuação com esse fenômeno social. Entender a profissão exige uma definição mais ampla, e foi assim que, em 2001, a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS/IFSW) e a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIESS/IASSW) anunciaram a definição global de Serviço Social:

A profissão de Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social intervém nas situações em que as pessoas interagem com o seu meio. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social. (IFSW, 2003)

O Serviço Social, em aspectos globais, é regido pela FIAS/IFSW e pela AIESS/IASSW, as quais tem por objetivo “promover o debate e a reflexão ética nas organizações filiadas, entre o(a)s que exercem o Serviço Social nos países membros, nas escolas de Serviço Social e junto do(a)s respetivo(a)s estudantes” (IFSW, 2003, p. 1), que determina a ética, princípios e conduta profissional do Assistente Social, que serve como parâmetro para cada país adequar à sua realidade.

Dentre os princípios destacados, afirma o documento que o Serviço Social deve basear-se no respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos, através de uma intervenção que promova e defenda a integridade e bem-estar físico, psicológico, emocional e espiritual de cada indivíduo, bem como, considerar a totalidade do indivíduo, em seu aspecto familiar, social e comunitário.

Em 2004, foi lançado o documento internacional sobre Ética no Serviço Social, que rege a elaboração de documentos de cada região. Desta forma, afirma-se que o Serviço Social é uma profissão inserida no processo das relações sociais e das contradições provocadas por estas. Afirma Iamamoto (2000, p.73) que as condições que atribuem características particulares à profissão demandam da dinâmica das relações

sociais de acordo com o contexto histórico, sendo o Assistente Social um agente da classe dominante para atuar como mediador dos conflitos com a classe trabalhadora.

Como profissão legitimada socialmente, possui uma função social, visto que as profissões existem como resposta a necessidades sociais (Machado, 1999, p. 39). Portanto, afirmar o objeto de trabalho do Serviço Social, significa assumir uma perspectiva teórica distinta do posicionamento inicial da profissão – de culpabilização do indivíduo com base religiosa – e, atualmente, compreende o indivíduo como resultado do processo histórico, assumindo a existência da Questão Social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (Iamamoto e Carvalho, 2009, p. 77).

Reconhecer a Questão Social significa adotar a perspectiva crítica fundamentada na relação contraditória entre capital e trabalho, e analisar a desigualdade social partindo desta relação. Portanto,

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.[...]a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (Iamamoto, 1997, p. 14).

Portanto, retomando o que está posto no capítulo 1, uma das manifestações da Questão Social é a violência, a qual é característica fundamental da essência do capitalismo, o Assistente Social é um profissional capacitado teórica e criticamente para intervir em situações de violência, mas como explicam Iamamoto e Carvalho, “não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula” (2009, p. 79), o que significa compreender que a intervenção profissional possui limitações e exigências que independem do profissional.

Um levantamento sobre as variadas manifestações da violência na contemporaneidade e sua relação com o Serviço Social, realizado por Silva (2008, p. 266) na realidade brasileira, apontou que 3,99% das produções teóricas aprovadas para

publicação referem-se à violência. Afirma o autor, que é evidente a relevância da intervenção do Assistente Social no âmbito da violência, tanto no campo como na academia (Silva, 2008, p. 267). Destaca o autor que são estudos que denunciam as violências cotidianas e defendem os direitos humanos, orientados pelo Código de Ética e pelo projeto ético-político da profissão.

No caso do Brasil, Silva questiona o acesso dos profissionais a estes estudos, visto a importância de a abordagem prática estar associada à investigações teóricas para o aprofundamento crítico e atualização da realidade social, em constante processo de desenvolvimento, portanto,

[...]o prévio mapeamento empírico das múltiplas expressões contemporâneas da violência na relação direta com o Serviço Social deve servir de referência à práxis profissional. É preciso não apenas qualificar a apropriação da dinâmica desse real, mas, ao mesmo tempo, fomentar condições para que a produção elaborada tenha impactos efetivos no cotidiano profissional. (Heller, 1989, citado por Silva, 2008, p. 267).

Neste contexto cabe ressaltar a importância da profissão ser legitimada não só socialmente, mas também legalmente, através de órgãos de representatividade profissionais, que delimitem princípios, deveres e obrigações ao profissional e ao empregados, no intuito de possibilitar uma prática profissional guiada por um projeto ético-político que atribui ao Assistente Social a autonomia e autoridade necessárias à intervenção social de qualidade, não totalmente subordinada à instituição empregadora, considerando que limitar a atuação profissional “inviabiliza qualquer iniciativa comprometida com a reconstrução da violência como categoria sócio-histórica que se objetiva como complexo social” (Silva, 2008, p. 268), bem como às outras áreas de intervenção profissional.

Desta forma, compreende-se a violência como uma categoria social que “pertence às relações humano-sociais (longe de qualquer paradigma biologista) e que carece, para seu enfrentamento, de reconstrução crítica apoiada na razão que se debruça sobre o mundo e, a partir dele, formula conceitos e propõe alternativas práticas” (Silva, 2008, p. 268), portanto, a violência é uma ação humana, desenvolvida das e nas relações sociais, exigindo uma intervenção programada, voltada para a mudança de estereótipos e conceitos.

É preciso também abordar a violência como uma categoria composta de variados elementos, os quais envolvem a vida social, o contexto histórico, a cultura, a educação, a política, os serviços oferecidos e, de enorme importância, a particularidade de cada sujeito. Dentro de cada particularidade social, há vários sujeitos únicos, que apresentam ao Serviço Social uma gama de limites e possibilidades de intervenção. Afirma Silva que neste processo é preciso “partir das demandas imediatas impostas à profissão e descortinar suas conexões universais reais que jamais se realizam como atos unicamente isolados (2008, p. 269), assim, ao Serviço Social são apresentadas demandas imediatas que exigem investigação e reconstrução de factos.

Compreende-se, desta forma, que a relação do Serviço Social com a violência revela a exigência de um profissional que reúna competências teóricas e metodológicas para identificar as manifestações externas às demandas imediatas e, destaca Silva (2008, p. 271), é imprescindível a formação profissional crítica e de qualidade na formação de profissionais com base profissional e a legitimação do campo dos direitos humanos por profissionais do Serviço Social e, por fim, retomar o vínculo do Serviço Social com movimentos sociais, não permitindo um Serviço Social neutro e burocrático. Portanto, o desafio posto significa assumir inteiramente as disposições éticas e o conceito profissional do Serviço Social.

3.2.Serviço Social: modelos de intervenção, limites e possibilidades no âmbito da violência no namoro

A violência no namoro ainda é um tema pouco abordado, principalmente no âmbito das ciências sociais, é mais comum vermos o tema restrito às questões de violência doméstica e/ou violência de gênero, mas não é percebido como um fenômeno próprio, carente de investigação e intervenção profissional.

Na perspectiva nacional, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero – CIG, é o órgão nacional responsável pela promoção e defesa do princípio da Constituição da República Portuguesa²⁷, que afirma a *promoção da igualdade entre homens e mulheres*, portanto, através de políticas públicas, visa eliminar a discriminação com base

²⁷ Artigo 9º - Tarefas fundamentais do Estado, alínea h) Promover a igualdade entre homens e mulheres. (Constituição da República Portuguesa, 1976).

no gênero para uma sociedade plena no gozo da cidadania. Com a colaboração da CIG, é lançado em 1999²⁸ o primeiro Plano Contra a Violência Doméstica²⁹ - PCVD, com objetivo principal de sensibilizar, prevenir, intervir em favor da vítima, investigar e estudar o fenômeno da violência doméstica. Após três anos, em 2003, foi aprovado o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, mais amplo, objetivando a informação, sensibilização, prevenção, formação, legislação e aplicação, proteção da vítima, integração social, investigação e resposta.

Em 2007 o Conselho de Ministros aprovou o III PNCVD (2007 – 2010), que apresentava cinco Áreas Estratégicas de Intervenção, a saber: 1ª) Informar, Sensibilizar e Educar; 2ª) Proteger as vítimas e prevenir a revitimização; 3ª) Capacitar e reinserir as vítimas de violência doméstica; 4ª) Qualificar os profissionais e; 5ª) Aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno da violência doméstica.

Em 2011, o IV PNCVD (2011 – 2013), prevê a implementação de 50 medidas que abarquem as cinco áreas estratégicas, agora definidas: 1) Informar, sensibilizar e educar; 2) Proteger as vítimas e promover a integração social; 3) Prevenir a reincidência; 4) Qualificar profissionais e; 5) Investigar e monitorar. Portanto, pequenas mudanças revelam que a implementação tem originado resultados e, permitido melhoras na elaboração do plano.

Atualmente, e desde 2014, está em vigor o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, embasado nos compromissos assumidos por Portugal frente às instâncias internacionais, acrescentou ao nome do Plano a importância da prevenção, e regido pelos pressupostos da Convenção de Istambul, que abrange a percepção de violência doméstica para a violência de gênero e suas variadas manifestações. O V PNCVD é relacionado ao V Plano Nacional para a Igualdade de Gênero, Cidadania e Não-Discriminação, com objetivo de tornar Portugal uma sociedade livre da violência e da discriminação, mantendo as cinco áreas de intervenção estratégicas do plano anterior.

²⁸ Ano comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

²⁹ Aprovado pela Resolução da Presidência do Conselho de Ministro n. 055/99.

Neste contexto, ressalta-se a importância de conceituar a intervenção social, a qual constitui:

[...]uma acção sobre as situações sociais que geram ou foram geradas por factores que directa ou indirectamente contribuem para o desequilíbrio do sistema social ou para uma desafectação das pessoas relativamente às formas de organização social e económica (Moura, 2006, p. 76).

Percebe-se como um processo interacional com objetivo concreto de atuar na realidade social e contribuir para a mudança social; depende de contexto social e político, bem como das estratégias utilizadas pelos serviços sociais. Desta forma, sua abrangência pode ser limitada – quando uma situação específica e servida de recursos sociais existentes – ou alargada – quando o público alvo engloba grupos, comunidades ou territórios (Moura, 2006, p. 77). Concebe Moura que a intervenção social:

[...]se tenha constituído como um mecanismo de construção de respostas a situações que, pelas suas características sociais ou económicas, necessitavam de ser reparadas de modo a assegurar, por um lado a relação entre realidade visível e invisível, por outro o fluxo vital que permitia o equilíbrio da realidade social (2006, p. 81).

Ainda nesta perspectiva, é ao legitimar-se como um instrumento de transformação social que a Intervenção Social adquire diferentes vertentes, modifica-se e adapta-se ao contexto histórico, aqui destacamos as novas manifestações da Questão Social, que discutimos no capítulo anterior. As novas problemáticas oriundas do processo de globalização, desenvolvimento industrial, desenvolvimento tecnológico “alteram a morfologia e a própria fisionomia dos problemas sociais” (Moura, 2006, p. 112), portanto, norteiam novos parâmetros de intervenção profissional.

Diante destas modificações, associadas às novas relações de poder, ao crescimento da interdependência entre os Estados, ao crescimento da desigualdade social e, conseqüentemente, dos conflitos, a intervenção consolida-se “como um processo de trabalho considerado imaterial” (Vargas e Sarmiento, 2005, citados por Moura, 2006, p. 112), o que significa assumir sua dependência do poder político e econômico, a intervenção também vincula-se a um atuação que interfere na produção e reprodução da vida social, no conceito de justiça social, na dinâmica social e media as relações de poder institucionais. É assim, afirma Moura (2006, p. 114), que a intervenção se aproxima da

mediação, utilizando-a como uma estratégia de articulação entre políticas, instituições e sociedade.

Em relação ao Serviço Social, Moura ressalta que ocorre uma relação simbiótica entre a categoria profissional e a intervenção social, inclusive com o desenvolvimento de um suporte triplo entre Serviço Social, Intervenção e Desenvolvimento, relacionado a um “um processo de legitimação de uma visão de progresso, que assentava na construção de um modelo de desenvolvimento económico em que as necessidades de ordem social afectavam a dinâmica desejada para o crescimento industrial” (Moura, 2006, p. 144). E assim permitindo novas orientações às propostas interventivas previsto promover o desenvolvimento e manter as relações de poder, de modo que

Toda a acção exercida sobre o terreno das desigualdades sociais se tornou assim numa forma elementar de corrigir as distorções sociais geradas pelo projecto político que acompanhava a construção da sociedade industrial. Mas, como o exercício da acção implicava o uso de meios e a disponibilidade de recursos, os meios foram encontrados por via da concertação de diferentes interesses que se consubstanciaram sob a forma de filantropismo, enquanto os recursos foram organizados tendo em linha de conta a rentabilização do trabalho dos agentes de intervenção e a projecção dos centros sociais como uma nova figura institucional na área do social (Moura, 2006, p. 144).

Neste contexto, a intervenção social consolidou-se com suporte no trabalho voluntário, organização de modelos interventivos centrados na comunidade e inovação das estratégias de regulação dos desequilíbrios sociais (Moura, 2006, p. 146). Portanto, considera-se que a Intervenção Social surge como resposta a necessidades políticas e não sociais, a qual tem sua gênese no assistencialismo, mas desenvolveu-se até se tornar um instrumento capaz de mediar a intervenção política e a prática social.

Segundo Andrade (2001, p. 221), a prática profissional significa um “processo cognitivo-interventivo”, representado pela relação entre os assistentes sociais e os usuários do serviço. O assistente social, continua a autora, precisa relacionar três eixos principais no seu agir profissional: 1) deter um conhecimento teórico-metodológico e ético-político que norteie o agir profissional; 2) identificar os sistemas de poder e articular estratégias considerando as possibilidades e limitações destes e; 3) dominar a subjectividade e a subjectivação, portanto, reconhecer a relação entre sujeitos profissionais e sujeitos usuários dos serviços.

O desenvolvimento do exercício profissional do Serviço Social, afirma Moura, foi trilhado pela dinâmica cultural da sociedade, portanto, ao mesmo tempo modificou-se, “partilharam do empenho demonstrado pelos profissionais em promover uma melhor adaptação dos indivíduos ao seu meio ambiente” (2006, p. 248), culminando em intervenções de carácter paliativo – utilizando da persuasão e coerção em ações de ajuda – e de carácter promocional/construtivo – através de uma gestão pedagógica, que responsabiliza o usuário pela alteração das condições que vivia (Abreu, 2002, citado por Moura, 2006, p. 248).

Em outra perspectiva, Lacerda (2014, p. 26) afirma, que tornar o usuário uma vítima do sistema conduz a uma percepção fatalista da realidade, na qual o sujeito é dependente de outrem. Portanto, ressalta que todo sujeito é “é fruto do contexto histórico em que está inserido e das respostas que a ele dá, as alternativas que escolhe, os valores que pautam tais escolhas e vão sendo materializados” (Lacerda, 2014, p. 26).

Como o Serviço Social ainda é predominantemente exercido em espaços institucionais públicos, as políticas públicas constituem o meio de intervenção, através de programas, projetos, missões e também da correlação de forças que predominam o campo de trabalho (Andrade, 2001, p. 225). Em uma análise focada na Europa Ocidental, o Serviço Social tinha suas ações voltadas para gerir a não adaptação do usuário, sem considerar a segregação (Moura, 2006, p. 250). Ainda segundo a mesma autora, este modelo de intervenção provocou uma desvalorização da função específica do Assistente Social na área da ação social, exigindo o reconhecimento das capacidades técnicas e operativas e a gestão das políticas sociais, de forma a adequar a intervenção política, cultural e socialmente, desta forma:

Serviu-se, para o efeito, do património cultural do exercício profissional da intervenção, assim como do espólio das formas de protecção social, para dar a devida consistência ao seu capital ideológico ao reinvestir em: uma reconceptualização cultural do exercício da intervenção profissional tendo como premissa o reconhecimento dos direitos sociais; a construção de novas estratégias para o exercício profissional da intervenção (Moura, 2006, p. 251).

Neste contexto de reconfiguração profissional, afirma Moura, o exercício profissional tornou-se um *agir profissional*, no intuito de “distanciar do exercício clássico da profissão” – caritativo, beneficente e assistencial e também destacar sua

funcionalidade perante as demais profissões sociais, adotou portanto um modelo psico-educativo,

[...]cuja actuação se alicerçava em: uma vertente de ajuda psico-social, que se distinguiu por utilizar o conhecimento adquirido ao nível da psiquiatria e da psicologia para actuar sobre os problemas de desfiliação e de exclusão social; uma vertente educativa, que se singularizava por, através da difusão e incorporação da informação, permitir ao indivíduo, aos grupos e às comunidades orientarem-se sustentadamente na resolução das suas necessidades (Moura, 2006, p. 252).

Portanto, o Assistente Social é um profissional legitimamente capacitado na intervenção social. A intervenção social em situações de violência apresenta características particulares e é condicionada pelo conjunto de serviços disponíveis no serviço público e privado.

Em Portugal há uma rede de instituições de apoio a vítimas de violência, que incluem serviços de acolhimento, encaminhamento e proteção. A CIG – anteriormente mencionada – é o órgão nacional responsável pela promoção e execução da maior parte de organizações e associações que lidam com a violência. Podemos citar, que para situações emergenciais, há a Linha Nacional de Emergência Social, de acesso gratuito, abrangência nacional e funcionamento contínuo e ininterrupto com principal ação de encaminhar para Serviços Locais de Ação Social próximos.

A Polícia de Segurança Pública – PSP e a Amnistia Internacional – AI também representam instituições de referência em Portugal. A PSP, com autonomia administrativa, representa o serviço público e são profissionais de segurança armada. A AI é um movimento que busca a garantia dos direitos humanos, com ações investigativas, campanhas e combates judiciais quando apresentados casos de violação dos direitos humanos. O Alto Comissariado para as Migrações – ACM é voltado às situações referentes aos imigrantes, e o Núcleo Mulher e Menor – NMUME, junto à Guarda Nacional Republicana – GNR, desenvolve estratégias de policiamento, sensibilização da comunidade e representação judicial.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV promove a informação, proteção e apoio às vítimas – principalmente os mais pobres - através da propagação de informação, atendimento, com serviços de apoio moral, social, jurídico, psicológico e econômico e encaminhamento à setores necessários. Possui o cofinanciamento da União

Europeia para o Projeto Lead, que tem o objetivo principal de desenvolver e disseminar informações sobre violência para crianças e jovens.

A União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR é uma organização feminista com mais de 40 anos que desde 1997 desenvolve ações no âmbito da violência de gênero e em 2014 lançou o Projeto Art’themis +, com o apoio da CIG e da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade - SECI. O referido projeto funciona através de ações de intervenção pedagógica nas escolas, abordando temas como prevenção de comportamentos violentos, desconstruindo estereótipos, bases culturais e representações sociais da violência de gênero. A violência no namoro é um dos temas abordados e tem resultado em um relatório anual – já mencionado no capítulo anterior – que permite a análise de dados e expõe a emergência de uma atenção maior a este fenômeno, que ainda encontra-se associado à outras formas de violência e não possui visibilidade.

Face aos novos compromissos assumidos por Portugal a nível internacional, a CIG elaborou um Guia de requisitos mínimos de intervenção em situações de violência doméstica e violência de gênero, nas definições gerais, temos a definição de “Técnico/a de apoio à vítima: a pessoa devidamente habilitada que, no âmbito das suas funções, presta apoio e assistência direta às vítimas”, e os respectivos requisitos e qualificações são definidos no despacho nº 6810-A/2010:

1- Constituem requisitos obrigatórios para a habilitação como técnico de apoio à vítima:

a) A habilitação académica de nível superior na área das ciências sociais e humanas ou a posse de habilitação académica de nível superior noutra área, desde que, nesta situação e, cumulativamente, o interessado detenha experiência profissional relevante no domínio da violência doméstica, requisito este cuja observância é verificada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG);

b) A frequência, com aproveitamento, de 90 horas de formação para técnicos de apoio à vítima (Despacho 6810-A/2010).

Portanto, não há exigência ou mesmo sugestão para uma equipe mínima de acordo com a necessidade do setor. O Serviço Social, como já comentado, tem uma íntima relação com a violência, com a prática profissional marcada por demandas que emanam violência em suas mais diversas manifestações.

Em pesquisa realizada no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, são encontrados quase 600 documentos, dos quais: dissertações de licenciatura e de

mestrado, artigos, teses de doutoramento e documentos de conferência que falam sobre “Serviço Social e violência”. Ao modificar a pesquisa para “Serviço Social e violência doméstica”, os documentos são reduzidos a cerca de 112 resultados. Quando especificado o tema “Serviço Social e violência no namoro”, obtemos apenas uma publicação.

Como meio de pesquisar a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais – RSES, no intuito da sociedade ter acesso às respostas sociais prestadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – MTSS, a Carta Social é um instrumento que permite caracterizar, localizar e dispor os equipamentos e entidades da rede de ação social. O relatório mais recente, do ano de 2015, dispõe da dinâmica das RSES. Das entidades proprietárias³⁰, segundo o relatório, 27,2% são lucrativas e 72,8% não-lucrativas³¹.

As respostas sociais, “entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos sociais, ou a partir destes, para apoio a pessoas e famílias” (Carta Social, 2015), são direcionados a toda sociedade, porém enquadrados em quatro grupos: 1) Crianças e Jovens; 2) Crianças, jovens e adultos com deficiência ou incapacidade; 3) Pessoas idosas; 4) Pessoas com problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade. Em 2015, as respostas sociais ao grupo 1 era de 49,1%, ao grupo 2 de 5,2%, grupo 3, 41,4% e grupo 4 com 4,6%. Estes serviços dispõe o Centro de Atendimento e as Casas de Abrigo a mulheres vítimas de violência, principalmente doméstica. Mas não especificam a intervenção em situação de violência no namoro. O apoio aos jovens é direcionado para situações familiares, de abandono ou capacitação pessoal.

Reconhecer a ausência de uma intervenção direcionada para situação de violência nas relações de namoro não significa rejeitar o aumento das investigações sobre a violência doméstica, porém, são realidades distintas e, como tal, exigem respostas particulares e direcionadas. Segundo Matos, Machado, Caridade e Silva (2006, p. 58), a violência nas relações de namoro entre jovens é marginalizada, comparada à violência marital, visto que o tema passou a ganhar destaque nos anos de 1990.

³⁰ Assim considerada qualquer entidade, de natureza individual ou coletiva, pela qual desenvolva-se respostas sociais (Carta Social, 2015).

³¹ As entidades lucrativas são as privadas com fins lucrativos, as não-lucrativas são as Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS, entidades oficiais, serviços sociais de empresas e a Santa Casa de Misericórdia.

No decorrer destes quase 30 anos, desenvolveram-se dimensões de cunho preventivo: a) *Prevenção primária* – sujeitos que não sofreram ou exerceram a violência no namoro; b) *Prevenção secundária* – sujeito em risco de tornarem-se vítimas ou agressores; c) *Prevenção terciária* – com sujeitos vítimas e/ou agressores de violência no namoro; d) *Desenvolvimento de políticas sociais* – condição mais alargada, através do “desenvolvimento de políticas governamentais, comunitárias e institucionais que estimulem relações de género paritárias, [...]que promovam a autonomia e a resiliência das mulheres, bem como a resolução não violenta e eficaz dos conflitos entre parceiros” (Hage, 2000, citado por Matos et al, 2006, p. 58).

Portanto, compreende-se que a intervenção multidisciplinar encara como principais dificuldades “a própria definição de violência no namoro e a operacionalização desse conceito, a dificuldade dos investigadores à esta população e a inexistência de um estatuto legal, autónomo, alusivo à violência fora dos contextos maritais” (Matos et al, 2006, p. 59), o que destaca a necessidade de reconhecimento e legitimidade da violência no namoro como um objeto de intervenção social, com particularidades e um público-alvo direcionado, que exige uma intervenção específica, profissionais capacitados e políticas sociais apropriadas.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado o percurso adotado pela pesquisa, com o objetivo de descrever e conceituar a escolha metodológica e os instrumentos de pesquisa utilizados. A investigação científica tem por objetivo “não só descobrir e descrever acontecimentos e fenómenos, mas também explicar e compreender porque razões tais fenómenos ocorrem” (Jesuino, 1989, p. 215). É assim, de acordo com este princípio, que esclarecemos e abordamos a metodologia seguida nesta pesquisa.

4.1. Problema de pesquisa e objetivos

Ao considerar recentes estudos que afirmam a violência no namoro como um fenómeno frequente e habitual, que se expressa, na maioria das vezes, na forma de violência psicológica, que atinge mais o sexo feminino do que o masculino (Archer, 2000, Muñoz-Rivas, Graña; I’Leary e González, 2007b, citados por Dixe et al., 2010) e que é subestimado pelos jovens, que não encaram tais atitudes como violência, identifica-se que o Serviço Social, profissão de carácter interventivo direto nas expressões da questão social, procura meios de intervenção e de enfrentamento a qualquer situação de opressão e violência, bem como a justiça e a equidade social. Diante disto, considera-se a investigação científica como meio de aprofundamento de ideias, teorias e identificação de métodos propostos à mudança social. Portanto, as seguintes questões foram consideradas:

- a) Existe, atualmente, violência nas relações de namoro entre os jovens?
- b) Como se manifesta a violência entre parceiros nas relações entre namorados na atualidade?
- c) Os jovens percebem a manifestação de atitudes de violência no namoro?
- d) Os estudos e trabalhos voltados aos jovens abrangem a violência nas relações de namoro?

O objetivo geral desta pesquisa é compreender e analisar a representação da violência entre jovens nas relações de namoro, e os objetivos específicos são:

- a) Apresentar conceitos de violência em uma abordagem sócio histórica;

- b) Compreender se os/as jovens identificam determinados comportamentos como sendo violência no namoro;
- c) Analisar a forma como os jovens concebem o fenómeno da violência no namoro;
- d) Categorizar as atitudes de violência dos jovens nas relações de namoro;
- e) Apontar estratégias técnicas e metodológicas do Serviço Social no atendimento aos jovens em situação de violência no namoro

4.2. Tipo de pesquisa

A metodologia consiste na forma de conduzir a pesquisa, portanto, revela-se a explicação detalhada do processo de pesquisa: tipo de pesquisa, instrumentos utilizados, amostragem, e demais processos investigatórios.

Identificou-se a possibilidade de adoção da abordagem mista – qualitativa e quantitativa, compreendendo, com base em Paranhos, Figueiredo Filho, Rocha, Silva Junior e Freitas (2016, p. 389), que ambas possuem limitações e potencialidades, porém mesmo com finalidades distintas, associá-las significa utilizar do melhor de suas contribuições na resposta à investigação.

A pesquisa qualitativa é, reconhecidamente, um dos instrumentos de estudo “dos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais[...]” (Godoy, 1995a, p. 21). A pesquisa qualitativa tem carácter norteador, como afirmam Pardal e Lopes:

Referências diversas, ênfase na ação social dos indivíduos, na complexidade do social, preocupação com a compreensão dos acontecimentos, valorização da transferibilidade, diversidade de modelo de recolha de dados, ênfase no processo de investigação, ênfase na compreensão do fenómeno a partir do interior e valorização da sensibilidade do investigador (2011, p. 26).

De forma distinta, a pesquisa quantitativa é guiada por um plano pré-estabelecido, as hipóteses são definidas e as variáveis presumíveis, seu objetivo é a quantificação dos resultados (Godoy, 1995b, 58).

Assim, inserida na investigação qualitativa, o presente estudo é de natureza exploratória, pois objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas

a torna-lo mais explícito ou construir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41). Portanto, é um modo de investigação flexível, que permite aprimorar ideias e considerar variáveis no decorrer do estudo. Do ponto de vista quantitativo, buscou-se, nos questionários aplicados, fazer a quantificação de opiniões e informações para discussão do tema estudado. E, por meio da análise dos dados, compreender e mensurar as experiências humanas em relação à violência no namoro.

4.3. Método

Por método, entende-se os procedimentos, etapas e instrumentos utilizados na pesquisa, assim, esta investigação segue a perspectiva fenomenológica, a qual considera a necessidade de “ir além das descrições sobre as manifestações imediatas e aparentes dos factos para captar o seu sentido oculto, para superar as aparências e alcançar a essência dos fenómenos” (Silva, 2013, p. 84).

Considera a importância de questionar, investigar e interpretar a realidade social, rompendo com o senso comum, ou seja, nesta perspectiva, o comportamento é determinado por fenómenos da experiência humana, e só é possível entender o comportamento humano “se se apreender o quadro referencial dentro do qual os actores sociais interpretam as suas acções e sentimento” (Silva, 2013, p. 85).

Para isto, as técnicas reunidas incluem o questionário e a entrevista não estruturada, como meios complementares à pesquisa bibliográfica e análise documental.

4.4. Técnicas e procedimentos de recolha de dados

4.4.1. Questionário sócio demográfico

O primeiro instrumento aplicado foi um questionário sócio demográfico, de forma a recolher características da amostra em estudo, portanto, elaborado especificamente para esta investigação (Apêndice 1). O questionário contém perguntas referentes à identificação social, económica e relativas a relações íntimas.

4.4.2. Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (EAVN).

Para análise da percepção dos jovens frente à violência no namoro, foi escolhida a Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro – EAVN (Anexo um). Esta escala é uma adaptação da Attitudes Toward Dating Violence Scale, desenvolvida e validada em 1999 por Price, Byers e Dating Violence Research Team (versão portuguesa traduzida e adaptada por Saavedra, Machado, e Martins, 2008).

Esta escala é um instrumento com 76 itens, organizados em seis subescalas de atitudes face à violência: Escala de Atitudes Masculinas de Violência Psicológica no Namoro (AMDV-Psyc³²) com 15 itens; Escala de Atitudes Masculinas de Violência Física no Namoro (AMDV-Phys) com 12 itens; Escala de Atitudes Masculinas de Violência Sexual no Namoro (AMDV-Sex) com 12 itens; Escala de Atitudes Femininas de Violência Psicológica no Namoro (AFVD-Psyc) com 13 itens; Escala de Atitudes Femininas de Violência Física no Namoro (AFVD-Phys) com 12 itens e Escala de Atitudes Femininas de Violência Sexual no Namoro (AFVD-Sex) com 12 itens. Estas subescalas avaliam as atitudes dos sujeitos relativamente à violência psicológica, física e sexual nas relações de namoro. As respostas não pressupõem que os jovens já tenham estado envolvidos numa relação amorosa, uma vez que se trata de uma escala de atitudes.

As opções de respostas variam de “discordo totalmente” (1) a “concordo totalmente” (5), sendo cotadas neste padrão, e alguns em cotação invertida – “concordo totalmente” (1) a “discordo totalmente” (5), a fim de controlar a colocação negativa das afirmações³³. Na escala original, as contagens mais elevadas indicam maior aceitação do comportamento abusivo, porém, devido uma falha na aplicação dos questionários, metade da AFVD-Psyc e a AFVD-Phys inteira foram comprometidas, abrangendo apenas 27,27% das respostas masculinas (3 respondentes) e 40% das respostas femininas (30 respondentes). Devido a este motivo, optou-se por fazer a cotação original, porém, também expor os resultados de forma percentual simples, destacando os itens com maior aceitação de atitudes de violência, considerando as percentagens acima de 70% - na

³² Optou-se por manter as siglas originais em inglês, para melhor organização e análise dos resultados: Attitudes Towards Male Dating Violence Scale – AMDV e Attitudes Towards Female Dating Violence Scale – AFDV. *Psyc*, *Phys* e *Sex* representam psicológica, física e sexual, respectivamente.

³³ Os itens invertidos e suas subescalas são os respectivos: AMDV-Psyc (1,2,5,9,10,13); AMDV-Phys (1,3,5,7); AMDV-Sex (2,4,5,12); AFDV-Psyc (2,1); AFDV-Phys (7,8,10,12) e AFDV-Sex (1,2,3,4,7,8,9,10).

amostra feminina, significa aproximadamente 52 respondentes e na amostra masculina, aproximadamente 8 respondentes.

4.4.3. Entrevista não estruturada

A opção pela realização de uma entrevista ocorreu através do contacto com a associação UMAR, a princípio, em busca de contributos documentais, como relatórios e dados de pesquisa da instituição na área da violência no namoro. Como resultado, a associação disponibilizou-se a prestar informações referentes ao projeto atualmente em vigor – Art’themis+ - sobre violência no namoro. A entrevista foi disponibilizada pela colaboradora da sede de Coimbra, a psicóloga Micaela Silva e utilizado um guião de perguntas abertas (Apêndice 2).

4.5. Amostra

Segundo Paranhos et al (2016, p. 393), a amostra representa o “elemento central na pesquisa científica”, visto que é a base do pesquisador na coleta de informações e na condução da pesquisa. O público alvo desta pesquisa foram estudantes universitários, em uma amostra não-probabilística voluntária ou por conveniência, considerando que os participantes se voluntariaram a participar na pesquisa (Huot, 2002, citado por Morais, 2005), que responderam um questionário sócio demográfico para mensurar o perfil dos participantes, junto à Escala de Atitudes Acerca da Violência no Namoro – EAVN. A aplicação foi realizada de forma presencial, consoante consentimento dos professores. Os alunos foram informados sobre o estudo, o objetivo da pesquisa e do questionário, como também do carácter voluntário e da confidencialidade das respostas.

Foram seleccionadas turmas do 1º, 2º e 3º anos de licenciatura em duas faculdades distintas em Serviço Social e Engenharia, onde apenas uma aluna recusou-se a participar da pesquisa. A amostra total foi fixada em 87 participantes, dos quais 75 raparigas e 12 rapazes (86,20% e 13,80%, respectivamente). A idade dos participantes foi abrangente, com prevalência dos 18 anos (24,13%) e 19 anos (31,03%).

Após a aplicação do questionário, foi realizada uma entrevista não estruturada com a colaboradora da União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR, Micaela Silva, psicóloga, a qual discorreu sobre o projeto realizado pela UMAR no âmbito da

violência no namoro. A entrevista foi realizada na sede da UMAR – Coimbra, através de um guião com perguntas abertas.

CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando que a proposta desta investigação é analisar o entendimento dos jovens em relação a atitudes de violência nas relações de namoro e perspetivar as possibilidades de intervenção com este público, destaca-se as modificações ocorridas na investigação em razão fatores externos e também considerando as dimensões próprias do processo investigativo que revelaram diferentes caminhos teóricos.

A pesquisa iniciou-se pela análise bibliográfica e documental, revelando uma escassa produção teórica acerca do tema na área do Serviço Social, demonstrando ser uma área ainda mais investigada pela Psicologia. A segunda etapa integrou a aplicação do questionário sócio demográfico junto a escala de atitudes de violência no namoro- o qual destacou um leve constrangimento dos respondentes ao serem abordados de forma direta e, conseqüentemente, aparentou pouca aproximação com o tema, e, por se tratar de uma abordagem referente à opinião sobre atitudes, levantou questões sobre quais seriam as respostas certas ou erradas. Em seguida, foi realizada a entrevista com a colaboradora da UMAR, a qual destacou que mesmo com o projeto contínuo, no decorrer do ano letivo das escolas, obtém poucas respostas por parte dos adolescentes, os quais expressão as situações de violência vividas apenas nos estudos confidenciais. Desta forma, discutiremos as três categorias de investigação.

5.1. Análise bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica e análise documental representam importante instrumento na elaboração de uma pesquisa no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, concebendo-se que estas visam “selecionar, tratar e interpretar informação bruta existente em suportes estáveis” (Carmo e Ferreira, 2008, p. 73). Portanto, considera a busca de informações já existentes sobre o tema, de forma a obter informações que contribuam para a análise da questão proposta, “tal valor acrescentado escorar-se-á, assim, em suportes sólidos anteriormente concebidos e testados” (Carmo e Ferreira, 2008, p. 73). Diante disto, este estudo iniciou-se com a pesquisa e revisão bibliográfica que proporcionaram a fundamentação teórica necessária para a compreensão do tema abordado. As fontes foram obtidas a partir de livros e de material online – sites oficiais, publicações online, notícias.

A fundamentação teórica se iniciou com um capítulo sobre a história da violência, destacando a perspectiva teórica marxista. Abordou-se o desenvolvimento da sociedade desde a era primitiva, até a sociedade de classes capitalista. A violência é discutida em um contexto histórico-social, considerando-a como paralela ao desenvolvimento do homem. A análise perpassa os meios de organização social, tanto repressores como ideológicos, culminando na análise da família enquanto instituição social, da ideologia sobre a sexualidade e o amor romântico, que moldam as expectativas de relacionamento, em seguida, é discutida a conceptualização da juventude, enquanto fase com particularidades e características próprias. A literatura sobre violência no namoro ressalta dados e pesquisas já existentes, como também a descrição do Serviço Social e a análise dos modelos de intervenção.

5.2. Questionário sócio demográfico

A análise do questionário sócio demográfico foi subdividida em cinco categorias. Primeiro, destacados os dados de identificação:

Tabela 1 - Dados sócio demográficos

Variável	N = 87	%
Gênero		
Feminino	75	86,20%
Masculino	12	13,80%
Faixa etária		
18	21	24,13%
19	27	31,03%
20	13	14,94%
21	10	11,49%
22-53	14	16,09%
Nacionalidade		
Português	84	96,55%
Brasileiro/a	2	2,29%
Moçambicano/a	1	1,14%
Cor da pele		
Branco	72	82,75%
Preto	2	2,29%
Amarelo	1	1,14%
Orientação sexual		
Heterossexual	81	93,10%
Homossexual	2	2,29%
Bissexual	4	4,59%

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados de identificação revelam que o público da pesquisa é, primeiramente, um público universitário, e majoritariamente constituído por raparigas entre 18 e 21 anos de idade, de nacionalidade portuguesa, cor branca e heterossexuais. Como destacado por Arnett (vide p. 33), os estudos modernos na área da adolescência e juventude, referem o período dos 18 aos 24 anos como uma fase distinta, caracterizada pela instabilidade

emocional e de identidade do jovem, chamada de adultez emergente, e que é determinada pelos agentes sociais, como a ideologia das instituições religiosas e escolares.

Portanto, o início da fase adulta, neste público, é destacado pelo ingresso no ensino superior. Nas famílias destes jovens, o grau de escolaridade dos progenitores encontra-se entre o 5º ao 9º ano (41,37% - pais e 42,52% - mães) e o 10º ao 12º ano (27,58% e 31,03%, respectivamente). Como Arnett (vide p. 35) afirmou, os valores sociais fundamentam-se em três pilares: auto regulação, papéis sociais e fontes de significado. A inserção destes jovens no ensino superior, em comparação com a escolaridade dos seus progenitores, revela uma modificação nos três pilares, moldado pela mudança de geração. Destaca-se, também, que significativas mudanças afetaram as composições familiares, visto que 66,66% dos respondentes foram criados em famílias tradicionais – compostas por mãe, pai e filhos –, mas 10,34% foram criados pelos pais e avós e 8,04% cresceram em famílias monoparentais femininas. Os demais modelos familiares representaram percentagens abaixo dos 3%, constatando o que fora afirmado por Morgan (vide p. 22), de que a família é um elemento ativo, que evolui consoante o desenvolvimento da sociedade.

A renda familiar mensal, em sua maioria, está apresentada entre mil e mil e quinhentos euros (50,57%), representando aproximadamente dois ordenados mínimos nacionais. Também revelou-se que 75,86% ainda mora com os pais e dos 24,32% que não moram com os pais, saíram de casa entre aos 17 e 18 anos (19,23% e 30,76%, respectivamente). Na pesquisa referida por Arnett (vide p. 36), a maior parte dos jovens deixara a casa dos pais entre os 18 e os 24 anos. Esta distinção deve considerar, primeiramente, que os estudos do autor abrangem a realidade norte americana, portanto, outros fatores – como a distância entre cidades, influem estes dados. Cabe destacar, também, que há uma considerável quantidade de jovens que vivem na cidade universitária durante a semana e aos finais de semana retorna para a casa dos pais. Este dado foi coletado através da manifestação de alguns pesquisados, no preenchimento do questionário.

A terceira categoria aborda as relações íntimas, considerando, em Arnett (vide p. 37), que o que marca a transição da adolescência para a fase adulta, são as relações de intimidade iniciadas com pessoas exteriores ao núcleo familiar. Nas respostas, encontramos a mesma percentagem entre os solteiros (43,67%) e os que se encontram a

namorar (43,67%), com relações de duração média de 0 a 6 meses (20,68%) e 1 a 2 anos (20,68%). Como mencionado por Arnett (vide p. 38), as relações de intimidade entre os jovens assumem carácter de compromisso nesta fase, da adultez emergente.

Aqui destacamos, como mencionado por Minayo (vide p. 41) em sua pesquisa, que a conjuntura atual representa os jovens filhos da revolução sexual da década de 1960, portanto, uma geração que assume novos modelos de relacionamento, baseados mais no sentimento – não necessariamente de afeto – e na intensidade. No questionário, a maioria (70,11%) dos jovens afirma acreditar na diferenciação de pessoas para casar e para *curtir*³⁴. Declaram, na maioria (91,95%), que é o sentimento que define a relação de namoro, seguido do pedido direto à pessoa (6,99%). E, sobre sentir-se apaixonado/a, 37,93% disseram senti-lo duas vezes e 28,73% apenas uma vez, enquanto 85,05% declaram já ter sofrido por amor. Portanto, são relações mais abertas e, possamos até dizer, passageiras.

Na quarta categoria, os respondentes foram questionados, primeiramente, se alguma vez se sentiram constrangidos no decorrer da relação sexual, a maioria (49,42) respondeu que não, seguido de 27,58% que são virgens e 21,83% afirmou já ter sentido este constrangimento. A segunda pergunta, inquiriu se alguma vez o respondente teve relação sexual contra a sua vontade, dos quais 90,80% dizem que não, 3,44% dizem que sim e 1,15% afirma não saber. Para as respostas positivas, aconteceu através de bebidas ou drogas (50%) e chantagem emocional (50%), ressaltando que os respondentes que afirmaram *não saber*, indicaram a resposta “bebidas ou drogas”. Como discutido por Carver, citado por Arnett (vide p. 39), a sexualidade dos jovens não engloba somente a relação sexual, mas também as experiências sexuais prévias. Destaca-se que das afirmativas sobre ter relações sexuais contra a vontade, todas as respostas foram femininas.

Por fim, foram questionados a quem recorreriam no caso de sentir necessidade de ajuda em uma situação de violência no namoro. A resposta mais marcada foi a mãe (35,76%), seguida de amigo/a (26,50%). Dentre os profissionais, o psicólogo foi

³⁴ O *curtir* está associado, em Portugal, ao que no Brasil é conhecido por *ficar*, “para caracterizar uma fase de atração sem maiores compromissos e que pode envolver desde beijos até contatos sexuais” (Minayo et al, 2011, p. 57).

escolhido por 5,96% e o assistente social, médico e advogado, por 1,32% cada. Revela-se, portanto, que os jovens não identificam a violência no namoro como uma situação que requer ajuda profissional, o direcionamento do problema para as relações pessoais, como destacado em Caridade e Machado (vide p. 49), que apenas 9% das vítimas de violência no namoro em Portugal fazem queixa judicial, resultado também similar a estudos no Brasil. Comparando-se ao estudo de Njaine et al (vide p. 75), no qual também questionou-se os jovens sobre os adultos de referência em situações de violência, os destaques foram professores, pais, profissionais de saúde e religiosos.

Ressalta-se que dentre os participantes desta pesquisa, muitos são alunos do curso de licenciatura em Serviço Social, ainda assim, apenas 1,32% afirmou recorrer ao assistente social em caso de situação de violência no namoro. Este dado, representado por futuros profissionais da área, leva-nos a questionar o reconhecimento do espaço da profissão no processo de formação profissional e a identificação da área de intervenção do Serviço Social.

5.3. Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro – E.A.V.N.

No estudo das respostas à E.A.V.N., primeiramente analisamos a tabela de acordo com o modelo de análise proposto por Price et al (1999):

Tabela 2 - Estudo da legitimação de atitudes de violência no namoro

ESCALA DE ATITUDES DE VIOLÊNCIA NO NAMORO (E.A.V.N.)	Níveis de Tolerância da Violência	
	Rapazes	Raparigas
AMDV – Psc (Atitudes masculinas de violência psicológica)	28,18	22,65
AMDV – Phys (Atitudes masculinas de violência física)	20,09	15,69
AMDV – Sex (Atitudes masculinas de violência sexual)	20,54	15,41
*AFDV– Psc (Atitudes femininas de violência psicológica)	*8,6/4,18	*6,2/5,1
*AFDV– Phys (Atitudes femininas de violência física)	*6,1	*6,1
AFDV – Sex (Atitudes femininas de violência sexual)	22,81	16,70
Nrapazes = 12 Nraparigas = 75		
*Nrapazes = 3 Nraparigas = 30		

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto maior o valor, maior a aceitação das atitudes de violência nas respostas, o que demonstrou, segundo a tabela 2, que os rapazes têm mais aceitação de atitudes de violência do que as raparigas. Estes resultados revelam o mesmo que o relatório da UMAR, de que há maior legitimação de atitudes violentas no namoro por parte dos rapazes do que pelas raparigas, mesmo assim, como afirmou Caridade e Machado (vide p. 49), a violência no namoro é perpetrada por ambos os sexos.

Em relação às categorias, a aceitação de atitudes de violência masculina psicológica e sexual foram mais elevadas do que a aceitação de atitudes de violência masculina física. No relatório da UMAR (vide p. 50), foi destacado que 6% dos jovens não reconhecem a violência física em atitudes violentas – o que significa dizer que, para estes jovens, determinadas atitudes não configuram violência física, quando configuram.

No caso da aceitação de atitudes de violência feminina, considerando que a quantidade de respostas foi muito mais baixa – principalmente no caso dos rapazes – ainda assim, os rapazes demonstram maior aceitação em relação às atitudes de violência psicológica feminina e em relação às atitudes de violência sexual feminina. Em relação às atitudes de violência sexual feminina, tanto os rapazes quanto as raparigas demonstraram o mesmo nível de aceitação. A análise destes dados ressalta a discussão sobre a sexualidade e a juventude, portanto, identificar o sexo feminino como perpetrador da violência é menos usual, visto que o modelo de companheira/namorada/esposa, ainda é associado ao da mulher submissa (vide p. 26).

Em relação à análise percentual, decidiu-se por considerar as percentagens acima de 60%, considerando ser o número que revela quantidade de opiniões majoritárias. Ressaltando a existência de seis categorias, três sobre atitudes de violência masculina e três sobre atitudes de violência feminina, as quais são respectivamente sobre violência psicológica, física e verbal.

Para abordar os resultados da escala, retomamos brevemente o que foi discutido por Lins (vide p. 27), de que o patriarcado exigia da mulher a submissão, de forma a agradar ao homem e à sociedade, ao mesmo passo que ao homem também são atribuídas novas formas de exigência comportamentais – como a superioridade – assim, “perseguir o mito da masculinidade significa sacrificar uma parte de si mesmo, abrir mão de sua autonomia” (Lins, 2007, p. 29). Com esta percepção, realizamos a análise dos dados obtidos, subdivididos de acordo com suas categorias.

AMDV – P_{psyc} – Atitudes de violência psicológica masculina (VPM)

Dos quinze itens apresentados, cinco não obtiveram respostas com percentual acima de 60%, revelando a abrangência de opiniões sobre o tema, tanto nas respostas femininas como masculinas. Compreende-se que a não obtenção de uma opinião

majoritária, significa legitimar as referidas atitudes, através da omissão. Portanto, não houve posicionamento significativo de rapazes e raparigas frente à afirmativa de que “Os relacionamentos resultam melhor quando as raparigas procuram agradar os namorados” e de que “Uma rapariga deve fazer sempre o que o namorado lhe diz para fazer”, reforçando o mencionado anteriormente, da responsabilização feminina de submeter-se aos agrados do homem. Seguindo a mesma lógica, a afirmativa de que “Por vezes, os rapazes não conseguem evitar insultar as namoradas” reforça o estereótipo masculino de que os homens não controlam seus impulsos violentos, tratando-os como naturais. Por fim, nesta categoria, não houve consenso de respostas referente a afirmativa de que “Um rapaz não precisa de saber tudo o que a namorada faz” e de que “Não existe nenhuma razão para um rapaz gritar e berrar com a namorada”, portanto, demonstra a incerteza sobre o controlo do rapaz sobre a rapariga e sobre motivos que levem o rapaz a perder o controlo. Essa relação do controlo, como destacada por Caridade e Machado (vide p. 43), é exaltada nas relações de namoro entre jovens através do ciúme e da desconfiança, o que, afirmam as autoras, é consequência dos novos modelos de relacionamentos abertos e passageiros.

Referente às demais questões, percebeu-se que os rapazes não obtiveram respostas acima de 60% em outras cinco questões, e mesmo assim, as respostas femininas apresentaram números mais elevados em relação às respostas masculinas, destacando-se com maiores diferenças nas percentagens:

Tabela 3 - Percentual de respostas masculinas sobre atitudes de violência psicológica masculina no namoro

AMDV – PSYC	RAPAZES		RAPARIGAS	
	DT	CT	DT	CT
1. Um rapaz não deve insultar a namorada		72,72%		96%
7. Uma rapariga deve mudar a sua forma de ser para agradar ao namorado.	63,63%		81,33%	
12. Um rapaz pode dizer mal da namorada.	63,63%		85,33%	
15. É importante que uma rapariga se vista sempre da forma que o namorado quer	63,33%		90,66%	
DT = Discordo Totalmente			M = 11	
CT = Concordo Totalmente			F = 75	

Fonte: Elaborado pela autora

Portanto, as raparigas demonstram maior discordância frente aos comportamentos de VPM, enquanto as respostas masculinas foram mais divididas, com média de 60% de discordância. Concebe-se, portanto, que mesmo com a compreensão de que “um rapaz não deve insultar a namorada”, as opiniões frente a manifestações distintas de VPM demonstram incertezas.

AMDV – Phys – Atitudes de violência física masculina (VFM)

Esta categoria apresentou doze itens, relativos a atitudes de violência física masculina – VFM, todas as respostas apresentaram quantidade de respostas femininas e masculinas acima de 60%, com exceção de uma: “Por vezes o ciúme põe um rapaz tão louco que ele bate na namorada”, essa discrepância de respostas exige atenção, pois demonstra que, para os jovens respondentes, o ciúme pode justificar a agressão física do rapaz sobre a rapariga. Como mencionado por Ribeiro et al (vide p. 43), na fase de namoro entra jovens, muitos sentimentos são exaltados, e as relações tornam-se espaços de controlo e desconfiança, ainda afirmam os autores, que neste espaço de relações, o afeto é usado para justificar o controlo. Em conformidade, Caridade e Machado (vide p. 49) afirmam que 25-35% dos adolescentes percebem a violência como ato de amor e, ainda, que as raparigas frequentemente confundam ciúme com amor.

Portanto, nos seguintes itens:

Tabela 4 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência física masculina no namoro

AMDV – PHYS	RAPAZES		RAPARIGAS	
	DT	CT	DT	CT
3. Não é correcto um rapaz bater na namorada.		90,90%		89,33%
6. Por vezes um rapaz não consegue evitar bater na namorada quando ela o irrita.	63,63%		82,66%	
7. Não existe nenhuma razão para um rapaz dar uma bofetada à namorada.		63,63%		86,66%
12. Um rapaz pode bater na namorada se ela merecer.	72,72%		97,33%	
DT = Discordo Totalmente			M = 11	
CT = Concordo Totalmente			F = 75	

Fonte: Elaborado pela autora

A questão número três destacou maior concordância por parte dos rapazes, do que pelas raparigas, a diferença é pouca, e rapazes e raparigas percebem ser errada a violência física do rapaz para com a namorada. Novamente, percebe-se que mesmo com essa compreensão, há a aceitação – mesmo que da minoria – de justificativas para a agressão física, demonstrado em expressões como “não consegue evitar”, “se ela merecer” e, até mesmo quando se fala que “não existe nenhuma razão”, significa afirmar que, para 37,37% dos rapazes e 13,33% das raparigas, existem razões que justificam a violência física.

AMDV – Sex – Atitudes de violência sexual masculina (VSM)

Nesta categoria, destaca-se, primeiramente, que a violência sexual não engloba somente a penetração sexual, mas tudo o que envolve a sexualidade, incluindo atitudes e

comportamentos. Desta forma, percebeu-se a abrangência das opiniões masculinas e femininas, em relação a afirmativa de que “Quando os rapazes ficam muito excitados sexualmente, não conseguem evitar ter relações sexuais”, portanto, como foi mencionado por Lins (vide p. 39), as questões de gênero direcionam determinadas ações, ao considerar-se que os rapazes não têm controlo sobre os impulsos sexuais, e as mulheres, novamente, são as responsáveis pelo controlo sexual. As questões que demonstraram maior diferença de percentagem:

Tabela 5 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência sexual masculina no namoro

AMDV – Sex	Rapazes		Raparigas	
	DT	CT	DT	CT
1. Quando um rapaz paga a conta num encontro pode pressionar a namorada para ter relações sexuais com ele.	72,72%		94,60%	
2. Os rapazes não são donos do corpo das namoradas.		63,63%		87,83%
5. Um rapaz não deve tocar na namorada a não ser que ela queira.		63,63%		86,48%
10. Não tem mal pressionar uma rapariga para ter relações sexuais.	72,72%		98,65%	
11. Não tem mal pressionar uma rapariga para ter relações sexuais se ela já teve relações no passado.	63,63%		97,30%	
DT = Discordo Totalmente			M = 11	
CT = Concordo Totalmente			F = 74	

Fonte: Elaborado pela autora

Destaca-se que, 36,36% dos rapazes concordam ou não tem opinião formada de que o rapaz é dono do corpo da namorada e que pode tocá-la mesmo sem permissão. Mesmo assim, a maioria de rapazes e raparigas discordam de situações que pressionam a rapariga a ter relações, porém, 36,36% dos rapazes acham bem pressionar caso a rapariga já tenha se relacionado sexualmente anteriormente.

AFDV – Psyc – Atitudes de violência psicológica feminina (VPF)

A escala de atitudes de violência psicológica feminina no namoro obteve menor quantidade de respostas do item seis ao item treze, principalmente em relação aos rapazes. Portanto, os dados estão referidos em porcentagens:

Tabela 6 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência psicológica feminina no namoro

AFDV – Psyc	Rapazes			Raparigas	
	DT	NCND	CT	DT	CT
*7. É importante que um rapaz se vista sempre da forma que a namorada quer.	100%			86,66%	
*8. Por vezes as raparigas não conseguem evitar insultar os namorados.		66,66%		80%	
*9. Um rapaz deve pedir sempre autorização à namorada para sair com os amigos.	100%			86,66%	
*10. Uma rapariga pode dizer mal do namorado.	100%			86,66%	
*12. Por vezes as raparigas têm de ameaçar os namorados para eles as ouvirem.	66,66%			90%	
DT = Discordo Totalmente				M = 11	*M = 3
CT = Concordo Totalmente				F = 74	*F = 30
NCND = Não concordo, nem discordo					

Como mencionado pela APAV (vide p. 50), a violência psicológica é a mais perpetrada pelas raparigas sobre os rapazes. Considerando que esta categoria é referente às atitudes de VPF, os rapazes demonstraram não aceitar que as namoradas controlem a sua forma de vestir ou digam mal deles. Também não concordam que devam pedir autorização às namoradas para sair. A maioria dos rapazes não tem opinião formada sobre as namoradas não “conseguirem evitar” insultar os rapazes, enquanto 80% das raparigas discordam da afirmativa. E tanto raparigas quanto rapazes discordam que a ameaça é a melhor forma para os namorados as ouvirem. Percebe-se, portanto, que algumas atitudes de violência são mais legitimadas pelos rapazes do que pelas raparigas.

AFDV – Phys – Atitudes de violência física feminina (VFF)

A escala de atitudes de VFF no namoro também foi respondida por menor quantidade dos participantes. Dos doze itens, três não obtiveram respostas acima de 60% por parte dos rapazes, mesmo sendo relacionadas à violência sofrida por eles, também expresso no percentual de respostas das raparigas, mais elevado na discordância de atitudes de VFF.

Tabela 7 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência física feminina no namoro

AFDV – Phys	Rapazes			Raparigas	
	DT	NCND	CT	DT	CT
1. Uma rapariga pode bater no namorado se ele merecer.	66,66%			90%	
2. Não tem mal se uma rapariga empurrar o namorado.	66,66%				
3. Por vezes, as raparigas não conseguem evitar dar murros nos namorados.				66,66%	86,66%
5. Por vezes, uma rapariga tem de bater no namorado para ele a respeitar.	66,66%			93,33%	
9. Puxar o cabelo é uma boa forma de uma rapariga se vingar do namorado.	66,66%			90%	
DT = Discordo Totalmente				M= 3	
CT = Concordo Totalmente				F = 30	

Fonte: Elaborado pela autora

A referida análise identificou que os rapazes não têm opinião formada sobre raparigas “não conseguirem evitar” esmurrar os rapazes, enquanto a maioria das raparigas discordam desta atitude. Por outro lado, enquanto os rapazes discordam sobre não haver mal na raparia empurrar o namorado, as raparigas não obtiveram um percentual de respostas acima de 60%. Nas demais questões, rapazes e raparigas discordaram em conjunto. Desta análise, considera-se afirmar que a violência física perpetrada pelas raparigas não é percebida pelos jovens com a mesma intensidade da VFM, em comparação aos dados mencionados do relatório da UMAR (vide p. 51), com quantidade

superior ao de respondentes nesta investigação, o resultado revelou a mesma percentagem de vitimação física, portanto, sem grandes diferenças no gênero sexual.

AFDV – Sex – Atitudes de violência sexual feminina (VSF)

A escala sobre atitudes de VSF foi a que apresentou maior itens sem percentuais de respostas masculinas acima de 60%. Dos doze itens apresentados, três obtiveram respostas dos rapazes acima de 60%, enquanto as raparigas ultrapassaram esta percentagem em todos os itens.

Tabela 8 - Percentual de respostas sobre atitudes de violência sexual feminina no namoro

Violência Sexual Feminina sobre os homens AFDV – SEX	RAPAZES		RAPARIGAS	
	DT	CT	DT	CT
8. Mesmo se um rapaz tiver dito “sim” sobre ter relações sexuais, tem sempre o direito de mudar de ideias.		63,63%		88%
10. As raparigas nunca devem mentir aos namorados para eles terem relações sexuais com elas.		63,63%		80%
11. Para provar o seu amor, um rapaz deve ter relações sexuais com a namorada.	72,72%		85,33%	
DT = Discordo Totalmente			M= 11	
CT = Concordo Totalmente			F = 75	

Fonte: Elaborado pela autora

As respostas femininas representaram menor legitimação das atitudes violentas, com percentagens consideravelmente mais altas, do que as respostas masculinas. Destaca-se a ausência de opiniões formadas, no meio masculino, sobre atitudes de VSF, enquanto para a maioria das raparigas, as atitudes foram rejeitadas.

5.4. Entrevista não estruturada

A entrevista ocorreu através de uma reunião, seguindo um guião de questões referentes à associação e ao trabalho desenvolvido com jovens em relação à violência no namoro. Primeiramente, foi apresentado este estudo e seus objetivos, como também discutido o questionário aplicado e a E.A.V.N. Em seguida, a colaboradora explicou que a UMAR é uma associação de mulheres, existente desde 1976, com intuito de despertar a consciência feminista na sociedade portuguesa. O projeto Art’themis foi criado no ano de 2004, na cidade do Porto e desde 2014 estendeu-se às cidades de Braga e de Coimbra, ganhando assim o símbolo “+” ao final.

Desta forma, o projeto Art’themis+ consiste em atividades de cunho pedagógico, realizado em parceria com as escolas, segundo a colaboradora, com turmas desde o jardim de infância até o 12º ano. O colaborador responsável acompanha a turma durante o ano

letivo e, afirma, o tempo ideal de acompanhamento é de pelo menos três anos. Segundo a colaboradora, trabalham os direitos humanos, igualdade de gênero, estereótipos de gênero, dentre outros. No final do ano letivo, cada turma desenvolve um trabalho relacionado aos temas discutidos, podendo ser apresentado de forma acordada com o colaborador, a ser apresentado à escola e familiares.

Também há ação direcionada à capacitação dos docentes e técnicos escolares para a prevenção de situações de violência. Ressalta Micaela, que *há dificuldade na relação entre escola, família e saúde*, o que, afirma a colaboradora, dificulta a extensão do trabalho para além das sessões de intervenção. A equipa do projeto é constituída por profissionais da psicologia e das ciências da educação.

Segundo Micaela, anualmente é publicado um relatório sobre a violência no namoro, com dados recolhidos no decorrer do ano letivo trabalho, ressaltando a colaboradora que o relatório é lançado no dia catorze de fevereiro, dia em que é comemorado o dia dos namorados na maior parte do mundo.

Informou também, que dificilmente os jovens procuram ajuda profissional em caso de vivenciarem situações de violência no namoro, e destaca que por vezes eles nem apercebem-se da manifestação da violência, e mesmo que pessoas próximas, como os amigos, percebam, não interferem. A colaboradora discorre que estes jovens não se identificam com as situações de violência, visto que a associação é com a violência doméstica e sentem-se distantes desta realidade. A idade média de início de namoro são os doze anos de idade, mas o início das atividades sexuais é de mais difícil acesso.

Por fim, o projeto Art'themis é desenvolvido em parceria com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Secretaria de Estado de Assuntos Parlamentares e da Igualdade e luta pela desconstrução de estereótipos de gênero.

5.5. Conclusões

Considera-se a análise dos dados com base nas quatro questões levantadas para este estudo, bem como nos objetivos traçados. Portanto, revelou-se que há legitimidade de atitudes de violência nas relações de namoro, porém, que os jovens não as identificam ou não as concebem como atitudes violentas. Como confirmado pela profissional da UMAR, os jovens não percebem que possam ser vítimas de relações íntimas violentas.

A violência no namoro manifesta-se através de atitudes relacionadas ao controlo, aos ciúmes e a situações de raiva e insegurança, demonstrado nas respostas à E.A.V.N., nas quais por vezes as opiniões dividiram-se, principalmente ao marcar-se a opção “não concordo, nem discordo”. Destacou-se, neste aspecto, que os rapazes legitimam mais atitudes de violência do que as raparigas, mesmo quando a violência é perpetrada pelas raparigas.

Considerando que a escala aborda a opinião dos respondentes em relação a atitudes de violência no namoro, o questionário direcionou duas questões à violência sofrida, nas quais as respostas afirmativas foram a de menor porcentagem, portanto, revelando não ser possível afirmar ou negar que exista violência nas relações de namoro entre os participantes da pesquisa, indicando a necessidade de uma análise mais aprofundada com a amostra.

Portanto, a conceção inicial é a de que a perceção dos jovens sobre as atitudes de violência no namoro precisa ser trabalhada com ações preventivas e informativas. Por fim, identificou-se que os estudos e trabalhos relacionados aos jovens trabalham a violência em uma perspetiva abrangente, associado a fenômenos sociais como a violência doméstica, a violência de gênero e a violência sexual, porém ainda é escasso o trabalho voltado diretamente a situações de violência no namoro, concebendo-o como um fenômeno com particularidades e intervenções direcionadas.

As tabelas apresentadas foram elaboradas pela própria autora, com o objetivo de sistematizar as respostas e contribuir para a compreensão e análise dos dados, no intuito de alertar e explicar sobre a respetiva problemática social, que se demonstra cada vez mais forte e inserida na realidade social.

Foi exposto nas respostas a responsabilização da rapariga no andamento dos relacionamentos, visto que, até mesmo nas atitudes de violência feminina, são as raparigas que mais discordam de atitudes violentas do que os rapazes. Em todas as categorias, os rapazes legitimaram mais a violência do que as raparigas, mesmo nas quais eram eles as “vítimas”. Como fora mencionado por Ribeiro et al (vide p. 43), revela-se nos papéis de gênero atribuídos socialmente aos jovens, portanto, à rapariga cabe definir as regras do relacionamento.

Nas pesquisas destacadas ao longo desta investigação, foi apontada a mutualidade da violência entre os jovens, portanto, são tanto vítimas como agressores. Em relação à violência física, o relatório da ONU de 2002 revelou que esta não constitui casos isolados, mas é associada a um padrão violento que envolve a violência psicológica e também a sexual.

Por fim, poucos jovens procuram apoio profissional quando envolvidos em situação de violência nos relacionamentos íntimos e, dos que procuram, é em relação à exposição frente aos colegas e suas consequências emocionais (vide p. 48), não sendo a situação de violência em si, o motivo de procurar ajuda. É neste contexto que os autores afirmam que a violência no namoro não pode ser tratada apenas a nível de suas consequências, e sim a nível de prevenção e informação.

De forma geral, pode-se afirmar que os resultados da pesquisa reforçaram o exposto na fundamentação teórica, portanto, mesmo considerando que a análise a nível de intervenção exigiria um aprofundamento no campo de estudo e a criação de uma relação profissional para obter dados, realizar acompanhamento e um estudo social, os dados obtidos foram suficientemente claros ao expor que a violência no namoro é um fenómeno social que tem se manifestado na realidade dos jovens portugueses e que o reconhecimento da situação de violência ainda revela ser a maior dificuldade encontrada para a elaboração de modelos de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo social é um processo complexo, repleto de variáveis externas que condicionam o desenrolar da pesquisa e dos resultados destas. Este estudo iniciou-se com objetivos abrangentes, que sofreram modificações no decorrer da pesquisa em razão de perceber-se novas possibilidades, como também limitações próprias do campo de estudo. Destacou-se, no decorrer da análise bibliográfica, que estudar a manifestação da violência implica assumir posicionamentos teóricos que delineiam a perspectiva analítica, como também fundamentam a minha análise crítica profissional e pessoal.

Esta pesquisa permitiu identificar que as relações de violência e as relações de intimidade estão relacionadas com as conjunturas sociais, portanto, considerando a perspectiva teórico crítica adotada para esta análise, considera-se a divisão de classes como objeto primário dos fenômenos sociais e, portanto, interfere diretamente nas manifestações da violência e nas relações de intimidade.

Ressalta-se que o tema é de relevante preocupação na sociedade portuguesa, visto o trabalho de associações nacionais que promovem informativos relacionados diretamente com a temática. Embora este estudo não tenha alcançado a análise de situações de violência, os relatórios disponíveis pelas associações colaboraram na discussão dos resultados, visto que os dados disponíveis colaboraram na percepção das respostas.

Não obstante, o estudo também encontrou limitações, passíveis de reflexões. Ressalta-se a limitação de cariz metodológico, reconhecendo-se que o questionário não abarcou características sócio demográficas como religião, contexto escolar, regionalidade e situação econômica, o que permitiria dados comparativos mais aprofundados. Porém, este modelo de análise também exige tempo, deste modo, considerando que a análise histórica representa complexidades próprias das ciências sociais e humanas, que os dados são mutáveis e compostos por variadas abordagens, percebe-se que a investigação aprofundada de um fenômeno social exigiria uma análise a longo prazo, com aprofundamento teórico da realidade em um contexto social macro, meso e micro, associado a uma pesquisa de campo com uma população significativa da realidade de intervenção. Este nível de investigação exigiria tempo em campo, visando criar contato e

estabelecer uma relação de confiança com o público alvo e com os agentes de intervenção, bem como acompanhar o desenvolvimento de projetos e relatórios voltados ao tema. Considera-se, portanto, que os objetivos desta pesquisa podem ser alargados e continuados em futuras investigações.

Outra limitação encontrada, foi a produção teórica em Serviço Social sobre a violência no namoro. A investigação deparou-se com estudos recentes que investigam a violência nas relações de namoro, na realidade portuguesa estes estudos têm sido mais realizados na área da saúde – enfermagem e psicologia –, revelando-se um campo ainda carente de investigação na área social.

Por fim, outra limitação está associada aos questionários de atitudes de violência no namoro. Para este estudo, foi escolhido o EAVN, com a preocupação inicial de causar fadiga nos respondentes devido a quantidade de questões. No decorrer da aplicação os respondentes não apresentaram sinais de cansaço, como também foi indicado o carácter voluntário, os alunos que não estavam dispostos a responder se ausentaram ou avisaram inicialmente. Percebeu-se também que a EAVN é direcionada às relações heterossexuais, considerando suas questões em relação entre rapazes e raparigas. Neste estudo, como a quantidade alunos homossexuais e bissexuais foi baixa, pediu-se que considerassem suas respostas em face de atitudes de violência, não significando que tenham vivenciado a referida situação de violência. Porém, reconhece-se que é uma dificuldade na sociedade presente, na qual as diferentes opções sexuais são estimuladas a assumirem sua posição social. Considera-se a necessidade de adaptar este instrumento em investigações futuras.

De forma positiva, destaca-se que as investigações referentes ao tema têm se expandido nos últimos anos, e reconhece-se que sua manifestação imediata tem sido no âmbito dos profissionais da saúde, que têm acesso às expressões decorrentes deste fenómeno. Portanto, a identificação inicial por estas áreas desencadeou a investigação e possibilita a análise em outras perspectivas para além das intervenções nas situações de violência sofrida, e sim abrangendo a análise social, a prevenção e promoção de informação e alerta sobre o tema.

Concomitantemente, a violência no namoro é um campo de investigação não só académico, mas que exige a intervenção de instituições em um conjunto de ações

profissionais que visem promover a informação sobre este tema, atingindo os complexos sociais que envolvem crianças, jovens e adultos, todos passíveis de envolver-se em relações de intimidade e, conseqüentemente, de violência – como vítima ou agressor. Foi destacado, no decorrer da pesquisa, que a sociedade portuguesa conta com um vasto número de instituições voltadas ao apoio a vítimas de violência, amparadas pelo poder público, inclusive abarcando a violência no namoro no Código Penal Português, o que representa uma importante conquista da sociedade portuguesa no combate à violência.

Através da investigação bibliográfica, torna-se possível afirmar que a violência nas relações de namoro jovens é uma realidade emergente a nível mundial, e que atitudes de violência ainda têm sido naturalizadas e, principalmente, não reconhecidas pelas próprias vítimas e agressores. Como foi percebido nos relatórios nacionais apresentados, a violência psicológica e verbal são as mais legitimadas pelos jovens, bem como a busca por atendimento profissional é escasso. A identificação desse tipo de situações torna-se difícil para os profissionais, e a necessidade de trabalhar a informação direcionada a prevenção é o caminho inicial possível.

Julga-se que esta investigação realçou a emergência do aprofundamento teórico no tema da violência no namoro como um campo de investigação para as ciências sociais e humanas, também ressaltando as possibilidades de estudos e projetos centrados na intervenção direta com jovens em situações de violência no namoro.

Desta forma, é possível afirmar o alcance do *objetivo geral* deste estudo ao elaborar um estudo social do tema, fundamentando uma análise histórica da violência e sua adaptabilidade no contexto de desenvolvimento das sociedades até então vigentes e, por fim, *compreendendo e analisando a representação da violência entre jovens nas relações de namoro*. E, em conformidade com os objetivos específicos, foram investigados e apresentados, no primeiro capítulo, os conceitos de violência em uma perspectiva sócio histórica, enquadrando o desenvolvimento das relações sociais e da sociedade; através do questionário e da escala aplicados, foi possível compreender a percepção dos jovens na identificação de atitudes e comportamentos com a violência no namoro; também foi possível, através dos dados, analisar a forma como os jovens concebem a violência no namoro; a literatura pesquisada, em associação com os resultados da pesquisa de campo permitiram categorizar as atitudes de violência,

principalmente evidenciadas pelo EAVN e; por fim, foi possível evidenciar o posicionamento do Serviço Social e das demais áreas do atendimento de intervenção social no âmbito da violência no namoro.

Ao longo desta investigação, foram ressaltadas novas possibilidades, também novas limitações, mas, acima de tudo, foi possível elencar possibilidades no campo da investigação em Serviço Social, com a possibilidade de aprofundamento da discussão e integração do tema na realidade portuguesa, considerando que a pesquisa é o ponto de partida para a criação de novos campos de trabalho e intervenção social.

REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (J. J. M. Ramos, Trad.). (3ª ed). Lisboa : Presença. (Obra originalmente publicada em 1980)
- Andrade, M. (2001). Campo de intervenção do Serviço Social: autonomias e heteronomias do agir. *Intervenção Social*, 23/24, 217 – 232.
- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família* (D. Flaksman, Trad.). (2ª ed). Rio de Janeiro : LTC Editora S.A. (Obra originalmente publica em 1975)
- Arnett, J. J. (2008). *Adolescencia y adultez emergente: un enfoque cultural*. (3ª ed). Mexico : Pearson Educación.
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, 117, 127 – 147. Disponível em: . Acesso em: .
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2015). *Folha informativa violência no namoro*. Disponível em: <http://www.apav.pt/folhainformativa>. Acesso em: 28/11/2017.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (s.d.). *Violência no namoro: o que é?*. Disponível em: <http://www.apavparajovens.pt/pt/go/o-que-e1>. Acesso em: 28/11/2017.
- Augusto, M. H. O. (1989). Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo Social: revista de sociologia*. 1, 2, 105-119. Disponível em: http://www.uma.pt/liliana/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=415&Itemid=26 . Acesso em: 18/12/2017.
- Barros, J. D. (2008). Os trovadores medievais e o amor cortês - reflexões historiográficas. *Revista Aletheia*, 1, 1. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/Historia/artigos/i_media/pdf/barros.pdf. Acesso em: 26/10/2017.
- Bobbio, N. (1982). *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro : Edições Graal.
- Branco, J. C. (2013). Violência entre ontologia e história na filosofia de Jean-Paul Sartre. *Kínesis*, 5, 10, 288 – 304.
- Bucher-Maluschke, J. S.N.F. (2004). Vínculo, afetividade e violência: desafios para a família e a sociedade. In G. Maluschke, J. S. N. F. Bucher-Maluschke & K. Hermanns (Eds.), *Direitos Humanos e violência: desafios da ciência e da prática*. (pp. 154-170). Fortaleza: UNIFOR.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4, 24, 485-493. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/viewFile/541/pdf>. Acesso em: 12/11/2017.
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2008). *Guia da investigação: guia para auto-aprendizagem*. (2ª ed.). Universidade Aberta : Lisboa.
- Carta Social. (2015). *Rede de Serviços e Equipamentos: relatório*. Disponível em: <http://www.cartasocial.pt>. Acesso em 23/11/2017.

Comissão para a cidadania e igualdade de gênero (2016). *Guia de requisitos mínimos de intervenção em situações de violência doméstica e violência de gênero*. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/01/Guia_requisitos_minim_intervenc_situac_violencia_domestica_e_de_genero.pdf. Acesso em 12/12/2017.

Decreto Lei n.º 48/95 (1995). *Código Penal Português*. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=109&nversao=&tabela=leis. Acesso em 17/10/2017.

Despacho no 6810-A/2010 (2010). *Requisitos e qualificações necessários à habilitação dos técnicos de apoio à vítima*. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/273035/despacho-6810-A-2010-de-16-de-abril>. Acesso em 10/12/2017.

Dixe, M.A., Rodrigues, A.L., Freire, C., Rodrigues, G., Fernandes, M., & Dias, T. (2010, Fevereiro). *Violência de gênero na relação de namoro em estudantes do ensino superior: Práticas e comportamentos de violência*. Comunicação apresentada no VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Braga. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/334/1/A%20Viol%C3%Aancia%20de%20G%C3%A9nero%20na%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20Namoro%20em%20Estudantes%20do%20Ensino%20Superior_%20Pr%C3%A1ticas%20e%20Comportamentos%20de%20Viol%C3%Aancia.pdf 96

Durkheim, E. (1978). *Educação e sociologia* (L. Filho, Trad.). (7ª ed). São Paulo: Melhoramentos.

Durkheim, E. (1999). *Da divisão do trabalho social* (E. Brandão, Trad.). (2ª ed). São Paulo: Martins Fontes. (Obra originalmente publicada em 1930)

Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (L. Konder, Trad.). (9ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra originalmente publicada em 1891).

Genro Filho, A. (1984). *Violência, política, poder e Estado: reflexões preliminares*. Florianópolis : UFSC.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo : Atlas.

Godoy, A. S. (1995a). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 3, 20-29.

Godoy, A. S. (1995b). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 2, 57-63.

Guarinello, N. L. (2006). Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano. *Revista Brasileira de História*, 26, 52, 227-246.

Hayeck, C. M. (2009). Refletindo sobre a violência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1, 1, 1-8.

Iamamoto, M. (2000). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. (3ª ed.). São Paulo : Cortez.

- Iamamoto, M. V. (1997). *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza : CRESS –CE.
- Iamamoto, M. V. (2008). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M., & Carvalho, R. de. (2009). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. (27ª ed.). São Paulo: Cortez.
- International Federation of Social Work (2003). *Ética no Serviço Social: declaração de princípios*. Disponível em: http://cdn.ifsw.org/assets/ifsw_80111-4.pdf. Acesso em: 06/12/2017.
- Jesuino, J. C. (1989). O Método Experimental nas Ciências Sociais. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). World report on violence and health. Geneva : World Health Organization. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf?ua=1. Acesso em: 10/09/2017.
- Lacerda, L. E. P. (2014). Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. *Serviço Social e Sociedade*, 117, 22-44. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ssoc/n117/03.pdf . Acesso em: 10/12/2017.
- Leal, F. de F. (2015). A família segundo Durkheim. In Leal, F. de F. *Textos e perspectivas do Serviço Social*. Lisboa : Etcetera.
- Lessa, S. & Tonet, I. (2011). *Introdução à Filosofia de Marx*. (2ª ed.). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Lessa, S. (2012). *Abaixo à família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Lins, R. N. (2007). *A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo*. Rio de Janeiro: BestSeller.
- Lopes, E. S., & Pardal, L. (2011). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto : Areal Editores.
- Lucena, C. (2010). O pensamento educacional de Émile Durkheim. *Revista HISTEDBR On-line*, 40, 295-305. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639820/7383>. Acesso em: 7/01/2018.
- Machado, E. M. (1999). Questão Social: Objeto do Serviço Social?. *Serviço Social em Revista*, 2, 1, Londrina : Ed. UEL.
- Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política*. (R. Enderle, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. Estudos Avançados, 12, 34, São Paulo: Boitempo.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8, 1, 55-75.

- Minayo, M. C. S., (2011). A Condição Juvenil no Século XXI. In M. C. S. Minayo, S. G. Assis & K. Njaine (Orgs), *Amor e violência um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro : Fiocruz.
- Morais, C. M. (2005). *Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Moura, M. H. F. (2006). *Serviço Social e Modelos de Intervenção: da sociedade industrial à sociedade do risco*. Porto: ICB Abel Salazar (Dissertação de doutoramento).
- Murta, S. G., Ramos, C. E. P. L., Tavares, T. N. G., Cangussú, E. D. A. & Costa, M. S. F. (2014). *Libertando-se de namoros violentos: um guia sobre o abandono de relações amorosas abusivas*. Novo Hamburgo : Sinopsys.
- Nascimento, F. S., & Cordeiro, R. de L. M. (2011). Violência no namoro para jovens moradores de Recife. *Psicologia & Sociedade*; 23, 3, 516-525. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000300009&script=sci_abstract. Acesso em: 23/12/2017.
- Netto, J. P. (1996). *Capitalismo monopolista e serviço social*. (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, 2, 3, Graflina, Brasília.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2010). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Njaine, K., Oliveira, Q. B. M., Ribeiro, F. M. L., Minayo, M. C. de S., Bodstein, R. (2011). Prevenção da Violência nas Relações Afetivo-Sexuais. In M. C. S. Minayo, S. G. Assis & K. Njaine (Orgs), *Amor e violência um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro : Fiocruz.
- Organização Mundial de Saúde. (1996). Relatório da Consulta Global da OMS sobre violência e saúde. Geneva, 2–3. Relatório não-publicado.
- Organização Mundial de Saúde. (2014). Relatório Mundial sobre prevenção da violência. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/es/. Acesso em: 15/09/2017.
- Paranhos, R., Figueiredo Filho, D. B., Rocha, E. C. da., Silva Junior, J. A. da., & Freitas, D. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, 18, 42, 384-411. doi: 10.1590/15174522-018004221.
- Porto, M. S. G. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, Porto Alegre, 8, 16, 250-273.
- Pryce, E. L., Byers, E. S., & Dating Violence Research Team (1999). The Attitudes Towards Dating Violence Scales: Development and Initial Validation. *Journal of Family Violence*, 14, 4, 351-375.
- Ribeiro, F. M. L., Avanci, J. Q., Carvalho, L., Gomes, R. & Pires, T. O. (2011). Entre o ‘Ficar’ e o Namorar: relações afetivo-sexuais. In M. C. S. Minayo, S. G. Assis & K.

Njaine (Orgs), *Amor e violência um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro : Fiocruz.

Santos, G. T., & Dias, J. M. de B. (2015). Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 8, 1, 173-187. Disponível em <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em: 18/10/2017.

Schilling, F. (1997). Marx e Foucault: um estudo sobre o papel da violência, das leis, do Estado e das normas na construção do operário disciplinado. *Plural: Sociologia*, 4, 42-59. Disponível em: www.revistas.usp.br/plural/article/view/75896/79395. Acesso em: 5/11/2017.

Silva, E. A. da. (2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. *Revista Angolana de Sociologia*, 12, 77-99. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/740>. Acesso em 02/01/2018.

Silva, J. F. S. da. (2008). Violência e Serviço Social: notas críticas. *Revista Katál*, 11, 2, 265-273.

Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, 8, 16, 20-45. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16. Acesso em: 15/12/2017.

Tondato, M. P. (2004). Cultura, Ideologia, Hegemonia e Violência na construção de significados. In *Negociação de sentido: recepção da programação de TV Aberta*. Tese de Doutorado, USP. p. 9-40.

União de Mulheres Alternativa e Resposta (2017). *Violência no Namoro: Resultados Nacionais apontam a gravidade do problema*. Lisboa.

União de Mulheres Alternativa e Resposta (s.d.). *Projeto Art'themis*. Disponível em: <http://artthemis.umarfeminismos.org/projeto/>. Acesso em: 10/11/2017.

APÊNDICE 1:

QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO

Este questionário tem por objetivo a análise de dados sobre violência no namoro. Vais encontrar primeiramente um conjunto de questões em relação a sua identificação sócio económica.

Por favor, tenta responder de acordo com a tua realidade e não como achas que deveria ser.

Avalia cada afirmação, colocando um (X) na opção que melhor lhe represente. Assegura-te de que respondeste a todas as questões.

As respostas a este questionário são absolutamente confidenciais.

Obrigado pela tua colaboração!

IDENTIFICAÇÃO

1) Sexo:

feminino masculino

2) Idade: _____

3) Nacionalidade:

Português Sul-Africano Brasileiro Cabo-verdiano Angolano
 Outro: _____

4) Cor da pele:

branco preto amarelo indígena

5) Orientação sexual:

heterossexual homossexual bissexual transexual outro: _____

6) Composição familiar: (na casa em que você foi criado)

Mãe Pai Padrasto Madrasta Avó Avô
 Tio Tia Irmão(s) Primo(s) Outros: _____

7) Grau de Escolaridade:

Pai:

Não sabe ler/escrever 1º ao 4º ano 5º ao 9º ano
 10º ao 12º ano Licenciatura Mestrado Doutoramento

Mãe:

Não sabe ler/escrever 1º ao 4º ano 5º ao 9º ano
 10º ao 12º ano Licenciatura Mestrado Doutoramento

8) Renda Familiar:

Até 200 euros/mês 200 a 500 euros/mês 500 a 1000 euros/mês
 1.000 a 1.500 euros/mês > 1.500 euros/mês

9) Você ainda mora com seus pais/responsáveis?

sim não

10) Se não, com quantos anos deixou a casa de seus pais? _____

11) Atualmente, com quem você vive?

- Residência universitária Pensão Sozinho
 Com colegas Com parceiro/a Com a família do/a parceiro/a

12) Status de relacionamento:

- solteiro ficando namorando noivo/a
 casado/a união de facto divorciado viúvo/a

13) Há quanto tempo está em sua atual relação? (No caso de solteiro, falar sobre a última relação).

- 0 a 6 meses 6 meses a 1 ano 1 a 2 anos 2 a 3 anos
 3 a 4 anos 5 anos a 7 anos 7 anos ou mais

14) Você acredita na diferenciação entre pessoas para casar e pessoas para curtir?

- sim não

15) Para você, o que define PRIORITARIAMENTE uma relação de namoro?

- Pedido direto à pessoa Status no facebook Sentimento
 Pedido à família Apresentação aos amigos

16) Quais as qualidades que considera mais importantes na pessoa com quem se casaria?

(marcar por ordem de importância: 1, 2, 3, 4...)

- companheiro/a fiel amigo/a sincero/a
 compreensivo/a ciumento/a romântico/a

17) Seu atual parceiro possui essas qualidades?

- sim não

18) Quantas vezes já esteve apaixonado/a?

- 1 2 3 4 5 6 ou mais

19) Já sofreu por amor?

- sim não

20) Alguma vez sentiu-se constrangido/a no decorrer da relação sexual?

- sim não nunca teve relações sexuais

21) Alguma vez tivestes relações sexuais contra a sua vontade?

- sim não

22) Aconteceu através de?

- força física bebida ou drogas chantagem emocional gritos

23) Se sentir necessidade de ajuda, a quem buscava?

- mãe pai tia/tio irmão/irmã amigo/a psicólogo
 representante religioso assistente social médico advogado

APÊNDICE 2:

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Apresentação da pesquisa
2. Apresentação do questionário e da escala de atitudes de violência no namoro
3. Podes descrever a UMAR, sua missão e objetivos?
4. Quais os projetos desenvolvidos pela UMAR no âmbito da violência no namoro?
5. Por e-mail, foi disponibilizado o Relatório sobre violência no namoro do ano de 2017. Como é realizada a pesquisa? Qual a frequência de levantamento dos dados? Qual o público alvo? Onde é feita a recolha de dados? Por quem?
6. A UMAR presta serviço de atendimento direto ao público? Se sim, como é realizado o contacto com o público?
7. Realizam intervenção psicossocial? Encaminham a outros serviços?
8. Quais os profissionais que integram a equipa?
9. Considera necessária a presença de um assistente social na equipa?
10. No caso de receber denúncias de violência, há atendimento jurídico?
11. O atendimento abrange diversas localidades ou é focado?
12. Têm o apoio de órgãos públicos para a execução do projeto?
13. Quais as maiores dificuldades que encontram para prestar/executar os serviços?

ANEXO 1:

ESCALA DE ATITUDES ACERCA DA VIOLÊNCIA NO NAMORO (E.A.V.N.)

(Autores: Price, Byers, & The Dating Violence Research Team, 1999;
Tradução Portuguesa: Saavedra, Machado, & Martins, 2008)
Versão para Investigação

INSTRUÇÕES

Vais encontrar de seguida um conjunto de afirmações em relação a situações de violência no namoro. Pede-se que leias atentamente essas frases e exprimas a tua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A tua opinião é o mais importante. Por favor, tenta responder de acordo com a tua forma de pensar e sentir e não como achas que deveria ser.

Avalia cada afirmação, colocando um (X) na opção que melhor traduza o teu modo de pensar. Assegura-te de que respondeste a todas as questões, devendo optar apenas por uma das hipóteses apresentadas.

As respostas a este questionário são absolutamente confidenciais.
Obrigado pela tua colaboração!

Por favor, lê atentamente cada afirmação e responde de acordo com as seguintes opções:

Discordo Totalmente
Discordo
Não concordo nem discordo
Concordo
Concordo totalmente

PARTE A	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Um rapaz não deve insultar a namorada					
2. Um rapaz não deve dizer à namorada o que fazer.					
3. Uma rapariga deve pedir autorização ao namorado para sair com os amigos.					
4. Os relacionamentos resultam melhor quando as raparigas procuram agradar os namorados.					
5. Não existe nenhuma razão para um rapaz ameaçar a namorada.					
6. Por vezes, os rapazes não conseguem evitar insultar as namoradas.					
7. Uma rapariga deve mudar a sua forma de ser para agradar ao namorado.					
8. Uma rapariga deve fazer sempre o que o namorado lhe diz para fazer.					
9. Um rapaz não precisa de saber tudo o que a namorada faz.					
10. Não existe nenhuma razão para um rapaz insultar a namorada.					
11. É normal um rapaz gritar com a namorada quando está furioso.					

12. Um rapaz pode dizer mal da namorada.					
13. Não existe nenhuma razão para um rapaz gritar e berrar com a namorada.					
14. Uma rapariga não deve estar com os amigos se isso aborrecer o namorado.					
15. É importante que uma rapariga se vista sempre da forma que o namorado quer					

PARTE B	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Uma rapariga deve acabar o namoro se o namorado lhe bater.					
2. Algumas raparigas merecem levar uma bofetada dos namorados.					
3. Não é correcto um rapaz bater na namorada.					
4. Por vezes os rapazes não conseguem evitar dar murros na namorada.					
5. Não existe nenhuma razão para um rapaz empurrar a namorada.					
6. Por vezes um rapaz não consegue evitar bater na namorada quando ela o irrita.					
7. Não existe nenhuma razão para um rapaz dar uma bofetada à namorada.					
8. Por vezes o ciúme põe um rapaz tão louco que ele bate na namorada.					
9. As raparigas que traem os namorados merecem ser esbofeteadas.					
10. Por vezes, o amor faz com que um rapaz fique tão louco que ele bate na namorada.					
11. Normalmente um rapaz não bate na namorada a não ser que esta mereça.					
12. Um rapaz pode bater na namorada se ela merecer.					

PARTE C	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Quando um rapaz paga a conta num encontro pode pressionar a namorada para ter relações sexuais com ele.					
2. Os rapazes não são donos do corpo das namoradas.					
3. Quando os rapazes ficam muito excitados sexualmente, não conseguem evitar ter relações sexuais.					
4. Os rapazes nunca devem embriagar as namoradas para conseguirem ter relações sexuais com elas.					
5. Um rapaz não deve tocar na namorada a não ser que ela queira.					
6. Um rapaz pode forçar a namorada a beijá-lo.					

7. Às vezes os rapazes têm de ser brutos com as namoradas para as excitarem.					
8. Para provar o seu amor uma rapariga deve ter relações sexuais com o namorado.					
9. Uma rapariga que entra no quarto de um rapaz está a concordar ter relações sexuais com ele.					
10. Não tem mal pressionar uma rapariga para ter relações sexuais.					
11. Não tem mal pressionar uma rapariga para ter relações sexuais se ela já teve relações no passado.					
12. Depois de um casal assumir um compromisso, o rapaz não tem o direito de forçar a namorada para ter relações sexuais.					

PARTE D	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Não existe nenhuma desculpa para uma rapariga ameaçar o namorado.					
2. Não existe nenhuma razão para uma rapariga insultar o namorado.					
3. As raparigas têm o direito de dizer aos namorados como se devem vestir.					
4. Um rapaz deve fazer sempre o que a namorada lhe diz para fazer.					
5. Se uma rapariga berrar e gritar com o namorado, não o magoa a sério.					
6. As raparigas têm o direito de dizer aos namorados o que fazer.					
7. É importante que um rapaz se vista sempre da forma que a namorada quer.					
8. Por vezes as raparigas não conseguem evitar insultar os namorados.					
9. Um rapaz deve pedir sempre autorização à namorada para sair com os amigos.					
10. Uma rapariga pode dizer mal do namorado.					
11. É normal uma rapariga gritar com o namorado quando fica furiosa.					
12. Por vezes as raparigas têm de ameaçar os namorados para eles as ouvirem.					
13. Uma rapariga não deve controlar o que o namorado veste.					

PARTE E	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Uma rapariga pode bater no namorado se ele merecer.					
2. Não tem mal se uma rapariga empurrar o namorado.					

3. Por vezes, as raparigas não conseguem evitar dar murros nos namorados.					
4. Alguns rapazes merecem levar uma bofetada da namorada.					
5. Por vezes, uma rapariga tem de bater no namorado para ele a respeitar.					
6. Normalmente uma rapariga só bate no namorado quando ele merece.					
7. Uma rapariga não deve bater no namorado, independentemente do que ele tenha feito.					
8. Não existe nenhuma razão para um rapaz levar uma bofetada da namorada.					
9. Puxar o cabelo é uma boa forma de uma rapariga se vingar do namorado.					
10. Nunca está correcto uma rapariga dar uma bofetada ao namorado.					
11. Algumas raparigas têm que bater nos namorados para serem ouvidas.					
12. Um rapaz deve terminar o namoro com uma rapariga se esta o esbofetear.					

PARTE F	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Uma rapariga não deve tocar no namorado a não ser que ele queira.					
2. Não tem nada de mal um rapaz mudar a sua opinião sobre ter relações sexuais.					
3. Um rapaz deve terminar o namoro com a namorada se ela o obrigar a ter relações sexuais.					
4. Uma rapariga só deve tocar o namorado nos sítios onde ele quer.					
5. Um rapaz que entra no quarto de uma rapariga está a concordar em ter relações sexuais.					
6. Não tem nada de mal uma rapariga forçar o namorado a beijá-la.					
7. As raparigas nunca devem embriagar os namorados para conseguirem ter relações sexuais com eles.					
8. Mesmo se um rapaz tiver dito “sim” sobre ter relações sexuais, tem sempre o direito de mudar de ideias.					
9. Depois de um casal assumir um compromisso, a rapariga não tem o direito de forçar o namorado a ter relações sexuais.					
10. As raparigas nunca devem mentir aos namorados para eles terem relações sexuais com elas.					
11. Para provar o seu amor, um rapaz deve ter relações sexuais com a namorada.					
12. Uma rapariga pode dizer a um rapaz que gosta dele só para conseguir ter relações sexuais com ele.					